



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
DIVERSIDADE-PPED
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE
- MPED



ISABELA FERREIRA DOS SANTOS

DO INGRESSO À PERMANÊNCIA: O OLHAR DO DISCENTE SOBRE A
POLÍTICA DE COTAS DA UNEB – DCH IV/ A PARTIR DA RESOLUÇÃO
1.339/2018

Jacobina-BA
2024

ISABELA FERREIRA DOS SANTOS

**DO INGRESSO À PERMANÊNCIA: O OLHAR DO DISCENTE SOBRE A
POLÍTICA DE COTAS DA UNEB – DCH IV/ A PARTIR DA RESOLUÇÃO
1.339/2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Ciências Humanas – DCH – Campus IV para a defesa de mestrado. Área de concentração: Linha 2.

Orientadora: Professora. Dra. Ione Oliveira
Jatobá Leal

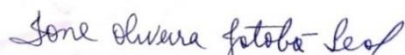
Jacobina – Bahia
2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

"DO INGRESSO À PERMANÊNCIA: O OLHAR DO DISCENTE SOBRE A POLÍTICA DE COTAS DA UNEB – DCH IV/ A PARTIR DA RESOLUÇÃO 1.339/2018"

ISABELA FERREIRA DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade – MPED, em 12 de abril de 2024, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

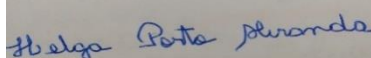


Professora Dra. IONE OLIVEIRA JATOBÁ LEAL

UNEB

Doutorado em Educação e Contemporaneidade

Universidade do Estado da Bahia



Professora Dra. HELGA PORTO MIRANDA

UNEB

Doutorado em Educação (Currículo)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Professora Dra. CENILZA PEREIRA DOS SANTOS

UEFS

Doutorado em Educação

Universidade Federal da Bahia

Autorizo, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial dessa dissertação por processos fotocopiadoras ou eletrônicos

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário:
João Paulo Santos de Sousa
CRB-5/1463

Santos, Isabela Ferreira dos
S237i Do ingresso à permanência: o olhar do discente sobre a política de cotas da UNEB – DCH IV/ a partir da resolução 1.339/2018 / Isabela Ferreira dos Santos.
Jacobina – BA
104 fls.

Dissertação conclusão do curso de pós-graduação *Strictu Sensu* / Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e Diversidade - PPED, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *Campus IV*, Jacobina. Universidade do Estado da Bahia, 2024.

Orientadora: Professora Dr.^a Ione Oliveira Jatobá Leal

1. Política de cotas. 2. Diversidade. 3. Permanência universitária.
I. Isabela Ferreira dos Santos. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas / Campus IV. III. Título

CDD – 379.2

DEDICATÓRIA

Ao meu bem maior, Bento Joaquim,
por ter me mostrado o mundo com outras cores...

AGRADECIMENTOS

Esta página foi a que me parecia ser a mais distante para escrever...e tudo parece ser bem *clichê* nela. No entanto, não poderia deixar de agradecer, de maneira única e inicial, pela misericórdia que o meu bom Deus tem distribuído em minha vida, mesmo eu não sendo a mais merecedora de suas filhas. Não é somente sobre a academia, é sobre se (re)construir.

Estar no movimento da pesquisa pode até parecer fácil para quem, na graduação, esteve em contato com a iniciação científica, projetos, editais de pesquisa etc.; porém, para aqueles que não tiveram esse prazer/oportunidade, a pesquisa se revela como algo frio, calculado e meramente científico. Recuso-me a compreender que esse movimento de (re)construção, de criação e de admissão de saberes outros seja frio, pelo contrário, aqui, na pesquisa, foi onde encontrei calor, vozes, abraços e afago. Hoje compreendo que pude provar dos mais variados espaços da universidade (extensão, ensino e, por último, pesquisa), o que corroborou, de forma singular, com a minha chegada até aqui.

Então, à Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, o meu muito obrigado por ter me proporcionado “passear” por suas mais diversas expressões de *ser* Uneb e por ter me oportunizado vivenciar, presenciar e fazer parte dessa história unebiana cheia de tantos percalços, mas gratificante e fortalecedora da minha identidade, enquanto mulher, rural/quilombola, que pesquisa, que é mãe etc...

Agradeço profundamente a cada aluno que cruzou o meu caminho no Campus IV. A todos eles, o meu melhor sorriso. Sem eles não existiria nem metade da minha formação, enquanto ser humana, ser mulher, ser mãe, ser pesquisadora, ser servidora. Foi uma jornada e tanto ao lado de *todxs*! Minha eterna gratidão por terem compartilhado comigo para além dos sabores: o olhar atento, o sorriso largo, a conversa franca.

Preciso registrar o meu agradecimento ao meu esposo e companheiro de vida, Nilson Oliveira, por todas as vezes que me disse “vai sim, é possível” e por ter compreendido a importância do mestrado nesse momento da minha vida (com filho pequeno e amamentando). Amor, obrigado! Compartilhar da vida com você tem sido especial.

Meu agradecimento à minha irmã, a qual se tornou inspiração de vida, pela garra, força e dedicação ao viver, e os meus amados pais que, apesar de não compreenderem a importância desse mestrado, sabem que o caminho que escolhi é digno e respeita piamente todas as suas vontades de ter uma “filha formada”.

Ao professor, ex-diretor e amigo, professor João Rocha, agradeço por ter me encorajado a lançar-me ao desafio do Mestrado em Educação. A cada docente do MPED e seus

coordenadores, em especial, ao professor Michael Daian Pacheco Ramos e ao atual diretor Osni Oliveira Noberto da Silva, agradeço por terem conduzido com maestria o programa durante suas gestões e por terem sido sensíveis aos meus passos, minhas ausências e minhas falhas. São tantos os docentes que, de maneira profissional e ao mesmo tempo amiga, me estenderam as mãos e me guiaram de forma tão única: Jacy Bandeira, Helga Porto Miranda, Juliana Salvadori e Ana Lúcia Gomes. A minha eterna gratidão a vocês que, além de fortalecer a pós-graduação no interior do Estado, reafirmam o quão possível é ser feliz e ser mestrandia simultaneamente!

Por fim, agradeço a cada colega/amiga que (re)encontrei durante as disciplinas: Naiane, Cátia, Marihem e Érika. Formamos uma equipe das boas! Valeu demais meninas... agradeço cada uma pelo apoio e companheirismo durante essa jornada. Às minhas amigas que tanto me acolheram no início difícil e turbulento de um mestrado pós-parto, pós-pandemia... Diva e Cleidinha, minha eterna amizade! À minha prima/irmã Lorys, pelo cuidado e apoio na revisão desse texto. Por fim, mas óbvio que não menos importante, à minha orientadora, professora Ione Oliveira Jatobá Leal, meus sinceros agradecimentos por ter aceitado estar nesse movimento comigo... Meu muito obrigada Ione, pelas orientações, puxão e dedicação de tempo.

Gratidão!

"As ações afirmativas não são as melhores opções. A melhor opção é ter uma sociedade na qual todo mundo seja livre para ser o que quiser. Isso [cota] é uma etapa, um processo, uma necessidade em uma sociedade onde isso não aconteceu naturalmente." (Ministra do STF - Cármen Lúcia).

RESUMO

A pesquisa em questão discute a política de cotas e as ações de permanência existentes na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, a partir da vivência de alunos cotistas, do Departamento de Ciências Humanas - Campus IV/Jacobina. Assim, buscamos identificar as referidas políticas e ações de permanência, tendo como lócus de pesquisa o Departamento de Ciências Humanas - DCH IV/Jacobina, no intuito de compreender como os alunos cotistas, advindos da Resolução 1.339/2018, concebem e vivenciam a política de cotas, em consonância com as ações de permanência. Diante do exposto, apresentamos a seguinte pergunta de pesquisa: como os alunos cotistas da Resolução 1.339/2018 concebem e vivenciam a política de cotas e as ações de permanência na Universidade do Estado da Bahia - UNEB? Posto isso, o objetivo geral da pesquisa é compreender como esses alunos concebem a existência da política de cotas na UNEB, bem como vivenciam essa política e as ações de permanência no DCH IV. É a partir da vivência desses estudantes que compõem a comunidade de cotistas do Departamento que analisamos a relação existente entre cotas e permanência na Universidade. Para tanto, estabelecemos a narrativa como método e elegemos os grupos reflexivos como dispositivo, sendo esses os fios condutores capazes de nos auxiliar a reunir as narrativas dos alunos cotistas, de acordo com o objetivo da pesquisa. Os colaboradores da pesquisa foram os alunos da graduação do Campus IV que ingressaram pelo sistema de cotas e/ou que estivesse vinculado a algum projeto de permanência da UNEB. Como principais autores tivemos aporte de FERES JÚNIOR (2021), CORDEIRO (2017), LIMA E MACIEL (2023), ZAGO (2006), SOUSA, PEIXOTO (2020). Após análise dos dados inferimos que a Universidade tem estabelecido programas e projetos no sentido de atender aos alunos cotistas com programas de permanência específicos. No que se refere ao produto da intervenção, sugerimos a criação de um e-book, o qual será produzido de forma colaborativa com os cotistas que aderiram à pesquisa, no sentido de apresentar como esses alunos se percebem na qualidade de cotistas e como as ações de permanência da UNEB são preponderantes para manutenção dos discentes abarcados pela Resolução 1.339/2018 na Instituição.

Palavras-chave: Política de cotas; Diversidade; Permanência universitária.

ABSTRACT

This research discusses the quota policy and existing permanence actions at the State University of Bahia - UNEB, based on the experiences of quota students from the Department of Human Sciences - Campus IV/Jacobina. Thus, we aim to identify these policies and permanence actions, focusing on the Department of Human Sciences - DCH IV/Jacobina, in order to understand how quota students, originating from Resolution 1.339/2018, conceive and experience the quota policy in line with permanence actions. Given this, we present the following research question: how do quota students from Resolution 1.339/2018 conceive and experience the quota policy and permanence actions at the State University of Bahia - UNEB? Therefore, the general objective of the research is to understand how these students perceive the existence of the quota policy at UNEB as well as experience this policy and permanence actions in DCH IV. It is from the experiences of these students who make up the quota community of the Department that we analyze the existing relationship between quotas and permanence at the University. To this end, we establish narrative as the method and choose reflective groups as the device, these being the guiding threads capable of assisting us in gathering the narratives of students, according to the research objective. In this context, we suggest, as an intervention product, the creation of an e-book, which will be collaboratively produced with quota students who have participated in the research, in order to present how these students perceive themselves as quota holders and how UNEB's permanence actions are crucial for maintaining the students covered by Resolution 1.339/2018 at the Institution.

Keywords: Quota policy; Diversity; University permanence.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resoluções do Conselho Universitário (CONSU) da Universidade do Estado da Bahia acerca do sistema de reserva de vagas e sobrevagas para cursos de graduação e pós-graduação, em relação aos grupos sociais a que atendem	34
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Diferença entre o Censo do Ensino Superior de 2015 e o de 2020	30
Tabela 2 - Validação das cotas nos semestres letivos 2018, 2019.1, 2019.2 na Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina – SISU e Vestibular	37
Tabela 3 - Estudantes Matriculados na Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, no ano 2022	37
Tabela 4 - Quantitativo de estudantes assistidos pelas ações de permanência no Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, da Universidade do Estado da Bahia, entre os anos 2022-2023	45
Tabela 5 - Alunos do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, da Universidade do Estado da Bahia atendidos pelo Programa de Moradia da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES), nos anos 2022-2023	50
Tabela 6 - Distribuição de vagas oferecidas pelo Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, da Universidade do Estado da Bahia, através do Vestibular e do SISU, nos semestres letivos 2022.1 e 2023.1	61
Tabela 7 - Validação em números da entrada de cotistas, nos anos 2022 e 2023, no Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, da Universidade do Estado da Bahia, conforme a Resolução 1339/2018	66
Tabela 8 - Perfil dos colaboradores.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Questão 1: Como você se sente/se enxerga enquanto cotista neste Campus?	77
Gráfico 2 - Questão 2: Quando no decorrer da sua vida estudantil e/ou acadêmica se deu conta da importância de ocupar o espaço da universidade pública?	78
Gráfico 3 - Questão 3: Porque você decidiu utilizar da Resolução 1.339/2018?	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Universidade de Toda Bahia.....	62
Figura 2 - Nuvem de palavras	109
Figura 3 - Colagem de imagens selecionadas por participantes do grupo reflexivo para representar a política de cotas e de permanência nas universidades	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CEP – CONSELHO DE ETICA EM PESQUISA

CONSU – CONSELHO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR

DCH IV – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV/JACOBINA

EAD – EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

FFPJ – FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE JACOBINA

FIES – FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

GTS RH – GRUPO DE TRABALHO EM RECURSOS HUMANOS

IES – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES

LGBTQIA+ – LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRANSEXUAIS, QUEER, INTERSEXUAIS, ASSEXUAIS, SENDO QUE O SÍMBOLO “+” ABARCA AS DEMAIS ORIENTAÇÕES SEXUAIS E DE GÊNERO, REPRESENTANDO PLURALIDADE.

MPE – MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

MPED – MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

NAI – NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

ONGS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

PGDO – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PNAES – PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

PNAEST – PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS

PNES – PESSOA COM NECESSIDADE ESPECIAIS

PPGEAFIN – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E ESTUDOS AFRICANOS, POVOS INDÍGENAS E CULTURAS NEGRAS

PRAES – PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

PROAD – PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROAF – PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

PROET – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS TERRITORIAIS

PROGRAD – PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO

PSE – PROCESSO SELETIVO ESPECIAL

SAIN – SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA UNEB

PROUNI – PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

SISU – SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA

TCLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TOPA – PROGRAMA TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO

UAB – UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UEFS – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

UERJ – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

UESB – UNIVERSIDADE DO SUDOESTE BAHIANO

UESC – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNEB – UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

UPT – CURSO PRÉ-VESTIBULAR UNIVERSIDADE PARA TODOS

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: É CAMINHANDO QUE SE FAZ O CAMINHO.....	18
1 A POLÍTICA DE COTAS: UM BREVE APANHADO HISTÓRICO	24
1.1 POLÍTICAS DE COTAS E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA: O QUE TEMOS PARA HOJE?.....	38
2 PERCURSO METODOLÓGICO	50
2.1 ABORDAGEM GERAL	50
2.1.1 O DISPOSITIVO NA PESQUISA.....	53
2.2 O LÓCUS DA PESQUISA	58
2.3 PRODUTO	62
3 ENTRE A PUBLICAÇÃO E A APLICAÇÃO: A RESOLUÇÃO 1.339/2018 E O DCH IV.....	65
3.1 QUEM SÃO ELXS? UM RETRATO ACERCA DA VIVÊNCIA DOS ALUNOS COTISTAS NO CAMPUS IV/JACOBINA.....	68
3.2 A PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO CAMPUS IV SOB A ÓPTICA DOS ESTUDANTES	76
3.3 O ATENDIMENTO À DIVERSIDADE NA UNEB – DCH IV: FATO OU FAKE?	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO INGRESSO À PERMANÊNCIA – ESSE É O NOSSO OLHAR!	86
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS	99
PARECER.....	100
APÊNDICES	106

INTRODUÇÃO: É CAMINHANDO QUE SE FAZ O CAMINHO...

“É o mesmo lugar, mas agora é diferente.”
(Gomes, 2023).

As Universidades, de modo geral, têm trabalhado na tentativa de minimizar as desigualdades sejam étnico-raciais, sociais e/ou de gênero, sejam de outros grupos considerados minoritários, não por serem menores, mas por terem sido excluídos da sociedade, não tendo seus direitos básicos garantidos em sua plenitude.

É nesse contexto que entendo a importância da Resolução 1.339/2018, foco deste estudo, como possibilidade de grupos específicos (ciganos, quilombolas, transexual, travestis e transgêneros, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, e altas habilidades) terem acesso ao ensino superior. No entanto, é preciso pensar, em contrapartida, como a Universidade tem alinhado essa amplitude de grupos à sua política de assistência estudantil.

A permanência na UNEB é representada pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PRAES, que surge, em 2009, como responsável pelo “planejamento, gerenciamento, assessoramento, execução, acompanhamento, controle e avaliação da Política Institucional e ações relacionadas à Assistência Estudantil da Universidade em articulação com as representações estudantis, os Departamentos, as outras Pró-Reitorias e demais órgãos da Universidade” (Uneb, 2017, p.30). Surgindo de uma demanda estudantil, a PRAES tem desenvolvido ações diversas na tentativa de acolher, representar e desenvolver trabalhos que auxiliem a permanência do aluno na Universidade, esteja ele na capital ou no interior do Estado.

Diante da complexidade de atender os estudantes da Universidade em suas variadas demandas, a PRAES dividiu suas ações em gerências e cuida desde questões de meia passagens, apoio a viagens, até questões relacionadas à saúde mental e ao programa de moradia que possibilita a permanência aos alunos assistidos pelas residências universitárias. Dessa forma, a instituição compreende que a permanência estudantil é uma ação de suma importância para continuidade, principalmente, do aluno na graduação e, por isso, a criação de uma pró-reitoria para desenvolver, monitorar e criar ações que possam alinhar a graduação à permanência do aluno na universidade.

É certo que a política de cotas e a de permanência estudantil, especialmente, dos alunos que estão à margem da sociedade, são concebidas, na UNEB, como ações de suma importância e, embora assumam demandas concomitantes, cada uma possui uma pró-reitoria específica às suas ações. Enquanto a PRAES surge de uma demanda específica do aluno e da necessidade em planejar e assessorar a assistência estudantil na Universidade, desde 2009, como destacado

anteriormente, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas – PROAF surge, apenas em 2014, reafirmando a missão social da UNEB de viabilizar e acompanhar as políticas de reparação.

A criação da PROAF é um novo divisor no pensar as políticas de cotas e sobrevagas, na instituição, e tem sido a pró-reitoria responsável por auxiliar os Departamento em seus processos de validação de cotas exigidos pela Resolução 1.339/2018. É também a pró-reitoria responsável pela política de acessibilidade e inclusão¹ assumida pela UNEB.

É sabido que as universidades públicas têm sofrido um processo de desgaste físico, estrutural, de pessoal e, por vezes, pedagógico, mas, apesar dessa problemática, é possível afirmar que a UNEB tem se estabelecido no protagonismo, no que se refere ao acesso à universidade pública, mediante sua presença em todos os territórios de identidade da Bahia e criação e ampliação de políticas, como a de cotas, que oportunizam a participação *das gentes*, como afirma a PROAF:

Os programas de ações afirmativas buscam promover práticas de equidade, indistintamente, a todas as diversidades: étnicas, raciais, culturais, de gênero, de geração/faixa etária, de inserção territorial-geográfica, de condições físicas e/ou históricas desvantajosas e outras, que compõem o quadro de estudantes, professores e servidores técnicos e administrativos nos diversos departamentos da Universidade (Uneb, 2022, p. 01).

Ademais, apesar de todo pioneirismo aqui apontado, pela Universidade do Estado da Bahia, no sentido de abrir os portões da universidade pública para a sociedade e suas demandas, a partir da reformulação de resoluções, passando a atender o maior número de excluídos socialmente, ainda é preciso pensar o acesso alinhado com uma política de permanência efetiva, não esquecendo que

[...] a desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos candidatos. [...] (Zago, 2006, p. 230).

Desta forma, a pesquisa se revelou como precursora no estudo entre permanência e cotas se apresentando como relevante estudo, tanto no âmbito pessoal quanto na contribuição no que diz respeito à atualização dos conhecimentos do campo das políticas afirmativas na Uneb. Acredito que apresenta uma importante relevância social pela abordagem a temática e a

¹ Política de acessibilidade e inclusão para Pessoas com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e outras necessidades específicas temporárias e permanentes de caráter acadêmico e laboral, no âmbito da Universidade do Estado da Bahia, foi aprovada através da Resolução nº 1.499/2021.

ampliação do debate entre a necessidade de cotas interligadas com as ações de permanência. Os dados se apresentam como obra capaz de refletir acerca das lacunas presentes nesse cenário em que as políticas públicas apesar de estarem em processo de acessão ainda não encontraram muitos autores e/ou obras.

Surgiu em mim o desejo de pesquisar sobre os alunos que passam pelo Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina, mas não sobre todos, visto que eu tenho uma aproximação maior com os alunos que utilizam os programas de permanência e os projetos voltados aos estudantes declarados de vulnerabilidade social e/ou econômica. Por inúmeras vezes, vi-me representada por eles. A aluna que um dia fui é que me inspirou a trilhar esse caminho.

Talvez, a minha identificação de vida com esse grupo de alunos tenha despertado em mim a aspiração de mostrar à universidade que “o acesso pelo acesso” ao ensino superior não é uma política pública de validade, posto que os alunos em vulnerabilidade social e/ou econômica, que é o caso da maioria dos alunos cotistas das universidades públicas do país, não conseguem manter-se com recursos próprios e passam a depender (muitos deles), exclusivamente, dos programas de permanência da instituição. Essa política de permanência tem sido a única solução viável para muitos dos alunos permanecerem na graduação.

Estou nesse lugar, desde 2009, quando ingressei na Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, como aluna da livre concorrência, no curso de Licenciatura em História. Mulher, considerada branca, cisgênero, advinda da zona rural (comunidade quilombola), trabalhadora não assalariada, que viu, ainda no segundo semestre, a possibilidade de continuar o sonho do ensino superior através da bolsa de extensão, logo percebi que, assim como eu, outros tantos alunos “enxergaram” a mesma oportunidade. No entanto, não tínhamos, à época, bolsas para *todxs*, o Departamento possuía poucas vagas nas monitorias de ensino e de extensão, para semestres iniciais. Uma iniciação científica, então, muito rara e distante.

Conseguir aquela bolsa, no segundo semestre, foi como se eu estivesse acabando de firmar os pés na universidade. Parei de trabalhar no turno noturno e comecei a dedicar-me a vivenciar a universidade. Sempre fui muito atraída pela gestão e a minha próxima oportunidade de “ouro” surgiu, em 2011, quando me classifiquei em 2º lugar, para vaga de estágio remunerado, no próprio Departamento. Assim, iniciei as atividades de estágio, na Secretaria da Direção do Campus, local em que atuo desde então, sendo convidada, em 2012, a assumir o cargo de secretária departamental, função que exerço até os dias atuais.

Ao longo do exercício dessa função, passei a desenvolver atividades complementares ao secretariado em comissões que permeiam o trabalho administrativo, como, licitação, grupo de trabalho de serviços gerais, grupo de trabalhos de recursos humanos, além de atividades extras em programas em que a UNEB é parceira, como, Universidade Para Todos (UPT), Todos pela Alfabetização (TOPA), entre outros, até chegar ao trabalho com os programas de assistência estudantil ligados à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES) da Universidade, como, apoio aos residentes universitários. Ademais também passei a atuar em programas de assistência estudantil do Governo do Estado: Mais Futuro, Partiu Estágio, Primeiro Emprego e outros.

Foi na comissão de apoio à PRAES que reencontrei, observando, em cada um dos alunos assistidos, e naqueles não alcançados pelo braço da permanência, um pouco da aluna que fui e um pouco do percurso que precisei traçar para firmar os pés na universidade. Meu desafio não era maior nem menor, mas, com toda certeza, afirmo que sem as possibilidades de permanência ofertadas pela Universidade, mesmo que de maneira tímida nos anos de 2009 a 2013 (período em que estive aluna da graduação), não haveria conclusão do curso, não haveria a formação da profissional que sou tampouco da pessoa que me tornei.

É a partir desse caminho, até então percorrido, que me proponho a continuar caminhando, no sentido de que, apesar de estarmos no mesmo espaço físico e estrutural de 2002 (ano da primeira Resolução de cotas da UNEB), agora é diferente! Completamente afetada pelos atravessamentos que a Resolução 1.339/2018 me impôs, vejo que o acesso à UNEB foi ampliado para além das cotas sociais e raciais, mas não houve, até o momento, mudanças na política de permanência nem nos programas da universidade.

Diante do exposto, trago a seguinte pergunta de pesquisa: como os alunos cotistas da Resolução 1.339/2018, vinculados ao DCH IV, concebem e vivenciam a política de cotas e as ações de permanência na Universidade do Estado da Bahia - UNEB?

Para responder a referida questão, apresento como objetivo geral: compreender como os alunos cotistas advindos da Resolução 1.339/2018 concebem e vivenciam a política de cotas e as ações de permanência, no DCH IV/Jacobina. Como objetivos específicos: i) mapear os documentos e as ações da Universidade acerca da política de cotas (Resolução 1.339/2018) bem como as ações de permanência voltadas aos alunos cotistas; ii) elaborar o perfil dos alunos cotistas da Resolução 1.339/2018, que compõem o quadro estudantil do DCH IV; iii) identificar como os alunos concebem e vivenciam a política de cotas e permanência no Departamento; iv) elaborar, a partir das narrativas dos discentes, um e-book de forma colaborativa cujo título proposto, inicialmente, será: “Cotas e permanência na universidade: vamos falar sobre elas?”

A pesquisa foi realizada com estudantes do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina, que se autodeclararam cotistas, em que o processo de escolha levou em consideração a livre adesão desses estudantes. Após os devidos esclarecimento acerca dos objetivos da pesquisa e sobre o percurso metodológico, seguimos para as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com o recorte temporal pautado nos primeiros anos da Resolução 1.339/2018, a saber, 2018 a 2023. Ademais, o trabalho aqui apresentado está vinculado à linha de pesquisa Formação, Docência e Diversidade, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade, da UNEB, Campus IV/Jacobina.

Cabe salientar que a universidade em questão tem se consolidado no cenário educacional como instituição precursora na implementação das cotas, sendo a primeira universidade da Bahia a aderir, ainda no ano de 2002, às chamadas, cotas raciais, assim como, a partir de 2007, a reserva de 5% para candidatos indígenas, o que se configuram importantes ações para democratização do acesso à educação superior.

Desta forma, é inegável que a UNEB tem sido uma universidade que não só se preocupa com as questões sociais, mas também uma instituição que tem criado oportunidades para aqueles que foram tratados com desigualdade, ao longo da história. Uma instituição como a UNEB, prestes a completar 40 anos de serviços prestados à sociedade baiana e ao país, fomenta discussões acerca das políticas públicas e do acesso à universidade, através das cotas. Tais fatos foram e são motivos para as mais variadas discussões acadêmicas e não acadêmicas num país de bases preconceituosas.

É a partir desse cenário que a universidade se torna palco para implantação de políticas públicas que se configura, conforme Pereira e Silva (2010):

Nas sociedades contemporâneas, uma das principais características das políticas públicas é o seu caráter redistributivo, tendo em vista que as mesmas pretendem produzir oportunidades iguais para atores sociais desiguais (Pereira e Silva, 2010, p. 13).

A cota, como ferramenta de reparação histórica para grupos marginalizados socialmente, auxilia a UNEB a cumprir seu compromisso, enquanto universidade, que é continuar trilhando o caminho que alia a excelência acadêmica à sua missão social, contribuindo, assim, para o desenvolvimento socioeducacional e econômico da Bahia e do país (Uneb, 2022). Ela vai aos poucos se apresentando como alternativa viável de acesso ao ensino superior para grupos que foram, ao longo dos anos, silenciados, marginalizados, invisibilizados e jogados à margem desse ensino no país.

Ainda na busca por fortalecer essa alternativa a diversos grupos, a exemplo de ciganos e quilombolas, a permanência estudantil tem se apresentado como um dos maiores desafios da UNEB. Salientamos que a Universidade, atualmente, se divide em 30 (trinta) Departamentos e 25 (vinte e cinco) Campi, com sede (Administração Central) em Salvador, carregando o título de maior Universidade *multicampi* da Bahia.

Apesar de a sua sede administrativa estar, estruturalmente, na capital, a UNEB está presente em todos os *territórios de identidade*² da Bahia e o seu engajamento nas sociedades, com o desenvolvimento de pesquisas e atividades extensionistas, tem possibilitado que a comunidade acadêmica tenha não só contato com a sociedade que a compõe, mas também com os problemas sociais, econômicos e culturais que permeiam esses espaços.

No que tange a estrutura deste estudo, dividimos em seções em que a seção 1 introdução, aborda o contexto do problema investigado e a minha implicação com a pesquisa, esta dissertação dispõe de seções estruturadas da seguinte forma: seção 2, intitulada “A política de cotas no Brasil: um breve apanhado histórico”, visando apresentar sobre quais bases a Lei nº 12.711/2012 – Lei de Cotas no Brasil – foi sancionada e como ela se configura um importante instrumento de acesso à educação superior, sendo os primeiros dez anos da lei e a sua representação nas universidades públicas do país discutidos na subseção “A Política de cotas e permanência universitária: o que temos para hoje?”; seção 3, reservada à metodologia da pesquisa, na qual os seguintes pressupostos metodológicos são detalhados: (i) abordagem da pesquisa, (ii) lócus da pesquisa, (iii) proposta de intervenção; a seção 4 “Entre a publicação e a aplicação: a Resolução 1.339/2018 e o DCH IV”, na qual as narrativas dos alunos participantes da pesquisa são apresentadas e discutidas, para melhor compreender quem são os alunos que estamos falando e como eles concebem e vivenciam a política de cotas e a permanência universitária no DCH IV; e a seção 5, em que as considerações finais são, elaboradas. Por fim, esse percurso que será apresentado se revelou inicialmente como um ponto de preocupação pela ausência de compreensão entre os alunos de conceitos importantes como: permanência e cotas, o que ampliou o grupo de discussão, dispositivo utilizado nessa pesquisa.

² A constituição dos Territórios de Identidade (TI) aconteceu a partir de 2007. A SecultBA utilizou-se de conceito da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos, para o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, lastreados pelo conceito de Território, muito adequado à lógica cultural. São reconhecidos 27 Territórios de Identidade, demarcados por critérios ambientais, econômicos e culturais, entre outros, além de observar as populações como grupos sociais relativamente distintos, os quais indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

1 A POLÍTICA DE COTAS: UM BREVE APANHADO HISTÓRICO

As cotas querem corrigir a história passada e escrever a história futura. Elas não podem parar porque não se para a história.

(Reis, João José; 2017)

Para iniciar esta conversa, é importante fazer um breve histórico acerca dos caminhos percorridos pela educação superior no Brasil, de modo a buscar entender as suas bases de criação. Desta forma, cabe registrar que esse nível de ensino no país tem sua gênese pautada sob as rédeas da Igreja Católica, com o ensino jesuíta, ainda no Brasil colônia. É pertinente frisar que, aqui nesse contexto, não estamos falando de universidade nos moldes que a conhecemos hoje, mas da sua “matriz”, seu ponto de partida para formação, o que envolve tanto a criação de colégios, institutos e instituições que iriam se preocupar com o desenvolvimento científico e acadêmico dos cidadãos quanto a fundação das denominadas universidades.

Foi a partir das conhecidas Companhias de Jesus que o país experimentou seu primeiro contato com a educação, foram elas as responsáveis pela alfabetização de indígenas e colonos. Apesar do seu enfoque na catequização dos nativos, no intuito de assegurar os interesses da Igreja pós-reforma, é inegável que a presença da educação jesuíta contribuiu para o “pontapé” inicial da disseminação de colégios e institutos que mais tarde se tornaram as universidades do país.

Os jesuítas deixaram um legado de colégios organizados em rede, um método pedagógico e um currículo comum. Embora o processo de colonização tenha atuado como uma ferramenta de imposição cultural aos índios, como forma de exercer o domínio sobre eles, é por meio da Companhia de Jesus que a educação brasileira desenvolveu-se, atendendo às necessidades da sociedade, dedicando-se a educar a elite e sendo também responsável pela integração da cultura europeia e indígena, disseminando-as pelos colégios e igrejas (Almeida, 2014, p.124).

Diante disso, as universidades surgiram no país, apenas em 1808, com a chegada de D. João VI, com o ensino superior ainda chamado de cursos isolados, os quais não apresentavam articulação entre teoria e prática e pautavam o ensino de medicina, engenharias, agricultura e direito como cursos principais. Registra-se que, desde o período colonial, a educação superior estava preocupada em qualificar as elites e/ou classes dominantes, progredindo para formação de profissionais, para alimentar o Estado, nos períodos subsequentes. Contudo, a preocupação

em qualificar a elite persistiu por décadas e somente com a criação e avanço de políticas de reparação é que foi possível vislumbrar um novo cenário.

Em função desse atraso histórico na criação de universidades e, principalmente, pela ausência da oferta federal nas regiões interioranas do país, diversificaram-se iniciativas de Estados e Municípios para a implantação dessas instituições. Essas iniciativas revelaram-se de fundamental importância para a interiorização da educação superior brasileira, tendo relevância como instituições públicas de ensino superior não federal (Junior e Conceição, 2022, p.06).

Esse atraso pode ser justificado também pela ausência de Escolas básicas no país, considerando que a educação era restrita à elite colonial, direcionada aos homens. Nesse período as mulheres eram educadas para a vida religiosa e doméstica. Ou seja, a história da educação no Brasil inicia de forma excludente e diferenciada para os colonos e elite, homens e mulheres.

Historicamente, desde o período colonial, perpassando pelo Império e pela Primeira República, o que se presenciou no ensino superior, além desse ensino voltado para a elite, foi a sua forte articulação com o Estado. Desse modo, não é perceptível reformas e/ou políticas que visassem atender as demandas da sociedade tampouco dos grupos socialmente marginalizados. Assim, é possível entender que o ensino superior se deu em função dos interesses decorrentes da conjuntura política que exigia do Brasil mudanças expressivas para, inicialmente, atender a corte, a coroa portuguesa e o Estado.

Ademais, como bem diz Saviani (2010),

de modo geral os cursos criados por D. João VI e às duas mencionadas faculdades (Faculdade de Direito em São Paulo e Faculdade de Direito em Recife) se resume ao ensino superior no Brasil até o final do Império. Duas características são comuns a todos eles: trata-se de cursos ou faculdades isoladas e são todos eles públicos mantidos, portanto, pelo Estado. (Saviani, 2010, p.05).

A afirmação acima transcrita revela duas importantes considerações para esta pesquisa: (i) o país tinha apenas duas faculdades e; (ii) ambas estavam concentradas nos grandes centros urbanos do país. No entanto, fica destacado que, originalmente, o ensino superior era responsabilidade exclusiva do Estado. Dessa maneira, é importante registrar que o surgimento da universidade se pautou nas demandas iniciais da Coroa, a qual, ao desembarcar no Brasil, sentiu necessidade de estabelecer no país uma maneira de formar a elite que a acompanhava. Enquanto ensino público de responsabilidade do Estado, nesse período, apesar de público, o

ensino não era para todos os brasileiros, estava restrito à elite, ou seja, um percentual ínfimo, diante das dimensões de país que era/é o Brasil.

Logo, é possível afirmar que o processo civilizatório do país é um marco para pensarmos o que posteriormente seria o acesso às universidades. Nascemos em bases escravocratas, fomos o último país das Américas a decretar o fim da escravidão, tendo sido o país a receber o maior número de pessoas escravizadas nas Américas, e persistimos com a separação de pessoas pela cor da pele, de modo que, conseqüentemente, o acesso a políticas públicas, educação, saúde etc. tardou a ser implementado para a população em geral.

Apesar de o sistema educacional do Brasil ter vivenciado diversas reformas, desde a colônia, com seu ensino seriado, obrigatório e gratuito, à república, com o foco em conteúdos e métodos de cunho elitista, apenas na Era Vargas, em 1930, ocorreu a primeira proposta de educação integralizada, voltada à classe trabalhadora.

Já no século XX, com o intuito de se aproximar da realidade social, vincular seu conteúdo intelectualista ao mundo do trabalho e perder sua herança jesuítica, surgem as primeiras universidades brasileiras, a Universidade de São Paulo – USP e a Universidade do Rio de Janeiro – UERJ, em 1934 e 1950 respectivamente, a partir da união entre Faculdades de Direito, Filosofia, Ciências, Letras e institutos. Ambas foram criadas sob o tripé ensino, pesquisa e extensão, ainda com bases elitistas, mas com um modelo de ensino que se preocupava com o desenvolvimento intelectual e o da ciência.

Nesse sentido, Derrida (2003) faz referência ao que seria uma universidade moderna, livre do modelo europeu, em busca do que ele chama de liberdade acadêmica. Para ele, a Universidade é diferente das demais instituições de pesquisa, por estarem a serviço de interesses econômicos, não dispendo assim de independência;

A Universidade deveria, portanto, ser também o lugar em que nada está livre do questionamento, nem mesmo a figura atual e determinada da democracia nem mesmo a ideia tradicional de crítica, como crítica teórica, nem mesmo ainda a autoridade da forma ‘questão’, do pensamento como “questionamento” (Derrida, 2003, p.18).

Ainda com referência à constituição das universidades do país, vale destacar alguns períodos na história que serviram como balizadores, para entendermos os pilares fundamentais do ensino superior no Brasil:

Num primeiro momento, as universidades tinham a orientação de dar uma maior ênfase ao ensino do que à investigação. Instituições extremamente elitistas, com forte orientação profissional.

No período de trinta anos, compreendido entre 1930 (revolução industrial) e 1964 (governo militar assume o poder), foram criadas mais de 20 universidades federais no Brasil. O surgimento das universidades públicas, como a Universidade de São Paulo, em 1934, com a contratação de grande número de professores europeus, marcaram a forte expansão do sistema público federal de educação superior. Nesse mesmo período, surgem algumas universidades religiosas (católicas e presbiterianas).

Em 1968, inicia uma terceira fase da educação superior brasileira com o movimento da reforma universitária, que tinham como base a eficiência administrativa, estrutura departamental e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como mote das instituições de Ensino Superior.

O contexto da época, na década de 70, impulsionou o desenvolvimento de cursos de pós-graduação no Brasil e a possibilidade de realização de cursos de pós-graduação no exterior, com vistas à capacitação avançada do corpo docente brasileiro.

A partir dos anos 90, inicia uma quarta fase com a Constituição de 1988 e com a homologação de leis que passaram a regular a educação superior. Havia a necessidade de flexibilização do sistema, redução do papel exercido pelo governo, ampliação do sistema e melhoria nos processos de avaliação com vistas à elevação da qualidade (Stallivieri, 2007, p. 04).

Assim, o modelo elitista, além de colaborar para o surgimento tardio do ensino superior no Brasil, cooperou para demarcação da importância de políticas públicas que minimizam o distanciamento histórico de grupos que, ao longo dos períodos, ficaram à margem do ensino superior. É a partir da necessidade de implantar projetos sociais que a política de cotas chega nas universidades do Brasil, passando a ser responsável por contribuir para o acesso ao ensino superior de pessoas que, desde os primórdios desse nível educacional no país, não tiveram essa oportunidade. Desse modo, a política de cotas surge como forte ação para auxiliar os grupos marginalizados socialmente a adentrar os espaços das universidades.

Ou seja, a exclusão social foi por muito tempo exclusividade dos grupos chamados de minorias como negros, homossexuais, pessoas com deficiência etc. Segundo defende Boaventura (2010), a exclusão social está conectada ao princípio da segregação que impede o acesso a direitos e de que estes sejam reivindicados. Afirma ainda que esse modelo excludente ultrapassa a questão econômica e se pauta também em outros aspectos como os culturais e sexuais.

Nesse contexto, cabe registrar a importância da Constituição Federal de 1988, como respeitável instrumento de fortalecimento da política para criação e funcionamento das universidades no país, como salientam Luz, Brizolla e Garcia (2017):

As discussões por ensino gratuito, laico e de qualidade para a população em todos os níveis tomou conta com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB n. 9.394/96 criou novas exigências com relação à titulação do corpo docente das IES e de avaliação para funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação. Ambas as legislações consolidaram um modelo de universidade assentado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Luz, Brizolla, Garcia, 2017, p. 04).

Apesar de a Constituição ter previsto, em seu art. 208, V, a educação superior no país como dever do Estado, não houve uma tentativa *a priori* de universalização progressiva nesse nível de ensino, ou seja, não houve a criação de possibilidades que permitissem, aos grupos socialmente desfavorecidos, ascensão ao ensino superior: alguns por não conseguirem arcar, muitas vezes, com os custos de estar em uma universidade e outros por não terem uma base no ensino médio favorável às concorrências dos vestibulares do país.

Tal realidade teve como antecedente sócio-histórico um total paradoxo vivenciado no país durante o período da Ditadura Militar (1964 – 1985), ocasião em que se sancionou e se utilizou da Lei do Boi³, que criou espaços específicos para os filhos da elite rural nas universidades, perpetuando, assim, os privilégios já adquiridos pela elite e mantendo a lógica estabelecida desde o período escravocrata do país, legalizando-se, mais uma vez, o estabelecimento de uma sociedade desigual.

À vista da perpetuação desse racismo legalizado, termo utilizado por Santos (2021, p.16), cabe ressaltar que:

Nessa dinâmica, levando-se em consideração as situações de racismo legalizado no Brasil, como o Decreto nº 1.331 de 17 de fevereiro de 1854, que proibia a admissão de escravizados nas escolas públicas, como o Decreto de 7.031-A, que estabelecia que a população negra somente poderia estudar em horário noturno, além do objetivo das políticas imigratórias, como discorre Abdias do Nascimento (1978:71), que tratou do desaparecimento do negro por meio da “salvação” que viria através do sangue europeu, alvo que perdurou inclusive durante o século XX, onde teorias pretensamente científicas forneciam suporte ao racismo arianista a fim de erradicar a “mancha negra” da população brasileira, pois se considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior, à população negra foi relegada a formação da população pobre do Brasil, forçando, inclusive, uma nova forma de controle da massa escravizada (...).

³ A Lei nº 5.465 de 3 de julho de 1968, conhecida como Lei do Boi, foi criada para garantir cotas nas universidades públicas para filhos dos grandes fazendeiros. Revogada somente em 1985, tal lei criava privilégios e mantinha a dinâmica estabelecida desde a época da escravidão no país.

É nesse contexto de racismo legalizado que o país fundamentou as bases do ensino superior, criando apenas em 2012, a Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas, apesar de universidades, como UERJ, UNEB e UnB, utilizarem-se do sistema de reserva de vagas para estudantes advindos de escolas públicas e reservas de vagas para negros e pardos, desde os anos de 2002 e 2004, respectivamente. Toda essa movimentação das universidades é resposta, inicialmente, a um movimento maior que se estabeleceu nos Estados Unidos como também da mobilização intensa de ONGs, do movimento negro, de movimentos sociais, entre outros, uma vez que não temos indícios de programas voltados às ações afirmativas no país até a década de 90.

Posto que apenas na década de 90 as lutas empreendidas pelo movimento negro em prol do acesso dessa população à educação se intensificaram e desencadearam políticas afirmativas diversas, entre elas a política de quotas raciais. Conforme defendido por Mota (2023),

Ainda que a maioria da população brasileira seja representada por pessoas não brancas, a ocupação e representação desses corpos nas instituições acadêmicas são minorias. Nesse sentido, a Lei de Cotas visa compensar e equiparar a representação de negros, indígenas e pessoas com deficiência nas universidades e instituições federais.

Na realidade brasileira, marcada pelos altos índices de desigualdades sociais é necessário admitir que certos grupos nunca foram incluídos, ou seja, sempre viveram à margem da sociedade e, portanto, das políticas públicas (Silva, 2010). Nessa conjuntura, a chamada Lei de Cotas, sancionada em 2012, surge como possibilidade de reparação social e histórica, visando não só compensar, mas também equiparar a representação negra, indígena e de pessoas de baixa renda, nas instituições de ensino superior do país. Ademais, apesar da evolução na política pública, com a criação da supracitada lei, não existe, até o momento, em texto de lei, a obrigatoriedade de criação de políticas de permanência estudantil. Assim, projetos e/ou programas que demandam auxílio financeiro a estudantes, por exemplo, ficam a cargo das universidades.

É inegável que a ampliação no número de Universidades e Institutos Federais espalhados pelo país, fomentou a discussão sobre o acesso, bem como a interiorização dessas Universidades, auxiliaram no processo de não só pensar a permanência estudantil, mas efetivá-la.

Considerando que a discussão aqui apresentada aponta as cotas como ações afirmativas, registro que nesse contexto compreendo as ações afirmativas como a política que busca por ações compensatórias aos indivíduos marginalizados socialmente e economicamente. Ademais,

elas buscam para além de oportunizar as gentes nos espaços e instituições de educação e do mercado de trabalho, independente dessa minoria ser de raça, etnia, gênero e/ou classe social.

Já a política de permanência estudantil é aqui entendida como ação voltada à concessão de auxílios, especialmente, financeiros, aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Não é uma política exclusiva aos alunos cotistas, no entanto, tende a contribuir com a permanência, especialmente, dos alunos negros, quilombolas, indígenas etc.

No Brasil, a criação de políticas assistenciais estudantis encontra respaldo em um amplo leque normativo, que abrange desde a Constituição Federal até a legislação infraconstitucional comum, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010) e o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o qual instituiu o Reuni. As referidas normas têm, entre suas diretrizes, a redução das taxas de evasão, o que oferece embasamento para medidas que estimulem a permanência dos alunos nos cursos (Silva; Sampaio, 2022, p.606).

Assim, um crescente avanço no ingresso ao ensino superior é presenciado a partir da implantação de um importante programa federal, o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado entre os anos de 2004-2005 (Lei nº 11.096/05), através do qual o Governo Federal concede diversas isenções de tributos federais às instituições universitárias, em contrapartida da concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais.

Tal qual a política de cotas, esse foi um passo importante, no sentido de oferecer não só oportunidades de acesso ao ensino superior, mas também à formação continuada, com vistas a melhorar as condições de vida dos indivíduos e formar cidadãos qualificados para o mercado de trabalho.

Desta forma, é perceptível que a presença de ações, projetos e/ou leis que auxiliaram ou mesmo possibilitaram o acesso de grupos excluídos da sociedade às universidades do país tem contribuído para elevar o número de estudantes no ensino superior, segundo o CENSO da Educação, realizado em 2015, o qual se debruçou em traçar, pela primeira vez, o perfil dos estudantes ao longo da graduação, levando em consideração questões como permanência, desistência e conclusão do curso. A título de comparação, segue a Tabela 1 com as diferenças entre o *Censo do Ensino Superior* realizado em 2015 e o realizado em 2020:

Tabela 1 - Diferença entre o Censo do Ensino Superior de 2015 e o de 2020

Estudantes matriculados	Cursos de graduação	Instituições de ensino superior	Ano
-------------------------	---------------------	---------------------------------	-----

8.033.574 mi	33 mil	2.364	2015
8,6 mi	41.953	2.457	2020

Fonte: Portal do MEC⁴

O ano de 2012 é um marco na história das ações afirmativas universitárias no Brasil. Apesar de os programas de reserva de vagas já estarem em vigor havia alguns anos, seus questionamentos judiciais eram frequentes, e a maioria dos posicionamentos de estudiosos e intelectuais com presença na grande mídia era contrária à correção moral e à validade jurídica das ações. (Feres Júnior; Campos; Daflon, 2021, p.15).

Posto isso, é possível verificar um crescente número de cursos, de instituições e, conseqüentemente, de estudantes matriculados em instituições de ensino superior, o que aponta para o fato de o país ter ultrapassado as barreiras da criação das universidades e agora se preocupa com a abertura de novas instituições, bem como com a permanência dos discentes nesse nível de ensino. Desta forma, é importante pensar a Lei de Cotas no país e como ela reverbera na Universidade do Estado da Bahia, considerando que, conforme afirmam Jesus e Bertolin (2023), tal lei objetiva:

(...) incluir, como ação afirmativa, grupos sociais, raciais e étnicos desfavorecidos ou marginalizados da educação pública federal. Embora apresente um esforço e um marco para a inclusão de determinados grupos sociais nas universidades e nos institutos federais, após anos de sua implementação, ainda requer estudos no que concerne às questões de integração cultural, social, étnico-racial, dentre outros. Esses obstáculos podem se constituir em fontes de preconceitos e discriminações, além de óbices para a participação plena nos espaços institucionais e no sucesso acadêmico (Jesus; Bertolin, 2023, p.02).

Para tentar responder, inicialmente, as entrelinhas existentes na questão-problema da pesquisa (como os alunos cotistas da Resolução 1.339/2018, vinculados ao DCH IV, concebem e vivenciam a política de cotas e as ações de permanência na Universidade do Estado da Bahia - UNEB?), é importante destacar que a Lei de Cotas, lei 12.711/2012, completou, no ano de 2022, dez anos de existência, embora as discussões em volta das ações afirmativas tenha surgido, de forma tímida, no berço da sociedade civil organizada, com a aprovação das conhecidas cotas sociais, na Universidade de Brasília – UnB, no ano de 2001, através da reserva de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para candidatos que venham a declarar e comprovar baixa renda.

⁴ Disponível: portal.mec.gov.br. Acesso em: 19 ago. 2022.

Essa iniciativa da UnB foi um dos primeiros acenos, no país, para dar visibilidade à classe trabalhadora, tornou-se uma espécie de modelo para as demais universidades e estimulou os movimentos sociais e políticos do Brasil. Além disso, revelou ao país a necessidade de ampliar as chances de pleitear melhores condições de trabalho, de renda e, conseqüentemente, de vida, para indivíduos que não tiveram acesso ao ensino superior no país.

Entretanto, a implantação da Lei de Cotas é um assunto discutido, no Brasil, sempre repleto de dicotomia, ou seja, há quem seja favorável, e aqueles contrários ao sistema de cotas. Observando artigos, entrevistas e outros trabalhos que retratam a política de cotas no país, é possível notar que o maior argumento utilizado pelos indivíduos que se posicionavam contrários às cotas era de que o sistema acentua o racismo no país. Outra questão levantada diz respeito a críticas à qualidade do ensino público, no intuito de responsabilizar o Estado pelas condições de um ensino médio público não favorável ao ingresso no ensino superior, argumentando-se que, com a melhoria do ensino médio, as cotas não seriam mais necessárias.

Com isso, não se levava em consideração o projeto de ações afirmativas como importante instrumento para garantir, aos grupos por ele alcançado, o acesso ao ensino superior no país, de forma a lhes abrir possibilidades de ocupar novos espaços no mercado de trabalho e na sociedade civil.

Para Duarte (2014), as ações afirmativas podem ser entendidas como soluções, de caráter temporário, tomadas pelo Estado ou pela iniciativa privada, cujo intuito primordial é corrigir e compensar distorções históricas ou atuais causadas por motivos escusos que foram se acumulando com o decorrer do tempo e acabaram por prejudicar um grupo específico, por circunstância de raça, etnia, religião, gênero etc. É a partir dessa premissa que entendemos a importância dessas ações por uma instituição como a UNEB, as quais ecoam nacionalmente, enquanto política institucional que busca assegurar direitos, ao passo em que se tenta consolidá-las, tendo por base uma Lei Federal que em seu texto inicial ressalta a importância e o dever de ser revisitada, tão logo completasse os seus dez anos.

Dentre essas ações, a UNEB, através da sua Resolução CONSU 196/2002, aprovou o seu primeiro sistema de cotas para a população oriunda de escolas públicas e para a população afrodescendente, com o preenchimento de 40% nos cursos de graduação e/ou pós-graduação. Nesse período ainda era presenciado um restrito acesso às universidades públicas, contudo, em contrapartida, havia um movimento negro articulado que começou a intensificar a sua luta pelo direito à educação e à inclusão das temáticas afrodescendente nos currículos não só das universidades, mas também das escolas de todo o país, o que serviu de molas propulsoras para outras ações, como:

Em 2003, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 10.639/03, que normatizou o ensino obrigatório de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares. Devido a essa lei, foram inseridos componentes curriculares com a mesma temática nos cursos de licenciaturas para capacitar os professores (Anjos, 2021, p.01).

Dessa forma, a Universidade do Estado da Bahia, ao se utilizar da chamada, autonomia universitária para garantir a esses grupos meios de adentrar à Universidade, mesmo sendo essa uma política da Instituição e não de Estado, configurou um importante balizador para as demais universidades estaduais, presentes na Bahia, bem como para as demais instituições de ensino superior públicas do país; reafirmando, assim, sua preocupação em atender a sociedade civil na qual está inserida. Por consequência, a UNEB destaca-se como importante instituição na defesa dos direitos e das diversidades, ao procurar meios de suprir as demandas sociais.

E levando em consideração as novas demandas que visam beneficiar a sociedade, a Uneb vem reformulando suas normativas acerca da entrada de estudantes tanto para Graduação como para a Pós-Graduação, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Resoluções do Conselho Universitário (CONSU) da Universidade do Estado da Bahia acerca do sistema de reserva de vagas e sobrevagas para cursos de graduação e pós-graduação, em relação aos grupos sociais a que atendem

RESOLUÇÃO CONSU	A QUEM ATENDE
196/2002 (revogada pela 468/2007)	40% das vagas para candidatos pardos e negros.
468/2007 (revogada pela 1339/2018)	40% das vagas para candidatos pardos e negros e 5% candidatos indígenas.
1339/2018	40% para candidatos(as) negros(as); 5% de sobrevaga para candidatos(as) indígenas; 5% de sobrevaga para candidatos(as) quilombolas; 5% de sobrevaga para candidatos(as) ciganos(as); 5% de sobrevaga para candidatos(as) com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades; e, 5% de sobrevaga para candidatos(as) transexuais, travestis ou transgêneros.

Fonte: Elaboração própria

A reformulação do sistema de cotas e sobrevagas para outros segmentos sociais historicamente discriminados, além de negros e indígenas, demonstra que essas mudanças/transições das resoluções são de extrema importância para a manutenção da própria instituição, enquanto universidade, constituindo-se como ação principal na garantia do acesso ao ensino superior de grupos sociais e culturais antes não alcançados. Tal ação foi uma

demanda advinda das reivindicações sociais, dos grupos de pesquisas, dos coletivos e da política de permanência existente na Universidade.

Logo, as resoluções anteriormente apresentadas no Quadro 1 foram se complementando à medida que a Universidade assumiu novas lutas, novos grupos e/ou novos caminhos para aumentar as oportunidades de acesso ao ensino superior. Diferentemente desse sistema implantado pela UNEB, a regulamentação federal ao sistema de cotas nas universidades públicas do Brasil, validada apenas com a lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), atende somente pessoas consideradas de baixa renda e oriundos de escolas públicas.

A UNEB iniciou seu sistema de cotas pautado na questão de raça (negros e indígenas), ampliando, posteriormente, o foco para outros grupos econômicos e sociais. A partir dessa perspectiva, a Universidade do Estado da Bahia abarca um público maior de indivíduos: negros, indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades, transexuais, travestis ou transgêneros. Assim, a Instituição demonstra sua preocupação com a sociedade em que está imersa, trabalhado em prol de atenuar o distanciamento desses grupos no que se refere a melhorias socioeconômicas e profissionais e em prol de equacionar o acesso ao ensino superior na Bahia e no Brasil.

A democratização do acesso e permanência é um dos grandes desafios a serem enfrentados na educação superior brasileira, em especial na universidade pública. Logo, na perspectiva dimensional política, esse é um desafio ainda maior por se tratar de uma universidade pública do âmbito estadual, localizada no interior da Bahia. Segundo dados do Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE, 2020), na Bahia, a demanda não atendida por educação superior ainda é grande, ou seja, apresenta um percentual de atendimento de apenas 17%, que pode ser considerado insuficiente para atender a população nessa faixa etária de 18 a 24 anos. Assim, os dados sinalizam a necessidade de expansão dessa oferta, fundamentalmente pública, visando a reduzir os problemas de desigualdades sociais presentes no Estado (Junior; Conceição, 2022, p.06).

É notável que o caminho que a Universidade percorreu para aprovar as resoluções já mencionadas, resultou na abrangência de uma diversidade de indivíduos que não nasceram sob as mesmas oportunidades que tantos outros. É nesse sentido que as políticas de ações afirmativas ganham aqui o seu principal objetivo: possibilitar ascensão social a variados indivíduos e oferece-lhes as mesmas condições de usufruto de mecanismos para os quais buscam equidade.

A fim de reafirmar o que foi relatado até aqui sobre as iniciativas da UNEB, seguem considerações de Silva (2010) que reforça a importância das ações afirmativas postas pela Instituição:

No Brasil, as Ações Afirmativas alcançaram maior visibilidade recentemente com a instituição do sistema de cotas nas universidades públicas, notadamente após a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em julho de 2002, ter aprovado, no Conselho Universitário – CONSU, a histórica Resolução de reservar 40% das vagas, no processo seletivo, aos estudantes negros que estudaram em escolas públicas. A decisão da UNEB repercutiu intensamente nas comunidades acadêmicas em todo o Brasil e abriu caminho para uma agressiva disputa política e filosófica quanto à pertinência de tais políticas fora dos muros das universidades, inclusive dentro do Congresso Nacional (Silva, 2010, p.50).

No entanto, essa política de ações afirmativas dentro da UNEB ainda é muito recente, pois a própria Universidade tem andado lentamente em direção a garantir e propor políticas de permanência universitária, exemplo disso é a última resolução que abarca uma gama de sujeitos, trazendo diversas situações sociais e estruturais para dentro dos campi, Resolução 1339/2018, a qual estabelece o sistema de reservas de vagas para negros e de sobrevagas para indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, transgênero, transexuais e travestis.

Importante registrar que o documento que deu origem à resolução publicada em 2018 surge com a iniciativa da professora (à época) do Campus IV, Mirian Geonisse de Miranda Guerra, importante figura no Campus IV e na UNEB, que considerando a sua luta e trabalho desenvolvido com os povos ciganos, iniciou um processo solicitando ao CONSU que a Universidade estendesse as cotas destinadas a indígenas e negros aos povos ciganos. Para tanto, a professora em questão realizou o levantamento do quantitativo de etnias ciganas nos territórios atendidos pelos Departamentos da UNEB, bem como, do baixo quantitativo desses grupos à educação superior.

Quando da apresentação do documento ao CONSU, solicitando ampliação, os demais professores presentes na reunião perceberam não só a importância da ampliação da resolução de cotas da Instituição, como também a possibilidade de atender públicos outros que se encontravam à margem da sociedade e por consequência sem acesso e/ou com acesso limitado ao ensino superior. Então, após ampla discussão entre os Departamentos, o Conselho Universitário, em 2018, publicou sua resolução reformulada de cotas, estabelecendo sobrevagas que se apresentam com o intuito de atender aos diversos grupos da sociedade. É importante registrar que os docentes são ligados a movimentos sociais e apresentam uma proximidade com

a sociedade por meio do desenvolvimento da extensão, por exemplo; assim, os docentes que compunham o CONSU no período, como Amélia Maraux, professora conhecida pela participação em movimentos importantes como o movimento negro e os grupos LGBTQIA+, possibilitaram um novo olhar sobre cotas, ampliando as possibilidades de acessos à Universidade.

Outra questão importante a ser pontuada é a natureza multicampi dessa instituição que também é a pioneira na interiorização do ensino superior na Bahia, como já apresentado:

Um dos resultados positivos da missão institucional unebiana é a notória diversidade que singulariza a composição da sua comunidade de estudantes, funcionários e professores. Diferentes culturas, valores, representações e concepções de mundo, advindos das mais diversas regiões com seus respectivos modos de vida, de trabalho, de relações interpessoais, intergrupais e sociais, configuram um rico e, igualmente diverso quadro de possibilidades de crescimento acadêmico e social para a UNEB, assim como de oferecimento de alternativas criativas para o enfrentamento das questões que a contemporaneidade coloca, não só para esta instituição universitária, como também para todas as universidades brasileiras, de um modo geral. Questões relativas aos aspectos acadêmicos, propriamente ditos, mas, sobretudo a necessidade de oferecer respostas breves e satisfatórias às demandas sociais por inclusão (Mattos, 2010, p.125).

Posto isso, apesar do seu engajamento político, social e econômico nos territórios de identidades espalhados pela Bahia, o último concurso para docentes em tramitação para convocação, também para o corpo técnico, foi realizado há mais de dez anos. E com isso estamos afirmando que o quadro atual de servidores já não comporta as novas estruturas propostas pela Instituição, uma vez que, ao garantir o acesso dos indivíduos, ela se torna responsável pela permanência desses, enquanto discentes, devendo garantir que os estudantes tenham condições para finalizar a sua graduação sem “intercorrências administrativas”.

Em que pesem os desafios, a partir do vestibular de 2018 com entrada em 2019, a Universidade e, por consequência, o Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, recebeu, conforme relatório de verificação de cotas – documento produzido por comissão da qual fiz parte enquanto representação técnica – os seguintes grupos:

Tabela 2 - Validação das cotas nos semestres letivos 2018, 2019.1, 2019.2 na Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina – SISU e Vestibular

CANDIDATO	QUANTITATIVO
Candidatos(as) negros e indígenas	Negros (73); indígenas (04)
Candidatos(as) quilombolas	17
Candidatos(as) ciganos	02
Candidatos(as) com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades	03
Candidatos(as) transexuais, travestis ou transgêneros	00

Fonte: Elaboração própria⁵

Para ter uma melhor dimensão do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina, como instituição de ensino superior de suma importância para o Piemonte da Diamantina, é necessário registrar que ele surge da antiga Faculdade de Formação de Professores de Jacobina - FFPJ, fundada em 1980, e é composto por seis cursos de graduação presencial (bacharelados e licenciaturas), por um Mestrado em Educação e Diversidade – MPED e por três cursos na modalidade EaD (Pedagogia, Matemática e Educação Inclusiva), os quais são ofertados em parceria com a UNEAD e com o polo UAB.

O Campus em questão agrega discentes oriundos da cidade sede, Jacobina, e suas regiões circunvizinhas (Saúde, Caém, Serrolândia, Miguel Calmon, Quixabeira, Piritiba, Várzea Nova, Umburanas, Ouroândia, Mirangaba, entre outros), apresentando, em 2022, o quantitativo de discentes regularmente matriculados em cursos de graduação da modalidade presencial, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Estudantes Matriculados na Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, no ano 2022

NOME DO CURSO	ESTUDANTES MATRICULADOS
EDUCAÇÃO FÍSICA	182
DIREITO	235
GEOGRAFIA	179
HISTÓRIA	182
LETRAS – LÍNGUA INGLESA	106
LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA	134
TOTAL:	1.018

Fonte: Elaboração própria⁶

^{5,6} Os dados que possibilitaram a elaboração da Tabelas 2 e da Tabela 3 foram concedidos pela Secretaria Acadêmica do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, da Universidade do Estado da Bahia.

Com isso, podemos observar que o DCH IV é um departamento, relativamente, grande, sendo importante ressaltar que a comunidade acadêmica é composta pela comunidade externa, discentes, docentes e técnicos administrativo. No tocante ao quantitativo de docentes, seu número atual sofre uma variação, decorrente de aposentadorias, exonerações e movimentações/remoções, no somatório geral de 87 (oitenta e sete) professores, no semestre 2022.1, e, embora as categorias docentes e técnicos administrativos se complementem, em prol do desenvolvimento e efetiva prestação de serviço para sociedade civil, a disparidade entre ambas existe em número, em reconhecimento, em nível salarial e, claro, em nível de investimentos para a formação continuada.

1.1 POLÍTICAS DE COTAS E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA: O QUE TEMOS PARA HOJE?

*“Experimenta nascer preto, pobre na comunidade.
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades...
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu
racismo!”*

(Bia Ferreira, Cota não é esmola.)

Nesta subseção, documentos e ações da Universidade do Estado da Bahia – UNEB apresentadas na seção que a antecedeu são retomados, com o intuito de buscar entender o debate sobre o sistema de cotas nas universidades públicas que ressurgiu recentemente com o primeiro ciclo de dez anos da criação da lei 12.711/12. É interessante ressaltar que essa revisão após dez anos já estava prevista, desde a formulação da lei, no entanto, devido ao cenário pandêmico e político no país, essa discussão não foi propícia à época prevista. Agora é possível assistir em jornais de grande circulação, em redes sociais e mídias digitais os impactos, principalmente positivos, que se firmaram a partir da aplicação da referida lei.

Em decorrência das políticas de democratização e inclusão do ensino superior, é possível observar melhorias nos indicadores de nível de equidade do sistema. Ao analisar os dados das universidades públicas brasileiras, o V Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino (IFES) aponta que os graduandos com renda per capita de 1,5 salários mínimos (público-alvo da política de assistência estudantil) saiu do índice de 44,3%, em 1996, para 66,2% em 2014 e chegou em 70,2% em 2018. Aumento semelhante ocorreu com a população negra, que, pela primeira vez, se tornou maioria (51,2%). Em 2012, um ano antes da vigência da Lei de Cotas

Educacionais (BRASIL, 2012), cerca de 1/4 dos estudantes eram cotistas nas universidades federais. Em 2018, mais de 48% dos estudantes ingressaram pelo sistema de cotas, sendo que 64,7% eram egressos do ensino médio de escolas públicas (Fonaprace; Andifes, 2019, p.02).

É inegável o crescimento de acesso à universidade por pessoas de grupos específicos, como negros, indígenas, LGBTQIA+, quilombolas, deficientes etc., os quais conferem à universidade atual uma vida cotidiana repleta de uma pluralidade de pessoas. A segunda metade dos anos noventa, no Brasil, registrou, assim como em outras partes do mundo, um processo de ampliação do ensino superior. Conforme afirmam Costa e Dias (2015);

Diferentes estudos, como os de Ezcurra (2009), Almeida (2012) e Belettati (2011), apontam que esse crescimento tem se dado majoritariamente com o ingresso de alunos pertencentes a camadas de renda menos favorecidas da população, advindos de escola pública, que muitas vezes enfrentam grandes desafios para o bom desempenho e continuidade de seus estudos no nível superior (Costa; Dias, 2015, p.52).

Vale destacar que o acesso à universidade por meio das cotas é uma via genuína e que não desmerece e/ou desfavorece o aluno em nada, não desabona a sua escolha pelo curso x ou y, tampouco é indicador de alta vulnerabilidade social. As cotas demarcadas nesse estudo não se referem às cotas de cunho apenas econômico, e sim as de cunho social e de grupos marginalizados pela sociedade civil. No entanto, assim como afirmado por Costa e Dias (2015), são inúmeros os desafios da população menos favorecida economicamente, no sentido de ter condições de continuar os estudos no ensino superior, precisando, por vezes, escolher: ou trabalha ou estuda. Dessa maneira, considerando as demais variantes da população, como por exemplo, acesso tardio à escola, renda per capita, deslocamentos, o custo com material didático, esse aluno muitas vezes desiste.

Posto isso, é necessário que a discussão acerca das ações de inclusão avance para além das questões de acesso à universidade e abarque a assistência estudantil como importante instrumento de permanência dos estudantes. Considerando Reis e Tenório (2009), é por meio de ações fixadas e delimitadas nas instituições de ensino, com o objetivo de acelerar o processo de igualdade, que poderemos compensar um passado discriminatório. Assim, é preciso dar atenção a questões outras que não se restrinjam ao acesso ao ensino superior, dando espaço para que a permanência na universidade amplamente discutida. Nesse sentido:

É certo que a questão das condições materiais que pesam, sobretudo, na permanência nas universidades brasileiras afetam muitos estudantes, independente da cor da pele, mas é certo também que as diferenças e desigualdades históricas pesaram de forma distinta para negros e brancos. Os

primeiros permaneceram à margem do processo sócio-econômico, tendo-lhes sido negado, inclusive, o direito à educação. A interdição a escravos e pretos livres de frequentarem a escola acarretou uma desvantagem histórica que não foi compensada pela Abolição, em decorrência do lento processo de expansão do ensino público no país e de processos políticos discriminatórios (Reis; Tenório, 2009, p.48).

Ademais, as ações de permanência, apesar de caminhar em via de “mão dupla” com as ações de cotas, não são exclusivas do público cotista, elas são mais uma alternativa oferecida pela universidade para auxiliar o discente vulnerável a continuar seus estudos sem comprometimento econômico, físico, social e/ou psicológico. Nesse sentido, a Lei de Cotas define seu público-alvo da seguinte forma:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Brasil, 2012, p.01).

Assim, é possível inferir que a Lei de Cotas determina como sujeitos a serem contemplados pelas cotas todos os egressos de escolas públicas, ou seja, não abarca exclusivamente questões econômicas. De modo similar, a UNEB, através de suas resoluções acerca de reserva de vagas, foi amparando e direcionando as cotas para grupos marginalizados, de maneira a abarcar, pioneiramente, ao sistema de cotas uma gama maior de pessoas socialmente desprestigiadas. Acerca da estrutura *multicampi* da UNEB, em que tudo ganha dimensões homéricas, é preciso inferir que;

(...) a criação de diversos Departamentos da Uneb envolveu questões políticas e a conciliação de diferentes demandas locais. Em alguns casos, decidiu-se pela implantação de campi sem a necessária estrutura física ou quadro de pessoal qualificado. No que pese a importância em prover acesso ao ensino superior à população de municípios de menor porte, consideramos que decisões cujas consequências implicam na provisão de recursos públicos e condições materiais e humanas cuja garantia não está estabelecida a priori, não se pode passar ao largo a necessidade de avaliar possíveis consequências das decisões tomadas. Afinal, além de tomar decisões, é função da gestão da universidade é garantir condições para sua efetividade (Leal, Novaes, Carneiro, 2013, p.05).

Dessa forma, as Instituições que já possuem pró-reitorias (PROAF, PRAES), secretaria específica (SAIN) e uma política de acessibilidade e inclusão, ainda passa pelo desafio de fazer acontecer, nos Departamentos, a inclusão e a permanência que foram pensadas

pela Administração Central de maneira igualitária a todos os *Campi*. Pontuo ainda que, nesse contexto, o tripé humano da Universidade (professores, técnicos e alunos) precisa funcionar de maneira orquestrada para poder contribuir com o avanço e o crescimento da sociedade na qual está imerso.

A UNEB entende que as ações afirmativas e as ações de permanência andam em conjunto, mas as gerenciam separadamente, através de programas, projetos e pró-reitorias específicas. No tocante às ações nos Departamentos, ainda não há uma notável atuação, uma vez que as comissões de permanência estudantil funcionam de maneira precária e improvisada em todos os *Campi*.

É possível verificar que nenhum dos Departamentos do interior possui, em sua estrutura administrativa, representação direta da PRAES ou da PROAF, como ocorrem com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), em relação aos colegiados da graduação, com a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), em relação às coordenações administrativas e financeiras, e com a Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP), em relação aos GT's de Rh. As atividades da PRAES nos Departamentos são exercidas por “apoios”, que podem trabalhar ou não diretamente com as pautas de atuação da Pró-Reitoria em questão.

Assim, é imprescindível, agora, que a UNEB passe a se preocupar, de modo mais bem articulado, com a permanência dos estudantes, posto que, com a abertura das cotas, emergem questões outras de diversas ordens: econômica, acadêmica, institucional e social. Isso porque a noção de permanência universitária não deve ficar pautada apenas na execução de grandes programas e projetos, ela precisa também perpassar situações de subsistência, refiro-me, aqui, principalmente, à garantia das três refeições mínimas por dia.

No entanto, é importante destacar que as ações de permanência não devem ser confundidas com assistencialismo tampouco como uma política transitória, ela precisa ser recepcionada como uma importante e necessária política de Estado, de maneira a fortalecer e garantir o caminhar acadêmico dentro da instituição, assegurando condições em nível de alimentação, transporte, saúde mental, textos e livros. Somada a essas questões, há também a necessidade de combater práticas discriminatórias, ambiente hostil a nível de relações de colega x colega, aluno x professor etc., pois atitudes dessa ordem são frequentes nesse “novo” contexto, posto que a universidade é uma versão reduzida da sociedade, a qual se (re)constrói de maneira lenta.

É certo que a UNEB tem assumido o *slogan* de universidade pública, gratuita, de qualidade e inclusiva, de modo a criar normativas, resoluções e pró-reitorias que tentam dar conta da gama de situações e desafios encontrados não só ao “abrir os portões da Universidade”

mas também ao manter os seus discentes em curso, amparando-os institucionalmente para finalizarem a almejada graduação. Nesse sentido, a PROAF, desde a sua criação, no ano de 2014, vem tentando desenvolver ações, encontros, discussões e editais específicos para os alunos cotistas da instituição.

No entanto, a articulação entre PROAF e PRAES, a meu ver, ainda é muito embrionária e não tem gerado efeitos capazes de contemplar certas realidades, no âmbito dos Departamentos. Exemplo disso são os editais lançados por cada uma dessas pró-reitorias que, apesar de terem o mesmo foco (auxílio financeiro), não conseguem de forma conjunta identificar os cotistas que ainda não foram amparados pela Instituição, bem como amparar o aluno em semestres iniciais, em virtude da periodicidade em que os editais são lançados.

Nessa perspectiva, rememoro o ano de 2009, quando, ao iniciar a graduação, o Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina contava apenas com uma única residência estudantil, a qual vivia superlotada com estudantes dos mais distantes municípios e alguns de nós, que apesar de oriundos de cidades próximas do Campus, ficamos/ficaram pelo caminho por não conseguir arcar com despesas básicas como: transporte, alimentação, xerox. Reflito, assim, sobre como uma monitoria de extensão me reposicionou na Universidade, concedendo-me a oportunidade de fincar os pés no espaço acadêmico.

A própria estrutura física da UNEB, com centralidade da administração na Capital, somada ao fato de os Departamentos não contarem com uma representação respaldada pelas Pró-Reitorias anteriormente citadas avolumam demandas advindas, única e exclusivamente, de “cima para baixo”. Outro fator que vem descompassando informações e auxílio dessas pró-reitorias aos Departamentos é seu quadro reduzido de servidores técnicos administrativos responsáveis por conduzir comissões voltadas à permanência, ao acompanhamento de alunos residentes das casas universitárias etc.

Cabe ressaltar que as ações de permanência nos Departamentos têm dependido, por vezes, de editais externos, da força de trabalho do técnico administrativo em comissões de permanência e de docentes que ao entenderem a situação de vulnerabilidade social do aluno, o encaminha à Direção Departamental. Especificamente, no Campus IV, atualmente o quadro de núcleos e setores não contempla um espaço específico para tratar, deliberar ou atender os discentes em vulnerabilidade social. Assim, eles são encaminhados à Comissão de Permanência do Campus. Comissão essa, que funciona como um apoio à PRAES, sem, contudo, ter ligação ou diálogo com a PROAF, como se estivéssemos falando do mesmo “problema”, mas com pessoas diferentes e cada uma entra com uma ação diferente no propósito de ajudar. Acredito que o desenvolvimento de ações que visam garantir ao estudante não só permanência, mas

permanência com qualidade, nos variados espaços da Universidade, deveria ser promovido pela Instituição, desde o ingresso do discente, sem depender de editais que não estão de comum acordo com o calendário acadêmico, como é o caso do Mais Futuro⁷ que conforme citado anteriormente não considera o calendário acadêmico da Uneb.

Outra situação, que podemos observar na Universidade, são as ações separadas e isoladas que cada grupo propõe, defendendo unicamente a sua parcela, como se estivéssemos ainda mais divididos, pois deixamos de ter somente os discentes da demanda geral e os discentes cotistas, para termos os discentes da demanda geral e os discentes quilombolas, os discentes ciganos, os discentes transexuais, os discentes negros, os discentes indígenas, os discentes deficientes etc. No afã de resolver e auxiliar o aluno, principalmente os cotistas em vulnerabilidade socioeconômica, a própria Universidade e seus estudiosos foram criando novas ilhas. Essa separação fica mais evidente com a criação de núcleos exclusivos para cada um desses grupos.

Levando em consideração a realidade do DCH IV, que recebeu discentes de quase todas as sobrevagas, logo após aprovação da Resolução 1.339/2018, é possível observar que, em relação aos problemas físicos, estruturais e pedagógicos identificados/apontados pelo Campus, a presença de discentes com deficiências e limitações físicas se sobressaiu, seguido dos discentes com o espectro do autismo. Iniciou-se, assim, um novo debate, dentro da Universidade, na tentativa de atender minimamente esses grupos que trazem demandas específicas, além da vulnerabilidade socioeconômica.

A PROAF, ciente das demandas que foram emergindo nos Departamentos após a publicação da resolução de cotas e sobrevagas, fortaleceu o debate já existente entre os estudiosos da educação inclusiva, por meio do processo público 074.7957.2021.0018171-96, que indicava a criação da política de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência, no âmbito da UNEB. Nesse processo, o até então Diretor do Campus IV, o professor João Silva Rocha Filho foi relator na comissão que apreciou a criação da política de acessibilidade e inclusão e o Campus IV protagonista na criação, em 2022, de um núcleo para atender exclusivamente esse público, o qual fora denominado Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

A política de inclusão da Universidade foi, então, estabelecida pela Resolução 1.521/2022, a qual, publicada em julho de dois mil e vinte e dois, traz, no escopo do seu texto,

⁷ O Programa Mais Futuro é um programa do Governo do Estado da Bahia em que o aluno comprovadamente de vulnerabilidade social recebe uma bolsa permanência (auxílio básico, complementar ou moradia) até completar 55% do curso, a porcentagem que falta para completar o curso o aluno migra para o perfil de estágio.

propostas de ações direcionadas a assegurar a permanência dos discentes com deficiências e transtornos, adequações físicas e estruturais para os Campi e adequações laborais para os servidores da Universidade:

Art. 12. A UNEB assegurará atenção ao processo educacional na forma de adaptações/flexibilizações curriculares, instrutor mediador e atendimento especializado voltado para a otimização das capacidades aos(às) discentes e comunidade com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e outras necessidades educacionais específicas temporárias e permanentes de aprendizagem, participantes das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão.

(...)

Art. 21. A UNEB assegurará atenção ao processo laboral de adequação funcional, instrutor mediador e atendimento especializado voltado para a otimização das capacidades dos(as) técnicos(as) administrativos(as) e analistas universitários(as), funcionários(as) terceirizados(as), docentes, prestadores de trabalho temporário, pesquisadores(as) convidados(as) e/ou associados(as) com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e outras necessidades específicas temporárias e permanentes (Universidade do Estado da Bahia, 2022, p. 12).

É frente a todas essas demandas que a UNEB continua como protagonista, no tocante às discussões de acesso e permanência, estabelecendo não só as cotas e sobrevagas como também políticas institucionais que visam assegurar aos discentes a permanência. É inegável que as políticas públicas voltadas às camadas consideradas populares no país têm permitido que mais pessoas ingressem no ensino superior que, conforme já relatado, ficou, por muito tempo, exclusivo às classes de maior poder aquisitivo.

Diante desse cenário de gradativas mudanças, no sentido de ampliar o acesso ao ensino superior às classes menos favorecidas, fica o impasse sobre a necessidade de oferecer condições de permanência para esses estudantes, considerando que, não basta apenas “abrir os portões”, é preciso assegurar ferramentas capazes de incentivar, favorecer e ampliar a permanência dos estudantes no ensino superior.

É importante, sim, enaltecer toda repercussão que a Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) tem gerado na ampliação do ingresso ao ensino superior de estudantes negros, oriundos de escolas públicas, indígenas etc. Ademais, as resoluções antes estabelecidas pela UNEB e por outras instituições públicas do país, em consonância com a Lei de Cotas, são importantes demarcações da necessidade urgente de se pensar a questão da permanência universitária, como política de Estado, para os grupos alcançados pelas cotas.

Assim, compreendo que o avanço de estudos sobre o tema sistema de cotas tem ampliado também o debate acerca da importância da permanência em consonância com as cotas, posto que

Diferentes estudos, como os de Ezcurra (2009), Almeida (2012), e Belettati (2011), apontam que esse crescimento tem se dado majoritariamente com o ingresso de alunos pertencentes a camadas de renda menos favorecidas da população, advindos da escola pública, que muitas vezes enfrentam grandes desafios para o bom desempenho e continuidade de seus estudos no nível superior. A inclusão desses novos sujeitos no ensino superior contou com estratégias como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), os quais tem sido fundamentais para a expansão e a consolidação da expansão do ensino superior privado (Costa; Dias, 2015, p.52).

Acredito que ações de políticas públicas, como o Programa Universidade Para Todos - UPT⁸, são importantes facilitadores do acesso ao ensino superior, principalmente, em universidades públicas. Programas dessa natureza são ofertados exclusivamente para estudantes advindos da rede pública, de forma que esses alunos serão os que mais necessitarão das políticas públicas de cotas e permanência, visto que, geralmente, são estudantes que conciliam estudo com trabalho, estudo com a fome, estudo com as distâncias, estudo com estigmas etc.

O DCH IV não conseguiu informar o quantitativo dos alunos cotistas matriculados atualmente, no entanto, é preciso informar que a PRAES tem o registro de 290 alunos atendidos pelos programas e projetos de permanência da UNEB no Campus IV. Considerando esse levantamento de alunos assistidos, o quantitativo de discentes, em relação aos principais programas e projetos que compõem as ações de permanência no Departamento, podem ser visualizados na tabela abaixo.

Tabela 4 - Quantitativo de estudantes assistidos pelas ações de permanência no Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, da Universidade do Estado da Bahia, entre os anos 2022-2023

Projeto/ Programa	Quant. Discentes
Auxílio PRAES (residentes e SISBA)	15
Programa Afirmativa (ano 2023)	09
Mais Futuro Complementar	05
Mais Futuro Permanência (básico) (moradia)	187 (B) 48 (M)

⁸ UPT - Programa Universidade Para Todos, Projeto de pré-vestibular iniciado em 2004 que tem como foco principal a preparação de jovens e adultos para o ingresso no Ensino superior, através de curso com formatação de pré-vestibular, para alunos oriundos das Escolas públicas.

Mais Futuro Estágio no DCH IV	26
Total de estudantes atendidos	290

Fonte: Elaboração Própria

Ressalto a importância de entendermos que, em um universo de 800 alunos regularmente matriculado nos cursos de graduação presencial do Campus, 290 alunos atendidos nos dá um percentual de 36%. Assim, ainda que exista, atualmente, uma maior possibilidade de acesso, é preciso pensar na permanência desses grupos dentro das universidades, considerando que o ingresso pelo ingresso não garante a permanência e conclusão do curso. Como pode ser visto na Tabela 4, o Programa Mais Futuro, o qual fora lançado em 2017 pelo Governo do Estado, com a intenção de garantir a permanência dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, nas universidades públicas estaduais da Bahia (UNEB, UEFS, UESB E UESC), tem sido um dos poucos programas que a Universidade do Estado da Bahia tem a seu dispor, para atender e garantir minimamente a permanência dos alunos considerados de vulnerabilidade social.

Assim, o que temos, hoje, no DCH IV, são alunos assistidos majoritariamente pelo Mais Futuro, que, apesar de ser um programa do Governo do Estado, tem sido responsável pela maior parte de alunos atendidos, de forma quase exclusiva, neste Campus. De qualquer forma, a UNEB tem dado passos em direção à igualdade de oportunidades no ensino superior, e seu corpo docente, técnico e discente têm levantado a necessidade de discutir, nas instâncias superiores da Universidade, questões ligadas à raça, sexo, orientação sexual etc.

Dito tudo isso, o conceito que melhor se enquadra no que acredito ser ações afirmativas, nada mais é do que,

Medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, [...] de garantir a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (Ministério da Justiça, 1996, p.01).

Desta forma, as ações afirmativas, enquanto política de Estado, são capazes de atender a grupos antes não alcançados, principalmente, pelo ensino superior (ciganos, transexuais, deficientes, quilombolas etc.), independentemente de o estudante ter ou não utilizando das cotas para o acesso ao ensino superior, uma vez que a Constituição nos garante em seu art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a

colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

São muitos os obstáculos que cada grupo assistido pelas cotas universitárias enfrenta no decorrer da vida estudantil, desde a tentativa de finalizar o ensino médio, com a promessa de “se formar” para galgar um subemprego, até a tentativa de adentrar os espaços do ensino superior. A realidade é que nenhuma lei “caminha” sozinha, ela traz consigo um histórico de lutas individuais e coletivas que, ao longo do tempo, foi ganhando visibilidade e notoriedade por seus fatos concretos. O mesmo acontece com a Lei de Cotas, ao passar atualmente pela sua primeira revisão, com o intuito de comprovar para a sociedade de que a lei não desfavoreceu os não atendidos, à medida que possibilita(ou) a outros o ingresso no ensino superior. É intrigante pensar que se precisa o tempo inteiro provar que “sim, podemos”!

É inegável que leis como essa têm um impacto social avassalador. Acredito ainda que a revisão da Lei de Cotas nos favorece (pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica), posto que agora há números para subsidiar e validar nosso interesse por estudar, pesquisar, evoluir... E é nesse cenário que a Câmara de Deputados do país aprovou o projeto de lei 5.384/2020 que reajusta a Lei de Cotas que é 2012, que segue no sentido de ampliar a reserva de vagas para outras categorias sociais, como a entrada dos estudantes quilombolas como beneficiários.

Vale registrar que atualmente o país tem uma Ministra de Igualdade Racial, a senhora Anielle Franco, que foi beneficiária do sistema de cotas, quando estudante da UERJ, fato que se torna emblemático para todos que acompanham a temática, pois vem ajudar a comprovar que os espaços de poder também devem ser ocupados pela pluralidade de pessoas e ideias, tendo em vista que “as lutas por justiça devem ser avaliadas conforme suas demandas, dado que nem toda política pública se efetiva como medida adequada frente a tais reivindicações”, conforme defendido por Jesus e Bertolin (2023).

Assim, com a revisão da Lei de Cotas, o programa proposto para as ações afirmativas das instituições federais de ensino superior e técnico passará por ajustes nas regras do vestibular, priorizando os cotistas na concessão de bolsas e incluindo estudantes quilombolas como beneficiários das cotas (para se tornar lei, o projeto ainda precisa passar pela discussão no Senado, antes de seguir para sanção presidencial). Aqui é possível ver que a Universidade do Estado da Bahia, em suas resoluções acerca da reserva de vagas e sobrevagas, continua à frente das propostas da Lei de Cotas, abrangendo mais grupos e diversificando a Universidade.

Além do ajuste acima citado, outro motivo para comemorar na lei revista é o avanço no discurso acerca da permanência, isso porque a prioridade do cotista na concessão de bolsas,

o auxilia a permanecer, formar-se e concluir a graduação. Desta forma, corroboro com Lima e Maciel (2023) que, ao citarem Cordeiro (2017), ao refletirem sobre o acesso de transexuais e travestis nas universidades, sinalizam que:

O acesso à educação superior tem permitido que grupos em desvantagens sociais sejam incluídos de forma precária e minoritária, conseqüentemente, a democratização do acesso à educação também precisa pautar o combate à discriminação e preconceitos, além de dispor de práticas e informações dentro do ambiente universitário (Cordeiro, 2017, p. 10 *apud* Lima; Maciel, 2023, p.08).

É nesse sentido que estamos avançando com o “acesso” e “permanência”, aliando as políticas públicas de forma a alcançar o maior número de sujeitos possíveis. Mas, o que temos para hoje? Diria que, em âmbito Federal e Estadual, temos a comemorar a revisão da Lei de Cotas como um ganho social que chancela a universalização da educação superior, ao atender demandas particulares dos grupos que são/estão à margem da sociedade, de forma a trazê-los para perto/dentro das discussões e construções da sua própria história. Acredito que a maior e mais notável alteração se dá no processo de ingresso: inicialmente todos concorrem pelo sistema de ampla concorrência e apenas os que não alcançam a nota de corte passam a concorrer à reserva de vagas, o que tende a aumentar a presença de cotistas na educação superior.

No tocante ao âmbito da Universidade do Estado da Bahia, compreendo como positivas todas as resoluções publicadas e seguidas acerca das cotas e da ampliação do acesso pelo sistema de sobrevagas. No entanto, entendo também que a permanência desse público tem se dado, por vezes, por auxílios externos à Universidade e/ou muito dependente da gestão local dos Departamentos. Logo, a nível de UNEB, ainda é preciso, a partir da validação do cotista e sua matrícula no curso, direcioná-lo à PRAES, para que essa compreenda e verifique como melhor atender esse aluno.

Ações de permanência, como as residências universitárias presentes no Campus IV, não é uma ação existente em todos os Departamentos da Universidade, e, apesar de atender discentes cotistas e não cotista que, preferencialmente, sejam oriundos de cidades que ficam localizadas a mais de 100 km de distância dos Campi, é uma das ferramentas utilizadas pelo Campus IV para atender a demanda de cotistas. Os dados relativos a essa ferramenta, nos anos 2022 e 2023, no DCH IV, pode ser observado na Tabela 5:

Tabela 5 - Alunos do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, da Universidade do Estado da Bahia atendidos pelo Programa de Moradia da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES), nos anos 2022-2023

Residência	Quant. Residentes	Cotistas	Não - cotistas
Feminina	10	06	04
Masculina	11	07	04

Fonte: Elaboração própria

Sobre ações de permanência, de âmbito nacional, cabe destacar que

No contexto de expansão do ensino superior público, a transformação da política de governo, antes denominada *Plano* Nacional de Assistência Estudantil, em *Programa* Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no ano de 2010, representou um grande passo para a consolidação de ações dessa natureza nas instituições de ensino superior. (...) O programa tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal oferecendo ações em diferentes áreas como moradia, alimentação, atenção à saúde, esporte, cultura, entre outras. (Sousa e Peixoto, 2020, p.302).

Nessa mesma perspectiva, o PNAEST (Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais) atua nas universidades estaduais. Na UNEB, ele é gerido através dos programas da PRAES, assim, compreendo que a Universidade se esforça para aplicar as ações para a permanência discente, por meio da participação em editais, no entanto, atualmente ainda não estabeleceu um plano para que essas ações sejam igualitárias em todos os Campi, o que evidencia mais um dos desafios que a multicampia unebiana gera.

Quando, no ano de 2012, o sistema de cotas foi questionado no Supremo Tribunal Federal, o então ministro Ayres Britto, ao pronunciar-se favorável às cotas raciais, dizendo: “É preciso que haja um plus da política pública promocional. É preciso que haja uma política diferenciada no âmbito das próprias políticas públicas. **Não basta proteger. É preciso promover, elevar, fazer com que os segmentos ascendam**” (grifo da autora). Então, se pudesse mesmo responder *o que temos para hoje?* Eu diria que temos uma Universidade cheia de gente que luta, corre, busca... Em contrapartida, há ações isoladas em programas e projetos não conseguem alcançar em sua totalidade os afetados pelos mais diversos problemas sociais, econômicos e mais recentemente, no pós-pandemia, psicológicos. Sim, temos os portões abertos! No entanto, ainda é preciso firmar políticas e ações de permanência que garantam ao estudante concluir com qualidade e equidade de condições a sua graduação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 ABORDAGEM GERAL

O percurso metodológico desta pesquisa é traçado com base na necessidade de não só contar histórias, mas também revivê-las e recontá-las, sob a ótica dos participantes desta pesquisa e também da minha, enquanto pesquisadora, que, ao me identificar como mulher, advinda da zona rural, mãe de família, considerada branca/parda, heterossexual e egressa do DCH IV, tem a possibilidade de apresentar as histórias dos estudantes cotistas frente à permanência na UNEB. Essa seção se propõe a apresentar a estrada que guiou este estudo, focando na natureza da pesquisa de cunho qualitativo, caminhando pela narrativa enquanto método, utilizando dos grupos de discussão como dispositivo.

O caminho metodológico de uma pesquisa está imbricado com o desejo do pesquisador, corroborando com Minayo (2001), o caminho metodológico pode ser entendido como a via do pensamento e a prática exercida na abordagem de dada realidade. Logo, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre nelas referidas.

Entendo que o cenário atual das universidades impõe, por vezes, expor temáticas, métodos e fontes, que não são fáceis de ser imaginadas. É diante do desafio de ousar em (re)apresentar as vozes dos alunos cotistas do DCH IV que esta pesquisa se concretiza, através da opção pelo método da narrativa que, apesar de ser um método extremamente subjetivo, possibilita-nos, em contrapartida, (re)escrever realidades. Como salienta Abrahão (2003), “as narrativas permitem, dependendo do modo como nos são relatadas, universalizar as experiências vividas nas trajetórias de nossos informantes”. Dessa forma, é por meio dos relatos de cada participante da pesquisa, oferecidos pelo viés do método das narrativas, que encontramos terra fértil para compreender como os alunos cotistas advindos da Resolução 1.339/2018 concebem e vivenciam a política de cotas e as ações de permanência no DCH IV/Jacobina, objetivo geral desta pesquisa.

À vista disso, este estudo que se revela, desde sua fase inicial, qualitativo, uma vez que nasceu com a pretensão de coletar os dados no ambiente em que a realidade acontece, remete-nos a um contato direto entre os participantes e o pesquisador. Assim, em virtude das pessoas que vivenciam a realidade pesquisada, existe aqui uma estima por relatar o processo de pesquisar e uma preocupação em descrever a perspectiva dos participantes. Indo por esse viés, acredito que o impacto social da universidade fica atrelado à possibilidade da transformação social envolvida e às relações estabelecidas entre os sujeitos que a integram, sejam nas

conversas de corredores, sejam nas tentativas de permanecer, sejam nas desistências, por vezes, inevitáveis. É no dia a dia que se universalizam as ações, sujeitos e políticas.

Ainda no que se refere à priorização da pesquisa qualitativa, na abordagem teórico-metodológica utilizada neste estudo, entendo que essa priorização nos possibilita captar o transcorrido no entorno social, levando em consideração os participantes da pesquisa, que compartilham suas experiências/vivências. Desta forma, pesquisar qualitativamente permitirá não só analisar o fenômeno, mas também descrevê-lo, para melhor compreender os aspectos que lhes estão imbricados.

Segundo Brandão (2001),

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (Brandão, 2001, p.13).

Assim, a pesquisa qualitativa se preocupa com o comportamento humano, abordando os aspectos subjetivos desses comportamentos e os fenômenos envolvidos. Esse caráter exploratório oferecido pela abordagem qualitativa nos permite flexibilizar, no que se refere à coleta de dados, os seguintes meios de coleta: observações, grupos de discussão, entrevistas individualizadas etc.

No que se refere ao método da pesquisa, não havia escolhido utilizar a narrativa, estava envolta com a pesquisa-ação, pesquisa-formação etc. No entanto, revisitando materiais e textos me deparei com os diálogos realizados em uma das disciplinas obrigatórias, a saber, *Pesquisa Aplicada à Educação*, e, em uma de suas propostas, foi-me imposto a necessidade de escrever um diário. Fiquei por semanas sem entender muito bem a indicação, mas ao revisar os diários, percebi que estava engatinhando no que seria o meu perfil metodológico. Assim, apesar de a narrativa não ser opção inicial para este trabalho, ela se mostrou como melhor opção para o que fora proposto trabalhar com os discentes.

A contribuição da narrativa, neste trabalho, dialoga diretamente com as ideias expostas por Oliveira e Geraldi (2010) que, em seu trabalho intitulado “Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão”, nos afirmam que:

Precisamos de narrativas que contribuam para a compreensão amplificada do que é e do que pode ser a realidade social na qual estamos vivendo, escamoteada e tornada invisível a ‘olho nu’ pelas normas e regulamentos da

cientificidade moderna, da hierarquia que esta estabelece entre teoria e prática e dos textos produzidos segundo tais ditames (Oliveira; Geraldi, 2010, p. 23).

Refletir acerca do método definido como fio condutor da pesquisa – narrativas – permite fortalecer os paradigmas e aplicar os dispositivos a ele correspondente. Passeggi e Souza (2017), em artigo intitulado “O Movimento (Auto)Biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional”, reforçam a proposta das narrativas enquanto método relevante para refletirmos sobre as possibilidades dos conhecimentos científicos:

As narrativas propõem uma nova episteme, um novo tipo de conhecimento, que emerge não na busca de uma verdade, mas de uma reflexão sobre a experiência narrada, assegurando um novo posicionamento político em ciência, que implica princípios e métodos legitimadores da palavra do sujeito [...] (Passeggi; Souza, 2017, p. 11).

Considerando o contexto em que a pesquisa está posta bem como seus participantes, o método escolhido diz muito da minha escuta para com as demandas dos alunos, mas diz muito mais sobre como entendo o desenrolar desta pesquisa. Os alunos de uma universidade são seu maior bem e isso independe de sua forma de ingresso.

No entanto, aqueles que apresentam vulnerabilidades sociais e/ou econômicas fortalecem o significado da universidade, no sentido de ser uma instituição de forte impacto social, capaz de ressignificar trajetórias, visibilizar grupos e indivíduos que estiveram “apagados” da História, apesar de tê-la construído.

Foi a partir desse dispositivo que compreendi que eu gostava de contar, de reviver, de reafirmar, de fazer e ser parte. E, a narrativa me possibilita reproduzir vozes, discursos, imaginários e o “ser” de cada sujeito participante: sujeitos carregados de memórias para contar sobre si, sobre nós, mediante o olhar de quem estar vivendo dentro dos “muros de uma universidade”. Ouvi que ninguém narra sozinho, por isso esse texto é tão deles, participantes da pesquisa, quanto meu, a narradora que vos escreve.

A análise aqui assumida é uma análise textual discursiva, que, conforme Moraes e Galiazzi (2006), pode ser compreendida como:

(...) um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autorexercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. (Moraes; Galiazzi, 2006, p.118).

Nesse sentido, segundo Creswell (2014), uma pesquisa de natureza qualitativa pede múltiplas fontes de informação ou dispositivos de construção de dados, os quais podem ser entendidos como um conjunto de atividades relacionadas entre si cuja finalidade é reunir dados para responder a pergunta de pesquisa. Assim, o trabalho ora apresentado utiliza como dispositivo um grupo de discussão, planejado inicialmente para 10 (dez) estudantes, mediante o intuito de lhes instigar diálogos efetivos e diretos, a fim de ampliar o debate acerca de suas vivências com a política de cotas e de suas percepções, no que se refere às ações desempenhadas pela política de assistência estudantil, no DCH IV da Universidade do Estado da Bahia.

Também se revela neste estudo o paradigma sociocrítico, já que desde o título buscamos: questionar a hegemonia do pensamento ocidental e eurocêntrica, implantada como verdade absoluta neste país desde sua colonização; desafiar o sistema posto socialmente, desestabilizando a ordem que ele impõe; e continuar abrindo alternativas para construção de uma sociedade justa para todas as gentes. É em contrapartida a todo processo colonial que impôs, durante muito tempo, sua realidade, principalmente, sua língua e sua cultura, em detrimento da diversidade de povos, subalternizando-os, é que o paradigma sóciocrítico assume a responsabilidade de amplificar e alinhar as relações entre os sujeitos, apresentando os olhares diversos.

2.1.1 O DISPOSITIVO NA PESQUISA

A crise instaurada no paradigma positivista que surgiu entre os anos 60 e 70 do Séc. XX se legitima a partir de que tais pressupostos, aliados ao “enviesamento androcêntrico, racista, sexista machista e LGBTFóbico e cisheteronormativo da ciência, são limitados ou mesmo incapazes de dar conta da complexidade dos fenômenos sociais e subjetivos” (Santos; Mezzari; Filho, 2021, p.173). Assim, a realidade social passa a ser validada como espaço de produção do conhecimento, impulsionando as pesquisas e análises narrativas. Outrossim, em complemento ao paradigma decolonial, o paradigma positivista permite pensar novas formas de visibilizar a história, como também agregar valor e conhecimento a culturas que formam invisibilizadas na construção epistemológica da América Latina.

Ainda no que se refere ao paradigma desta pesquisa, é preciso registrar que:

El paradigma que nos ocupa, se considera como una unidad dialéctica entre lo teórico y lo práctico. Nace de una crítica a la racionalidade instrumental y

técnica preconizada por el paradigma positivista y planteala necesidad de una racionalidade substantiva que incluya los juicios, los valores y los intereses de la sociedade, así como su compromiso para la transformación desde su interior. Fu ela escuela de Frankfurt 9Horkheimer, Adorno, Habermas), según lo reporta Boladeras (1996) la que desarrolló um concepto de teoria que tenía como objetivo fundamental la emancipación del ser humano (Alvarado; García, 2008, p.189).

Ademais, acredito que o paradigma em questão auxilia o trabalho com o dispositivo da pesquisa, no tocante à escolha dos grupos reflexivos, os quais nortearam o desenvolvimento desta pesquisa que se deu em virtude de compreender, conforme enfatizado por Aguiar e Ferreira (2007), que

[...] um procedimento complexo de construção, (re)construção de conhecimento e do próprio processo cognoscitivo, uma vez que as análises e discussões neles vivenciadas oportunizam, além da reconstrução de saberes, a reconsideração de valores, crenças e objetivos de ação, propiciando a opção por alternativas mais eficazes à solução dos problemas vivenciados no cotidiano [...] (Aguiar; Ferreira, 2007, p. 76).

É em meio às possibilidades de (re)construção de conhecimentos que essa pesquisa surge, para possibilitar ouvir as vozes que tanto falam/gritam por espaço, atenção, atendimento, dentro do espaço acadêmico. Desse modo, os grupos reflexivos foram tomados como dispositivo capaz de apresentar aos seus participantes as diversas perspectivas sobre o mesmo tema e à instituição envolvida – UNEB/DCH IV – um retorno sobre as suas ações, possibilitando que essa repense suas estruturas físicas, culturais, administrativas e outras.

Trabalhar com o grupo reflexivo possibilitou, assim, delimitar as categorias de pesquisa, a partir dos assuntos que emergiram nas discussões e nas falas dos colaboradores, no caso desta pesquisa, os alunos cotistas do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, da Universidade do Estado da Bahia, que participaram e foram ouvidos como colaboradores do grupo. Santamarina e Marinas (1995) afirmam que

[...] recolher os relatos ou as histórias de vida não é recolher objetos ou condutas diferentes, mas, sim, participar da elaboração de uma memória que quer transmitir-se a partir da demanda de um investigador. Por isto a História de Vida não é só uma transmissão, mas uma construção da qual participa o próprio investigador [...] (Santamarina; Marinas, 1995, p. 273).

Cabe ressaltar que os encontros do grupo reflexivo aconteceram no DCH IV, com encontros presenciais, em datas e horários programados com os participantes, somente após a liberação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP. Apesar de os participantes estarem ocupando

um lugar comum (cotistas) foi interessante notar que a interação entre eles viabilizou a construção de novos olhares que possibilitaram a produção de aprendizagens, a qual, conforme Oliveira (2010), se dá no grupo de pessoa para pessoa, de maneira singular para cada participante. Assim, compreendo que o processo de encontro, diálogo e troca de informações, durante a realização do grupo, favoreceram o compartilhamento de situações, emoções e histórias.

Acredito que descrever os encontros se torna imprescindível para o entendimento da pesquisa e do seu desenrolar, no entanto, muito do que foi realizado ficará a cargo da memória dos participantes, visto toda grandiosidade de informações trocadas no grupo. Iniciamos o grupo com mais de quinze alunos, no entanto, após os esclarecimentos realizados acerca da realização desta dissertação e das propostas apresentadas, como a construção conjunta do produto decorrente deste estudo, as atividades tiveram continuidade com doze alunos, dos quais dez participaram de forma efetiva e contínua.

Considerando que, apesar da participação dos dez alunos, apenas cinco se sentiram à vontade para se expressar, sendo somente esses os participantes evocados na descrição dos encontros do grupo reflexivo, os nomeamos simbolicamente pelas vogais *A, E, I, O, U*. As vogais foram escolhidas, pois, apesar de serem classificadas em um grupo próprio, fazem parte do alfabeto completo. A analogia aqui construída se refere aos cotistas que, embora momentaneamente separados pela classificação de cotistas e não cotistas, fazem parte da comunidade acadêmica de discentes.

Importante salientar que os dez alunos (cinco meninas, quatro meninos e um transgênero) que participaram continuamente do grupo de discussão foram imprescindíveis para realização desta pesquisa e que, ao apresentarem dificuldades, inicialmente, em estabelecer relações entre as políticas de cotas e as ações de permanência universitária, percebi que muitos ainda não tinham firmado conceitos importantes como: políticas públicas, permanência universitária, política de cotas. Aproveitando esse fato, as temáticas acima citadas foram aprofundadas de maneira a conduzir os alunos a criarem seus próprios conceitos sobre o que seria discutido nos encontros. Nesse contexto, a **participante I** afirmou que:

- (1) Agora eu sei que as cotas são a boa política, tem nada a ver com partido, tem a ver com salvar as vidas que perambulam nos pós ensino médio. E sei também que sem a permanência a cota é diálogo vazio, pois tem mesmo que nos colocar aqui dentro, mas precisa também nos permitir ficar (**Participante I**).

Desta forma, acredito que o grupo de discussão alcançou seu objetivo principal, que esteve pautado em compreender como esses alunos concebem a existência da política de cotas na UNEB e como vivenciam essa política e as ações de permanência no DCH IV. Assim, acerca do grupo reflexivo é possível concluir que, inicialmente, foi possibilitado que os participantes criassem seus próprios conceitos, seguindo para a percepção da importância em se debater os assuntos levantados, o que resultou no compromisso de nos reunirmos, no início do semestre seguinte, a saber, 2024.1, para a criação de um grupo de estudos que discuta políticas públicas. Esse grupo alimentará o produto desta pesquisa: o e-book colaborativo acerca das políticas de cotas e de permanência no Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, da UNEB.

Conforme já escrito, o dispositivo escolhido para ser trabalhado ao lado do método das narrativas foi o de grupos reflexivos. Saliento que a ideia do grupo surgiu da necessidade de ouvir todos os participantes da pesquisa de maneira igualitária. Assim, com o intuito de alcançar todas as vozes, uma linha de transmissão foi criada, no aplicativo *WhatsApp*, para convidar os discentes cotistas a debater e aprofundar o diálogo sobre as cotas nas universidades e, particularmente, no DCH IV.

É importante registrar que a proximidade com o público envolvido na pesquisa se deu a partir de um convite de uma discente do curso de Direito do Campus IV, para que eu compusesse uma roda de conversa intitulada “Cotas e Políticas Afirmativas: UNEB – Campus IV – Jacobina/BA”, em um evento que antecedeu a “3ª Conferência de Estudantes Cotistas da UNEB”, o qual visava mobilizar a participação dos estudantes na referida conferência. Dessa forma, a roda de conversa oportunizou o início da discussão, no DCH IV, da importância das políticas afirmativas na educação superior, além de proporcionar a reflexão sobre implicações dessas políticas, no âmbito da permanência universitária.

Ao final da palestra pude observar que alguns discentes queriam ouvir e falar um pouco mais sobre a temática e, assim, disponibilizei meu contato de *WhatsApp* para conversas futuras. Foi nesse momento que criei o grupo de transmissão acima mencionado, de onde viria o convite para participação da pesquisa, após a liberação do CEP. O grupo reflexivo composto pelos estudantes cotistas convidados contou com 5 (cinco) encontros, os quais descrevo a seguir:

a) 1º Encontro do grupo reflexivo

O Encontro inicial foi pensado para apresentações formais da pesquisadora e dos alunos que utilizaram da ferramenta de *WhatsApp* para aceitar o convite em participar dos encontros. Nesse mesmo momento houve a apresentação do TCLE e sua devida assinatura,

além dos esclarecimentos quanto à necessidade de encontros e debates, com base em textos para fomentar o diálogo entre os participantes. Considerando que estávamos no nosso primeiro encontro, foi apresentada a música de Bia Ferreira, “Cota não é esmola” (apêndice 1).

No fim do primeiro encontro, solicitei que cada participante escrevesse uma frase com intuito de gerar uma nuvem de palavras (apêndice 2), a palavra devia representar a tradução da visão de cada um sobre a música e do sentimento aflorado ao ouvir e ver a interpretação da música em vídeo, a palavra que apareceu de maneira mais intensa “força”. Nesse contexto, ela está intimamente ligada ao sentido de alterar o estado de repouso, de movimentar-se, mesmo diante do sistema.

b) 2º Encontro do grupo reflexivo

Nesse segundo encontro a proposta foi debater sobre a Resolução 1.339/2018 e a Lei 14.723 de 2023 (atual Lei de Cotas). Fizemos a leitura da Resolução e dos principais pontos da Lei de Cotas recentemente alterada. Os participantes foram fazendo suas inferências sobre os documentos, ao tempo em que realizaram buscas, de forma aleatória, na internet, conforme o comando passado a eles, para que escolhessem imagens que pudessem representar para eles a presença de cotistas na universidade e como eles se sentem em relação às ações de permanência na instituição.

Assim, fizemos uma colagem com as imagens escolhidas e os participantes foram refletindo sobre cada imagem apresentada, momento em que foram incentivados a dizer se concordavam, discordavam ou acrescentavam algo na apresentação do colega. Todas as imagens foram retiradas do *google* e apresentadas em slides na sala pelos presentes. Nesse segundo encontro, participaram seis colaboradores. Apresento na Imagem 2 o resultado da colagem realizada:

c) 3º Encontro do grupo reflexivo

Nesse encontro foi realizado um momento de escuta aos colaboradores da pesquisa a partir de um breve questionário com as perguntas relacionadas abaixo, as quais foram realizadas pela pesquisadora:

- Como você se sente/se enxerga enquanto cotista neste Campus?
- Quando no decorrer da sua vida estudantil e/ou acadêmica se deu conta da importância de ocupar o espaço da Universidade pública?
- Porque você decidiu utilizar da Resolução 1.339/2018?

Esse encontro foi o de maior duração, ficamos por duas horas debatendo as respostas de forma oral e tentando compreender como as direções tomadas e objetivos alcançados pelo/a

estudantes está afetando a sua vivência enquanto cotista no Campus. O diálogo foi fluido e acompanhado apenas pelo gravador (devidamente autorizado pelos presentes).

d) 4º Encontro do grupo reflexivo

Nesse penúltimo encontro do grupo, apresentei sobre como funciona um mestrado profissional e reafirmei a minha implicação com a pesquisa e a necessidade de criação de um produto final para este trabalho. Nesse sentido, expus aos presentes como poderíamos manter os encontros, caso fosse da vontade de cada *umx*, para partilharmos relatos e acontecimentos acerca da política de cotas e permanência no Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, encontros esses que poderão ser úteis para própria universidade. Assim, em virtude da dinâmica dos semestres bem como da necessidade de discutir sempre a temática no Campus, decidimos, conjuntamente, pela criação de um e-book. Conforme deliberação no grupo, o e-book ficou de ser nada mais que um material de cunho informativo, criado em uma plataforma gratuita de fácil acesso, a exemplo do Canva, e alimentado por tópicos mensais ou semestrais.

e) 5º Encontro do grupo reflexivo

Considerando a proximidade da finalização do semestre acadêmico, esse foi nosso último encontro em grupo. Para finalizarmos, abrimos a discussão com uma pergunta “Quem sou dentro do DCH IV/Jacobina?”. O encontro ficou registrado em áudio e nesse momento foi possível dialogar tanto sobre “quem sou” quanto “quem quero ser”. Esse material servirá de base para a primeira edição do *e-book*.

2.2 O LÓCUS DA PESQUISA

O Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, situado na cidade de Jacobina, distante da capital Salvador, aproximadamente 330 km, surgiu da então Faculdade de Formação de Professores de Jacobina, a FFPJ, a qual teve suas portas abertas através da publicação da Lei Estadual nº 3.825, de 19 de setembro de 1980. É a partir da FFPJ, por força da Lei Delegada nº 66 de 1º de junho de 1983, reestruturada pela Lei Estadual nº 7.176 de 10 de setembro de 1997, que se constituiu o Campus IV da Universidade do Estado da Bahia, em Jacobina, com o Departamento de Ciências Humanas. Em seu primeiro momento, o DCH IV se dedicava a formação de professores com vistas a atender à demanda dos municípios circunvizinhos.

O município de Jacobina faz parte do território do Piemonte da Chapada Diamantina junto com os demais municípios circunvizinhos, sendo eles: Caém, Miguel Calmon, Capim Grosso, Mirangaba, Ourolândia, Serrolândia, Saúde, Várzea Nova e Umburanas. Tem se configurado como uma importante cidade para a Bahia, posto sua exploração mineral,

agropecuária, comércio e mais recentemente com os empreendimentos eólicos. O alunado do Campus IV é composto por indivíduos desse território, o que apresenta particularidades como a necessidade de transporte escolar, estabelecimento de convênio entre as Prefeituras e a Universidade etc.

É a única Universidade pública no perímetro do Piemonte da Diamantina, o que a eleva enquanto importante Instituição para o desenvolvimento da educação superior no interior e principalmente na formação de professores, que foi onde esteve concentrada a maioria dos seus cursos.

O Campus IV da Universidade do Estado da Bahia, que surge a partir da FFPJ que ofertava as licenciaturas curtas para os atuais cursos presenciais de graduação (licenciaturas e bacharelados): Letras, Língua Portuguesa; Letras, Língua Inglesa; História; Geografia; Educação Física e Direito, sendo esses dois últimos incorporados ao quadro de cursos apenas em 2005. Também compõem o quadro de cursos do Campus, os cursos de graduação ofertados na modalidade EaD, a partir do ano 2020: Educação Inclusiva Especial e Matemática. O Campus ainda abriga um Polo UAB com o curso de Pedagogia ofertado pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Ademais, o Departamento teve seu primeiro mestrado aprovado em 2013 pela Resolução 0964/2013, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade.

Considerando o seu potencial físico e estrutural, apesar do seu déficit no quadro de pessoal (docente e técnico), a primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET foi iniciada, em 2023, ano em que também ocorreu a aprovação da Resolução 1.559/2023, criando o Programa de Doutorado em Educação e Diversidade, o qual aguarda, até o presente momento, a autorização da CAPES.

No site oficial da instituição, o Departamento se apresenta com as seguintes palavras:

O Campus IV da UNEB está localizado na Avenida J.J. Seabra, no bairro da Estação, em Jacobina, e conta com o Departamento de Ciências Humanas (DCH). Foi o quarto a ser implantado pela instituição para o cumprimento da missão de produzir, difundir, socializar e aplicar o conhecimento nas diversas áreas do saber.

Jacobina pertence ao território de identidade Piemonte da Diamantina, que é composto por dez municípios. O território está inserido na macrorregião Semiárido e é banhado pela Bacia do Rio Itapicurú. O clima predominante na região é o semiárido, o bioma da região é do tipo caatinga. O Piemonte da Diamantina apresenta elevadas taxas de urbanização e possui destacados os setores de serviços e de extração mineral (Universidade do Estado da Bahia, 2017, p.24).

Conforme mapa apresentado na Figura 2, atualizado em 2023, no site oficial da UNEB, é possível observar a localização do DCH IV em relação aos demais Campi, os quais marcam a presença da UNEB em todos os territórios de identidade da Bahia.

Figura 1 - A Universidade de Toda Bahia



O DCH IV possui dois espaços físicos, atualmente engloba a graduação e a pós-graduação: o Campus Estação – campus principal – acomodado no mesmo espaço desde a fundação do Departamento; e o chamado Campus da Catuaba, com distância de, aproximadamente, 6 km do Campus Estação. O Campus Catuaba, que surgiu como um importante espaço para abrigar novos cursos de graduação e a pós-graduação, apresentou-se, inicialmente, como uma alternativa aos cursos de graduação, grupos de pesquisa e núcleos que não conseguiam espaço no Campus da Estação para suas atividades, em virtude do esgotamento físico daquele local. Assim, a ampliação do Departamento com a conquista do Campus da Catuaba foi um importante demarcador da presença da UNEB na cidade de Jacobina e reforça a relevância das atividades promovidas pela Universidade, presente na região há quase 40 anos, na formação de profissionais e no desenvolvimento de pesquisas de âmbito regional e nacional.

Apesar de o espaço do Campus da Catuaba ter sido doado pela Prefeitura Municipal de Jacobina, no ano de 2013, com área já construída e apesar dos esforços das gestões departamentais, o Campus continua abrigando apenas a pós-graduação, pois, no que se refere à

graduação, ele permanece recepcionando algumas aulas esporádicas do curso de Educação Física e dos cursos EaD. Desse modo, mesmo após 10 anos da doação, a gestão local não conseguiu ocupar o Campus da Catuaba em sua total capacidade.

Em relação a oferta de vagas, o Departamento dispõe de um total de 235 (duzentos e trinta e cinco) vagas, no processo seletivo do Vestibular, e 215 (duzentos e quinze) vagas, no processo do SISU, para os cursos de graduação, selecionando candidatos anualmente da seguinte forma:

Tabela 6 - Distribuição de vagas oferecidas pelo Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, da Universidade do Estado da Bahia, através do Vestibular e do SISU, nos semestres letivos 2022.1 e 2023.1

Cursos	Vagas oferecidas	
	Vestibular 2023.1	SISU 2022.1
Letras, Língua Portuguesa e Literaturas	25	30
Letras, Língua Inglesa e Literaturas	20	25
Geografia	35	40
História	35	40
Educação Física	35	40
Direito	35	40
Educação Inclusiva Especial (Ead)	50	*

Fonte: Elaboração própria⁹

Mais recentemente a UNEB ampliou sua modalidade de entrada, participando, em 2023, do primeiro edital denominado Processo Seletivo Especial, que disponibilizou vagas com entrada exclusivamente via apresentação das notas do histórico escolar do ensino médio, ofertando para toda Universidade 1.317 vagas nas modalidades presencial e a EaD, destinadas aos concluintes do ensino médio, para o Campus de Jacobina as vagas foram distribuídas da seguinte forma: 03 para alunos da ampla concorrência; 02 para alunos negros; 03 indígenas; 01 quilombolas; 03 ciganos; 01 deficientes, autistas, altas habilidades; 03 transexuais, travestis e transgêneros, todos para o curso de Direito.

Além do desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação, o Departamento também apresenta vasta produção no campo da extensão, realizando atividades para a comunidade acadêmica e sociedade civil por meio de financiamentos distintos que vão desde a participação de editais externos à Universidade e, especificamente, do Campus a editais

⁹ Dados extraídos do Edital 119/2022 - Vestibular UNEB e do Edital 005/2022 - UNEB/SISU. Disponível em www.seleção.uneb.br.

internos. A exemplo, cito a Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI), que oferece cursos de encontros semanais para o público da comunidade externa, a partir dos 60 anos de idade, e conta com a monitoria de estudantes da graduação no desenvolvimento de suas atividades, os quais contam com um auxílio financeiro (bolsa), concedido pela Universidade.

Compreendo que o Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina, configura-se um importante campus da Universidade do Estado da Bahia, atuando, principalmente, na disseminação do ensino superior gratuito e de qualidade, no interior do Estado, e se apresentando como uma universidade completa e de excelência no desenvolvimento de comunidades quilombolas, rurais, assentamentos etc.; não só com a graduação e pós-graduação, mas também com a pesquisa e a extensão.

2.3 PRODUTO

O Mestrado em Educação e Diversidade (MPED) é um mestrado profissional e com isso nos solicita pensar estratégias para atenuar nas questões levantadas pela pesquisa. Como bem define Silva e Sá (2016), os mestrados profissionais em educação

têm como questão central a problemática da profissionalização dos educadores para atuarem com as diversidades e singularidades socioeducativas e culturais da Educação Básica, enfatizando os objetivos de trabalhar em favor da qualificação dos educadores para atuarem com as diversidades e qualificar profissionais para **intervir**, pedagogicamente, nas realidades educacionais de diversidade e desigualdade social. (grifo nosso)
Tais requisitos possibilitam a redução da distância entre o saber e o fazer, a concepção e a execução, de modo a favorecer **ações continuadas e sistêmicas** por parte dos profissionais da Educação Básica em seus espaços de atuação, notadamente as redes municipais e estaduais de ensino. Pesquisadores/as encaminham as ações junto com os sujeitos das redes de ensino, realizando a pesquisa com estes, cujo protagonismo se revela nas ações tecidas em rede (Silva; Sá, 2016, p.12).

Posto isto, saliento que o MPED nos permite sonhar em alterar realidades que vivenciamos no dia a dia do trabalho, da escola, da sociedade como um todo. Desta forma, acredito que visibilizar e dar protagonismo ao técnico administrativo dentro da Universidade é tanto uma ação importante de (re)conhecer o desenvolvimento de suas atividades como também é uma importante ação para o crescimento da Universidade.

No tocante ao produto deste trabalho, foram necessárias as etapas a seguir comentadas:

- a) Etapa 1 – Aproximação com campo

Nesta etapa foram realizadas ações direcionadas à minha aproximação ao campo de pesquisa: (i) levantamento dos atuais discentes cotistas do DCH IV, para apresentação da pesquisa; (ii) preenchimento da ficha de interesse em participar do grupo de discussão (iii) leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após aprovação do Comitê de Ética, pelos discentes que manifestaram concordância em participar da pesquisa, registrando, assim, a livre adesão à colaborar com a realização deste estudo; (iv) formação do grupo reflexivo, com a organização de cinco encontros presenciais, após verificação do quantitativo de discentes que aderiram à pesquisa.

b) Etapa 2 – Estabelecendo vínculo

A etapa em questão se refere aos momentos de conversas e reflexões promovidas com a realização dos encontros do grupo reflexivo. Esses encontros oportunizaram as seguintes abordagens: (i) apresentação da Resolução 1.339/2018 da Universidade do Estado da Bahia; (ii) estabelecimento de diálogo entre a Resolução 1.339/2018 e a vivência do cotista no DCH IV; (iii) apontamento das situações consideradas desafios enfrentados pelos discentes, no que se refere à política de assistência estudantil; (iv) reflexão sobre a permanência dos estudantes cotistas no Departamento de Ciências Humanas - Campus IV/Jacobina.

c) Etapa 3 – Iniciando o grupo de discussão

O grupo aconteceu no Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina, com a participação dos estudantes que preencheram a ficha de interesse, bem como com os alunos que residem nas casas estudantis do Campus que foram a convite dessa pesquisadora. Saliento que o grupo de discussão foi uma grata conquista desta pesquisa, posto que, o espaço se mostrou frutífero e nele encontrei impulso para continuidade da pesquisa. No decorrer do capítulo 3 detalho melhor como aconteceram os encontros.

d) Etapa 4 – O produto

A ideia de um e-book, por ser material de fácil acesso, e sua elaboração a partir do olhar discente se deram na tentativa de atender às demandas levantadas pelos estudantes, uma vez que, o público, alcançado pela UNEB é, em sua forma mais plural, tão singular e demanda atendimentos diferenciados e atenções específicas. Acredito que um material digital tenha uma abrangência e uma visibilidade maior não só para conhecimento dos discentes como também da gestão universitária.

Assim, essa indicação, que surgiu da sugestão dos próprios participantes, propõe que o e-book seja resultado de uma espécie de grupo de estudos, ou seja, após análise e discussão de textos a serem estudados em grupo formado pelos colaboradores da pesquisa, produziremos o e-book sobre a relação do sistema de cotas adotado pela UNEB e a política de permanência implementada pelo Departamento de Ciências Humanas, o qual tem a pretensão de ser elaborado com sugestões e *feedback* à gestão da Universidade. Nos anexos apresento o modelo, bem como a estrutura escolhida para e-book. Importante registrar que o material apresentado é apenas uma “boneca”, o material finalizado será apresentado posteriormente com artigos, poemas, músicas dos participantes da pesquisa.

3 ENTRE A PUBLICAÇÃO E A APLICAÇÃO: A RESOLUÇÃO 1.339/2018 E O DCH IV

Esse capítulo apresenta o perfil dos alunos cotistas da Resolução 1.339/2018, no Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina, sendo importante frisar que o Campus IV é um campus de grande relevância para a UNEB não apenas por possuir um número expressivo de cursos nem pelo seu quadro docentes de majoritariamente doutores, mas por estar em uma região do território que consegue atingir diversificados municípios, atraindo, assim, discentes de variados lugares para os seus cursos de graduação e, mais recentemente, de mestrados.

A Resolução 1339/2018 não foi “sentida” na ocasião de sua efetiva publicação, em Diário Oficial do Estado da Bahia, mas foi impactante a partir da necessidade de constituição de uma comissão de validação das cotas, após seu primeiro certame, com entrada para 2019. Saliento que estando nesta comissão, logo no início dos trabalhos, foi um desafio para todos que a compuseram, posto que, além de ser a primeira entrada, estávamos *todxs* sem entender como seria o pós-matrícula.

Nesse contexto, a primeira comissão de validação apontou algumas demandas e sugestões a serem futuramente consideradas: (i) a necessidade de a comissão ser composta pelos três segmentos da Universidade; (ii) a observação de que o prazo fixado para a realização dos trabalhos foi curto, considerando a falta de familiaridade com a documentação exigida; (iii) a sugestão de a Universidade estabelecer um diálogo com o Núcleo Territorial de Educação (NTE), unidades escolares e secretarias de educação, no sentido de orientar sobre a importância da emissão dos documentos solicitados em edital para apresentação, pelos candidatos, no momento da matrícula.

Como pode ser observado na Tabela 7, a entrada de estudantes que ingressam pelas cotas no Campus IV, acontece ainda de maneira tímida, considerando o quantitativo de vagas disponibilizadas pelos cursos e as modalidades de ingresso (vestibular, SISU, PSE etc.). No entanto, é pertinente registrar que, mesmo de maneira tímida, o Departamento tem alcançado diversificados grupos que compõem a sociedade. Ademais, o Campus tem realizado mudanças estruturais e físicas, como ampliações de espaços para atendimento a PNEs, piso tátil, estação elevatória, núcleos, a reorganização do seu quadro de pessoal etc., possibilitando o atendimento, principalmente, dos estudantes com deficiência, transtornos e/ou altas habilidades.

Tabela 7 - Validação em números da entrada de cotistas, nos anos 2022 e 2023, no Departamento de Ciências Humanas, Campus IV/Jacobina, da Universidade do Estado da Bahia, conforme a Resolução 1339/2018

Ano/ Ingresso	Negros(as)	Indígenas	Quilombolas	Ciganos (as)	Pessoas com deficiências, TEA +, altas habilidades	Travestis, transexuais, transgêneros
2022.1 2022.2	02	01	02	00	01	00
2023.1 2023.2	01	01	02	01	01	00

Fonte: Elaboração própria

O Campus IV assim como os demais Campi não seguem nenhum padrão ou normativa para composição da equipe de validação das cotas, o que, por vezes, tem gerado desencontro de informações nos registros apresentados pelas comissões. Isso porque a comissão de validação é temporária, sendo ela dissolvida a cada final de período/semestre, podendo ser recomposta ou não. Além disso, a PROAF, atual responsável pelos trabalhos de validação, não realiza nenhuma formação e/ou orientação para a realização dos trabalhos da comissão, exceto, nos últimos dois anos, em que promoveu uma reunião ampliada para retirada de dúvidas etc.

O corpo docente atual do Departamento assim como todos os outros profissionais da Universidade também não passou por nenhuma formação específica para entender a nova dinâmica existente dentro dos Departamentos, advinda do ingresso de discentes pela Resolução 1339/2018. Nessa perspectiva, aponto que o Campus IV, apesar de ter em seu quadro diversos estudiosos em áreas como educação inclusiva, educação do/no campo, educação quilombola, ainda não conseguiu articular o trabalho do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NAI ao ensino, pesquisa e extensão. Assim, os docentes, em suas atividades administrativas e pedagógicas, não contam, por exemplo, com uma diretriz da Universidade, em forma de instrução normativa, para padronizar as demandas provenientes de estudantes com deficiências e/ou alunos com espectro do autismo.

É nesse contexto que a aplicação da Resolução fica rasa, posto que ela apenas ampliou o sistema de reserva de vagas (como já exposto), mas ainda demanda de políticas outras para complementar e firmar suas pretensões, de modo que cabem as seguintes perguntas: seriam os “núcleos próprios” capazes de estabelecer um diálogo entre docentes e discentes? Ou um Núcleo de Assistência Estudantil – NAE, com ramificações/especificações e servidores estudiosos e ligados as diversidades, para estabelecer o diálogo? É criando ainda mais ilhas que poderemos construir um Campus com equidade para *todxs*? Seriam os Departamentos os

responsáveis por organizar suas estruturas físicas, estruturais e laborais, para atender às resoluções, a exemplo da resolução 1.339/2018 ou seria uma política da gestão central?

Acredito que, para todas essas recentes perguntas, a resposta é uma só: não! A Resolução 1.339/2018 é apenas o documento que normatiza o ingresso de alunos através do sistema de cotas e sobrevivências da Universidade, ou seja, ele não é o documento que se “preocupa” com a permanência discente, estabelecendo parâmetros para que a própria Universidade busque garantir a continuidade desses estudantes no ambiente acadêmico até a conclusão do curso, de maneira a atendê-los minimamente. Aqui, devo pontuar que alterações estruturais, físicas e até pedagógicas não deveriam ficar unicamente a cargo dos Departamentos, é preciso que a Administração Central e suas pró-reitorias, busquem elaborar normativas, orientações, formações aos Departamentos, dando condições para o adequado exercício das comissões de validação, dos colegiados dos cursos e demais setores da Universidade.

Registro ainda que as ações de assistência são separadas e não auxiliam os demais setores a conhecerem e se organizarem pedagogicamente e/ou fisicamente, a título de exemplo, a comissão de validação ao deferir o ingresso de um estudante com deficiência (independentemente de qual seja a deficiência), notifica apenas à PROAF, enquanto órgão regulador e responsável pelas publicações. Essa notificação não segue para o colegiado do curso que vai receber o aluno e, assim, o colegiado não se organiza em tempo hábil e, muitas vezes, por falta de conhecimento em como agir, diante das especificidades do ingressante, atrasa o início do curso desse estudante ou o estudante fica dependendo da boa vontade de colegas de classe para receber um suporte, minimamente apropriado, à frequência às aulas.

Compreendo também que o Departamento na intenção de resolver as questões que vão aparecendo a cada novo semestre, vai apontando o que há de mais rápido a ser feito, quando as situações lhe parecem. É o que vem acontecendo com a necessidade de mediadores: a Universidade não tem uma norma que regula a forma de contratação desse serviço, mas possui estudantes que dependem desse profissional para dar início e continuidade ao curso pós-matrícula.

No que se refere ao Campus IV, com a criação do NAI, a necessidade de contratação de mediadores tem sido remediada, majoritariamente, com a seleção de bolsistas voluntários que disponibilizam uma carga horária semanal para atendimento de estudantes que dependem de mediadores. Nessa conjuntura, é possível indicar como situações-problemas: a ausência de formação para os mediadores; o controle dos alunos atendidos e/ou que precisam de atendimento e assistência, bem como o encaminhamento desses aos setores competentes; o

atendimento pedagógico para os professores que atuam diretamente com os estudantes assistidos por mediadores e outros meios.

A Administração Central quanto a PROAF falham pela inexistência de um acompanhamento da entrada dos cotistas, assim como falta da PRAES o mapeamento dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No que diz respeito às ações do DCH IV, as situações aqui citadas, em sua grande maioria, são estabelecidas e resolvidas a nível da gestão local, deixando a cargo da Administração Central apenas as questões referentes a processos seletivos, contratações e outros.

3.1 QUEM SÃO ELXS? UM RETRATO ACERCA DA VIVÊNCIA DOS ALUNOS COTISTAS NO CAMPUS IV/JACOBINA

Esta seção tem por objetivo apresentar o perfil dos discentes que fizeram parte desta pesquisa bem como compreender como os alunos cotistas advindos da Resolução 1.339/2018 concebem e vivenciam a política de cotas e as ações de permanência, no DCH IV/Jacobina, bem como elaborar o perfil dos alunos cotistas da Resolução 1.339/2018, que compõem o quadro estudantil do DCH IV.

Considerando a necessidade em conhecer quem são os estudantes presentes nessa pesquisa, para além das falas que serão externadas aqui, realizamos o perfil dos colaboradores conforme tabela abaixo:

Tabela 8 - Perfil dos colaboradores

De quais cursos elxs são?	Tivemos estudantes dos 6 cursos do Campus; (1 Letras, 2 Inglês, 2 geografia, 1 História, 3 Ed. Física e 1 Direito);
Qual a faixa etária dos participantes?	Todos os participantes tinham acima de 18 anos (entre 18 e 22 anos);
Qual o gênero predominante entre os participantes?	Os participantes se identificaram como (5) heterossexuais, (1) transgênero, (2) lésbica, (2) homossexuais;
Qual a raça dos participantes?	(5) Negros, (3) Pardos, (2) Quilombolas;
Qual o semestre dos participantes?	(5) dessemestralizados, (4) 6º semestre, (1) 2º semestre;
Quando ingressaram?*	(5) ingresso em 2019.1, (4) 2022.1, (1) 2023.2;

* Com a pandemia do covid 19, alguns alunos não tiveram o período pandêmico informado no histórico, causando algumas distorções entre o período informado pelo aluno e o período que aparece no histórico do mesmo.	
Qual previsão de saída?	A previsão de saída não foi informada por nenhum dos estudantes.

Fonte: autoria própria

Podemos perceber que alguns dos alunos já ultrapassaram o período compreendido como regular para conclusão dos cursos de graduação. No entanto, essa condição não configura como um motivo para continuar sendo assistido pelos programas de permanência estudantil, visto que, atualmente o Mais Futuro permite que o estudante seja assistido financeiramente somente até concluir o percentual de 55,55% do curso, onde o mesmo migra para o perfil de estágio (caso seja convocado). Após esse período o estudante concorre apenas às monitorias ofertadas pelo Campus.

Quando questionada sobre quem era *elx* enquanto discente nesse Campus, sendo *elx* alunxs cotista e advinda da zona rural, a resposta da **participante A foi**;

(1) Eles são muitos e muitas, são diversos... efêmeros, corajosos e covardes, meninas, meninos e meninxs que buscam ainda compreender quem são dentro de uma universidade. De fato, ao ser questionado sobre quem sou...as respostas são amplas e por vezes complexas; Eu sou tantas pessoas em mim/ nesse sonho que carrego. Somos tantas lavadeiras, serventes de pedreiro, benzedeira e lavradores que passaram e fizeram esse caminho pra mim poder chegar. Sou todos eles e às vezes não me sou! Eles nem me permitem ser outro ou outra... Sei dizer que sou a primeira da minha casa que conheceu o banco da Universidade. Sou a única da minha casa que ganha dinheiro pra estudar, mesmo tendo que as vezes dividir esse dinheiro, hoje o valor da bolsa ajuda a alimentar meu pai já adoecido do sol e a minha mãe que a idade já não permite mais lavar... Então pró, eu sou eles até o fim! (**Participante A**).

Diria que a resposta da **participante A** me fez refletir sobre a presença, na universidade, de cada um deles que participaram do grupo reflexivo, ali na minha frente. Ela respondeu como quem dizia “Não sou só o Campus IV, pró! Eu sou a minha própria casa”. No geral, os participantes se mostraram felizes e, por vezes, agradeceram por estarem ocupando aquele espaço. No entanto, percebi que, apesar da gratidão, nos encontros iniciais, *elxs* ainda não

tinham desenvolvido uma associação coerente entre estar naquele espaço, enquanto cotista, e a necessidade de defender as políticas das quais utilizam e necessitam: o uso das expressões “políticas públicas” e “cotas e permanência universitária” apareciam nas discussões como palavras soltas e pareciam ter a intenção de dar à fala um tom mais elaborado. Desta forma, iniciei os encontros do grupo reflexivo sempre reafirmando o que de fato é uma política pública, como a utilizamos e em que passo ela pode ser defendida pelos seus usuários.

Para tanto, utilizamos os conceitos presentes em dicionários para identificar o significado de cotas e permanência. Ademais, teóricos como Costa (2015) e Cordeiro (2017) que nos auxiliaram no estabelecimento dos conceitos, bem como, no que se refere a compreender os desafios da educação superior no Brasil, das políticas de acesso e permanência. Considerando o dinamismo do grupo de reflexão, os participantes utilizaram o tempo todo de computadores e celulares em busca de teóricos, notícias e reportagens que se debruçassem sobre a temática.

Haja vista a polarização política recentemente vivida no Brasil (Bolsonaro x Lula), alguns alunos não declararam, de forma aberta, que são usuários das bolsas de permanência da Universidade, acredito que pela crítica envolta à ideia de que “não se dá o peixe, ensina-se a pescar”. Considerando esse cenário, destaco a seguinte situação relatada pela **participante U** no terceiro Encontro :

(2) Receber esmola do Governo virou moda, e muitos de nós adolescentes fizemos parte do programa bolsa família na pandemia, chegamos na Universidade e tem também a bolsa, só que com outro nome. Ninguém verifica a veracidade dos documentos apresentados, no meu CadÚnico eu digo o que quero para a entrevistadora. (**Participante U**)

Aqui o participante pontuou um importante indicador da ausência de conhecimento sobre as políticas públicas enquanto ferramenta emancipatória e eficaz no tocante a continuidade dos estudos de muitos estudantes. O que um participante denominou “esmola”, não representa os demais participantes. “Essa fala de esmola surge para enfraquecer a nossa luta e tudo que representamos socialmente. Somos resistência!” (**Participante A**).

Ou seja, para todos os demais presentes no grupo as bolsas se apresentam como um incentivo para auxiliar na continuidade dos estudos. Não se apresentam como único motivo para continuar, posto que alguns programas de permanência como o Mais Futuro não são contínuos (tem data para finalizar os pagamentos, a partir do percentual cumprido pelos estudantes atendidos).

Nessa perspectiva, corroboramos com os estudos de Zago (2006) ao afirmar que:

Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes “uma vitória”, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso, originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com a pequena ajuda familiar para essa finalidade. Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas (Zago, 2006, p.233).


Nesse grupo em questão contamos com a presença de alguns residentes das casas estudantis de Jacobina, e foi a partir da vivência desses estudantes e experiências entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que tivemos falas de repúdio ao estudante que comparou as bolsas a “esmolas”. “É preciso entender que as cotas, as bolsas e os demais programas de permanência são além de um direito nosso, um ganho inestimável para todos os grupos que lutaram por eles e hoje nós desfrutamos. Aqui não é questão de cumprir números e sim de fortalecer nossas lutas e aumentar as nossas vozes.” **(Participante I)**.


Contudo, cabe salientar que o estudo em questão não se pauta em até onde o cotista é merecedor ou não da cota, merecedor ou não da bolsa permanência, pois a veracidade das informações apresentadas por cada pleiteante de vaga por cota bem como de auxílio financeiro para permanência universitária cabe responsabilização jurídica, diante das autoridades competentes. Conforme reafirmado por Cordeiro (2017), a democratização do acesso ao ensino superior precisa dispor de práticas que possam combater os preconceitos, em todos os seus níveis. Pautado nesse ideal, não foi realizado nenhum julgamento e/ou apontamentos, acerca do que considero, pessoalmente, válido e justo para utilização da resolução que é base desse estudo.

Em uma das atividades acadêmicas, realizadas no curso de Direito do Campus IV, que ganhou notoriedade em todo o Campus quando em apresentação de seminários, uma equipe apresentou vários *Fake News* e muita desinformação sobre o acesso ao ensino superior através das cotas, essa questão suscitou a elaboração de uma nota pública, elaborada por estudantes do Departamento, que circulou em grupos de *WhatsApp*, redes sociais, e levou à realização de um ato no mês de agosto, denominado de “Abraçando a Diversidade: Um chamado à ação na UNEB”.

O movimento em questão conduziu a realização de um ato pacífico que iniciou na área externa do Campus Estação e posteriormente adentrou os espaços do Departamento para colar cartazes que reafirmavam que o lugar do cotista, tão duramente conquistado, era uma reparação

histórica. Com pedido de respeito e palavras de ordens, os manifestantes realizaram um abraço simbólico e emitiram a seguinte nota de convocação:

 **ABRAÇANDO A DIVERSIDADE: UM CHAMADO À AÇÃO NA UNEB**

 Data: 16/08/2023 às 17:00h

 Local: Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus IV, Jacobina-Ba

Com imensa preocupação e firmeza, convocamos todas as pessoas interessadas a se unirem em um ato de repúdio e solidariedade diante das recentes declarações feitas no âmbito acadêmico. Tais declarações, que foram divulgadas, trazem consigo afirmações infundadas e prejudiciais, as quais buscam minar a relevância e os impactos benéficos das políticas de cotas no ensino superior.

Nossa indignação é justificada, pois essas declarações carecem não apenas de respaldo científico, mas também perpetuam estigmas e preconceitos, contrariando os princípios de inclusão e justiça social que defendemos com vigor. Alegar que a presença de cotistas compromete a qualidade do ensino e que as políticas de cotas são injustas e segregacionistas é ignorar o vasto conjunto de pesquisas e estudos que demonstram o contrário.

Nossa resposta a esse discurso discriminatório e desinformado é clara: estamos unidxs para defender a verdade e lutar contra qualquer tentativa de retrocesso nas conquistas obtidas por meio das políticas afirmativas. Nossa presença, dedicação e resultados acadêmicos servem como prova de que as políticas de cotas são cruciais para criar um ambiente universitário mais diversificado, inclusivo e enriquecedor para todas as pessoas.

Convidamos todos estudantes, docentes e membros da comunidade a se juntarem a nós nesse ato de repúdio. Unidxs, demonstraremos nossa força e determinação em prol da igualdade de oportunidades, do reconhecimento da ancestralidade silenciada e da construção de uma sociedade mais justa. Não permitiremos que o preconceito e a desinformação prevaleçam.

Venha somar forças conosco no Campus IV da UNEB, em Jacobina, no dia 16/08, às 17h. Mostraremos que estamos unidxs e comprometidxs com a luta pela inclusão social, igualdade de direitos e promoção de um ambiente acadêmico genuinamente diverso e enriquecedor.

"Nenhum direito a menos! Nenhum passo atrás!"

Contamos com sua presença e apoio!

O movimento foi organizado majoritariamente pelos estudantes cotistas, ganhou apoio das demais categorias que compõem a Universidade e não encontrou nenhum tipo de retaliação da gestão departamental. Desse modo, ficou demonstrando mais uma vez que a gestão democrática é composta por todos os lados e gentes. Nesse momento, foi notável a efervescência, dentro do Campus, entre os alunos, os quais, a partir do ato, começaram a posicionar-se de maneira objetiva, clara e não mais, em sua maioria, escondiam sua modalidade de ingresso. Acerca do ato, o **participante U** ressaltou:

(3) Depois do ato eu vi que não era sozinho, tinham mais pessoas como eu, com os mesmos problemas financeiros, com as mesmas questões éticas, com as mesmas decepções na graduação/curso. Ainda fico pensando como a galera do Direito, consegue ser tão preconceituosa (**Participante U**).

A afirmação é fruto do conhecimento da existência de falas racistas, preconceituosas e ofensivas em uma apresentação de seminário, em sala de aula, do curso de Direito do Campus IV. Essa ocorrência não é, infelizmente, um fato isolado e exclusivo do Campus IV da UNEB, é sabido que, durante os primeiros anos de aplicação da Lei de Cotas, os estudantes passaram a ser observados como se precisasse provar que não rebaixariam os índices alcançados pelas universidades. Sobre tal fato, Bielschowsky, Minhoto, Dias e Silva (2022) afirmam que

A análise de desempenho do estudante cotista figurou nos anos iniciais de implementação da política de cotas como um ponto central para pesquisadores, tanto críticos como favoráveis a essa política. Outros dados estratégicos utilizados para a avaliação do impacto da Lei de Cotas têm sido os índices de evasão, permanência e diplomação dos estudantes, visto que a ampliação do acesso é apenas o primeiro momento da efetiva democratização do ensino superior (Bielschowsky, Minhoto, Dias e Silva, 2022, p.26).

Assim, essa necessidade de validação do espaço utilizado pelo cotista nada mais é do que uma busca por invalidar e deslegitimar essa política de reparação no âmbito universitário, apresentando-se questionamentos acerca do desempenho dos discentes com a tentativa de relacionar o rendimento do aluno à sua participação em exames como o Enade, o que impactaria diretamente no reconhecimento da qualidade dos cursos. Em contrapartida a esse pensamento arcaico, variadas pesquisas, como a dos próprios Bielschowsky, Minhoto, Dias e Silva (2022), reafirmaram que o ingresso de alunos cotistas não impacta negativamente na qualidade dos cursos.

Conforme os autores acima, as cotas e seus recortes são a admissão pública de que o Estado brasileiro precisa continuar agindo vigorosamente para reverter à seleção classista e racista que vinha marcando a história do ingresso na educação superior brasileira. Assim, os alunos cotistas e os chamados alunos regulares, atualmente, presenciam um momento histórico no ensino superior, em virtude, principalmente, da presença, nas universidades, dos estudantes advindos de escolas públicas, de baixa renda familiar e dos demais abrangidos pelas cotas, como os povos negros (pretos e pardos) e indígenas.

Contudo, reitero que é preciso fortalecer as políticas de permanência, de modo que elas não dependam, exclusivamente, de programas governamentais, mas sejam implementadas pelas

políticas das universidades. Tal necessidade pode ser sentida na fala abaixo transcrita do **participante E**:

(4) Aqui no Departamento, sempre temos alguém para procurar, um professor, outro colega, as meninas da limpeza que nos auxiliam com cafés e às vezes pão, vão nos deixando um pouco mais a vontade. Particularmente no meu curso que é de Direito me sinto olhada diferente, são alguns professores e até colegas que de uma forma ou de outra soltam piadas dessas sem graça pra vê se eu desisto ou até saio da sala, mas eu continuo, já foi difícil entrar. Agora é aguardar que as políticas de permanência, como o Mais Futuro, possam me valer até o final. (**Participante E**)

Falas nesse sentido foram recorrentes no grupo de reflexão e demonstram, a meu ver, a deficiência na aplicação das políticas públicas, demonstram desconhecimento sobre resoluções e atos normativos da UNEB, enquanto local de trabalho e, pior, denotam o pré-conceito estabelecido, principalmente, nos cursos mais elitizados, como, os bacharelados.

É importante registrar que dos dez participantes da pesquisa, seis são alunos que utilizam da residência estudantil do Campus IV, ou seja, são alunos que além de cotistas estão enquadrados na situação de vulnerabilidade socioeconômica. A seguir, transcrevo as falas de duas participantes residentes sobre suas respectivas vivências com a residência universitária disponibilizada pelo DCH IV:

- (5) O Campus é muito tranquilo, mas existe preconceito. Eu sou uma mulher negra, quilombola, mãe e que vivo na residência universitária. Na minha cidade existe um misto entre ‘ela conseguiu’ e ‘vive numa casa lotada paga pela faculdade’. Eu tento só seguir o curso, mas afirmo que tem sido bem difícil porque não existe uma política de amparo ao aluno logo na sua entrada no curso (**Participante I**).
- (6) Parece que o primeiro semestre é a nossa prova de fogo, a gente chega só com o sonho de ter entrado. Alguns de nós ficamos na dependência de você nos aceitar na residência, aí a gente vê se vai realmente dá pra seguir ou não (**Participante A**).

As estudantes em questão pontuaram um ponto primordial para a permanência na Universidade, que é o acolhimento ao estudante logo quando do seu ingresso. Ação essa que não é percebida pela UNEB nem é fruto dos seus editais e/ou programas. O certo é que muitos dos nossos estudantes não compreendem a amplitude da política de cotas e das ações de permanência existentes atualmente na UNEB. Conceituamos política de permanência, conforme Cunha (2017), tanto as ações de apoio financeiro, como os programas de assistência estudantil - que oferecem bolsas, serviços e auxílios de alimentação e moradia, dentre outros -, quanto as ações que promovem os processos pedagógicos e a integração destes estudantes à vida universitária.

No trecho (6), a **participante I** levantou uma questão que poucos haviam se atentado: todos os que atualmente estão amparados por alguma política de permanência, só a conseguiram depois do primeiro semestre ou quase finalizando o segundo. Em consonância a questão apresentada em (6), a fala da **participante A**, em (7), reafirma o quão difícil é para o aluno cotista manter-se na graduação, ao longo do primeiro semestre. Vejo que as dificuldades perpassam desde a falta de interação social à falta de renda e distância da família, na maioria dos casos, embora, dentro do Campus IV, barreiras para a interação social não parecem, necessariamente, levantar-se, muito em virtude de termos um espaço considerado pequeno para um Campus Universitário. Assim, os alunos não conhecem apenas os discentes do próprio curso, mas conhecem e interagem com discentes de diferentes cursos, dentro da graduação e da pós-graduação.

O **participante U** ao iniciar seu diálogo sobre sua vivência no Campus afirmou o seguinte:

(7) Tudo aqui é novo pra mim, na minha cidade, nessa estrutura, eu só conheci o Colégio. Só que lá a gente conhece todos os professores e os alunos são nossos amigos desde a pré-escola (risos), aqui a gente não sabe muito bem quem é quem. Eu até gosto, porque ser gay na minha cidade é ponto de referência, eu me sinto aceito e parte da comunidade unebiana. (**Participante U**).

O discente reflete sobre a aceitação que encontrou no Campus ao se reconhecer gay, negro e de baixa renda. Nesse sentido, a Universidade atua como instrumento de empoderamento, ou seja, é um espaço em que o indivíduo passa a ter domínio sobre a sua própria existência. Sobre a questão do empoderamento, registro ainda a colocação da **participante I**:

(8) Aqui no interior da Bahia, as questões religiosas são um ‘tabu’ maior que na minha comunidade. Depois que afirmei ser do quilombo, percebi que algumas colegas já não ficavam muito próximas a mim... inicialmente acreditei que fosse em virtude de ser negra, no entanto, com o tempo e ouvindo outros colegas, foi que percebi que eu sou uma pessoa empoderada! Não me escondo em rótulos e nem tampouco me identifico com todos eles, mas ocupar aqui o banco do curso de História me obriga a me autoafirmar, enquanto mulher, de matriz africana etc. (**Participante I**).

O DCH IV tem a tradição em realizar a “Semana de Acolhimento aos Calouros”, nessa semana são apresentados o que a gestão elenca como importante para que os alunos recém-chegados tenham uma noção da organização e atividades da Universidade, no entanto, o **participante E** fez a seguinte ponderação:

(9) Bela, se ser cotista é importante e se defender as políticas públicas são caras à Universidade, porque quando entramos, logo na semana de acolhimento ninguém fala delas? Conhecemos setores e o seu funcionamento, mais a gente não tem contato com discussões que nos cabe, eu mesma pensei que o ser cotista acaba depois da matrícula e eu não ia usar mais para nada na minha vida acadêmica (**Participante E**).

Esse relato explicita, de forma muito objetiva, que as preocupações das gestões é apresentar o funcionamento, os setores e as atribuições de servidores. No entanto, revela que não se tem conseguido vincular as questões ligadas à permanência universitária aos debates iniciais da Universidade e não se tem introduzido a temática em seus eventos, semanas, salvo, casos isolados, quando levantada por alguma demanda específica do discente.

Ainda com referência a vivência desses alunos cotistas, no âmbito do Campus IV, foi perceptível que o Departamento, apesar dos poucos recursos humanos, trabalha de forma orquestrada na tentativa de acolher os seus discentes, principalmente, os reconhecidamente de vulnerabilidade socioeconômica. Outrossim, em um dos encontros, em que foi discutido “Permanência para quem?”, o grupo concluiu que, no Campus IV, o acolhimento aos alunos é acontece desde a “Semana de Acolhimento aos Calouros”, com o primeiro contato com os Colegiados, até a procura, pelos estudantes, dos responsáveis pelas ações/projetos/programas que possam auxiliá-los não só financeiramente na sua vida acadêmica, mas também com questões ligadas à saúde mental, segurança alimentar, participações em eventos acadêmicos etc.

Assim, compreendo que o Campus IV tem caminhado no sentido de acolher seus estudantes e oferecer subsídios que compõe a permanência universitária, no entanto, ainda não tem firmado um projeto, programa ou mesmo ações que estejam disponíveis aos estudantes, principalmente, do primeiro semestre, que, para mim, são os alunos que mais sentem falta de direções e acompanhamento próximo, na verificação de suas reais necessidades.

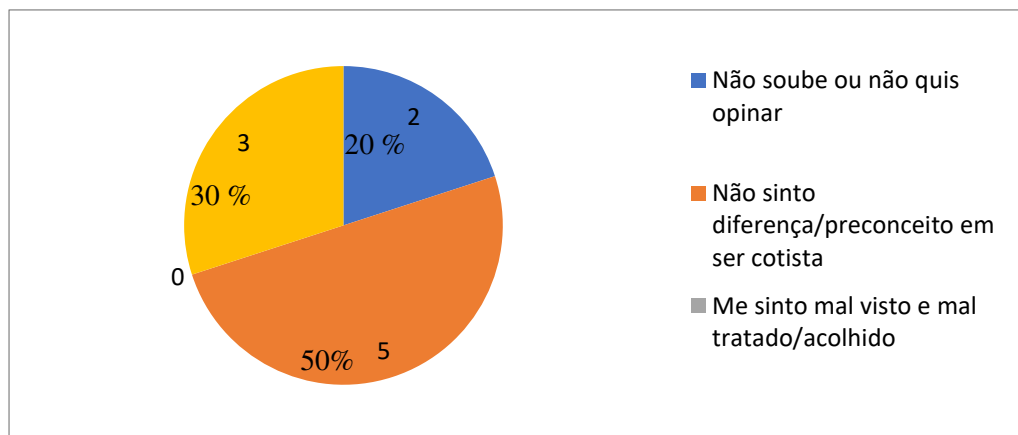
O que falta no Campus IV é muito proveniente do silêncio da Administração Central, em especial, de pró-reitorias, como a PRAES e PROAF, que não dispõem de estratégias de acolhimento inicial ao estudante. Também é preciso que o Campus busque formas de melhor atender, minimamente, os alunos que estão chegando, já que na semana de acolhimento não se tem alcançado êxito em apresentar a dinâmica de cursos, de bolsas, de monitorias, dentre outros.

3.2 A PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO CAMPUS IV SOB A ÓPTICA DOS ESTUDANTES

Todos os encontros do grupo reflexivo foram divididos em dois momentos: no primeiro momento, discutíamos um texto, uma música ou uma ação; e no segundo momento, fazíamos atividades práticas, com o intuito de compor o e-book. Uma das atividades práticas realizadas foi a aplicação de um pequeno questionário, na ocasião do terceiro encontro, contendo apenas três questões práticas, com o objetivo de fomentar discussões sobre a permanência universitária dentro do Campus. Assim, os participantes foram conduzidos a pensarem para quem estão voltadas as ações de permanência e se essas ações estão alcançando, de fato, os alunos que são seu público-alvo.

A atividade em questão se fez importante para demonstrar de maneira clara e objetiva como cada um/uma dos/as participantes se enxergam dentro do Campus IV, além de ter sido necessária para alcançar a efetiva contribuição dos dez estudantes participantes do grupo reflexivo, posto que, com a discussão aberta, apenas cinco dos estudantes estavam verbalizando suas ideias. Posto isso, segue abaixo o resultado das respostas ao questionário proposto, o qual é apresentado através dos Gráficos 1, 2 e 3.

Gráfico 1 - Questão 1: Como você se sente/se enxerga enquanto cotista neste Campus?



Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado no Gráfico 1, correspondente a primeira pergunta do questionário, 50% dos estudantes afirmaram não sentirem/sofrerem nenhum preconceito por serem alunos cotistas, enquanto 30% afirmaram que se sentem respeitados e acolhidos em suas demandas específicas, resultados que vão ao encontro de algumas falas de participantes, como a da **participante A**, que ao relatar sua vivência no Campus afirmou que:

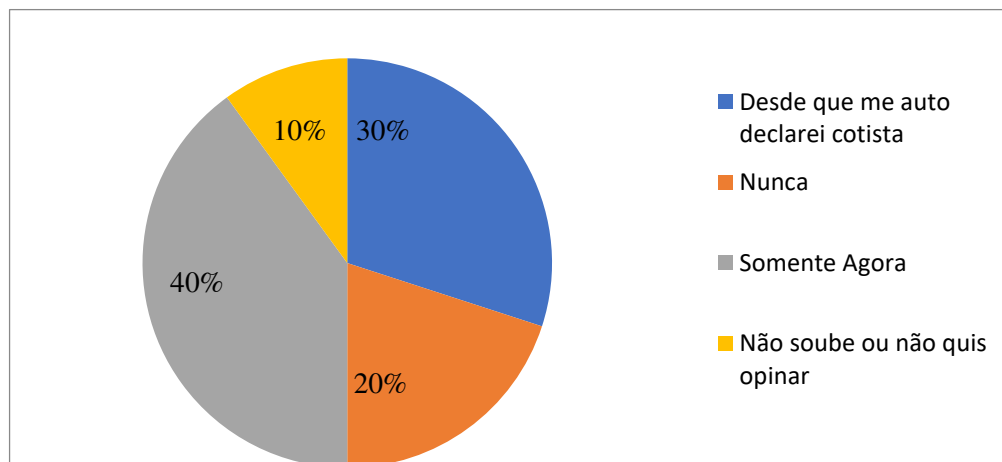
(10) Estar dentro da residência pra mim tem soado como um papel escancarado da minha necessidade, por um lado, se não tivesse a residência eu não teria como continuar na Uneb apesar de receber bolsa do Mais Futuro.

Jacobina é uma cidade elitizada e um aluguel aqui não se paga nem sendo do perfil moradia do Mais Futuro. Pra mim foi crucial a residência, ela é o maior programa de permanência do Campus e tem atendido cotistas e não cotistas, porque a permanência não é voltada apenas para cotista, mais para todos os alunos. E o ser cotista dentro de uma residência universitária, que abriga mais de dez meninas, me faz estabelecer relação entre o que eu preciso para finalizar o meu curso, com qualidade e no tempo certo, com a necessidade dos demais alunos. Tipo, eu tenho a segurança de uma casa, comida e bolsa e sei que consegui vaga por pontuar como cotista, por isso sou respeitada nas minhas especificidades (**Participante A**).

Importante comentar que 20% dos alunos não quiseram se manifestar sobre questão, o que possibilita inferir que o silêncio e ausência de posicionamento em uma questão tão objetiva, realizada após algumas discussões sobre a temática, pode ser indicador da concepção de não pertencimento desses estudantes ao grupo de cotistas. Ademais, compreendo que participar de um grupo de discussão com a pessoa que acompanha os programas de permanência no Campus pode ter atrapalhado o caminhar das discussões, podendo ser por medo de repressão e/ou por ausência de conhecimento em como se estabelecem os Editais e programas.

Continuando com o questionário, segue o gráfico correspondente à segunda questão:

Gráfico 2 - Questão 2: Quando no decorrer da sua vida estudantil e/ou acadêmica se deu conta da importância de ocupar o espaço da universidade pública?



Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 2, que se refere à segunda questão apresentada, revela que maior parte dos alunos (40%) compreenderam somente agora, ou seja, com a participação do grupo de reflexão, a importância em estarem na universidade pública como cotistas, ocupando espaço de conquistas históricas, enquanto representantes de uma tão importante política pública. A partir desse gráfico, quando os alunos afirmam não perceber diferença entre o cotista e o não cotista,

adquirindo subsídios somente agora com o grupo de discussão para afirmar que consideram importante ocupar o espaço da universidade pública.

Em que pese à luta dos movimentos sociais para criação de ações afirmativas que visassem diminuir as desigualdades existentes no país, esses foram preponderantes para criação das ações e aplicação dessas na Educação Superior, segundo Lucero e Vieira (2022, p.06);

Aderindo a pressão popular que os movimentos da sociedade civil estavam apresentando, o governo criou as ações afirmativas, com o objetivo de romper as desigualdades históricas, para que os grupos menos favorecidos, tivessem acesso efetivo nos direitos constitucionais, essenciais para a vida humana. Ações afirmativas de inclusão dos negros, dos estudantes de baixa renda, de indígenas, no ensino superior público, não seriam necessárias se o papel do Estado fosse cumprido e capaz de garantir preceitos constitucionais, bem como a igualdade.

Compreender a importância de ocupar o espaço da universidade pública é uma questão base, posto que não trata diretamente do cotista, mas sim de uma política pública afirmativa importante para manutenção da Universidade, como livre e democrática. Estar nesses espaços tem reestabelecido realidades, modificado estatísticas e possibilitando o acesso dos mais variados grupos ao ensino superior, nesse sentido, a política de cotas e permanência tem efetuado importante papel social no país.

Sobre o Gráfico 2, ainda é cabível destacar que 30% dos alunos, que corresponde a três dos alunos participante, assinalaram a alternativa que sinaliza que desde que se autodeclararam cotista perceberam o quão importante era estar na universidade como estudantes ingressantes pelas cotas. Dessa forma, é passível entender que eles concluíram que estar dentro da universidade pública demarca o espaço e a história do país, à medida em que apontam:

- (11) Nós nos reconhecemos nas nossas fragilidades.
- (12) Estamos todos no mesmo barco, de verdade.
- (13) Somos iguais ao termos sido afastados do ensino superior e somos diferentes porque não aceitamos ficar afastados, aceitamos fazer o novo ensino superior do Brasil.

Em contrapartida, dentre os quatro alunos que assinalaram “somente agora”, correspondente a 40% das respostas, três deixaram as seguintes afirmativas:

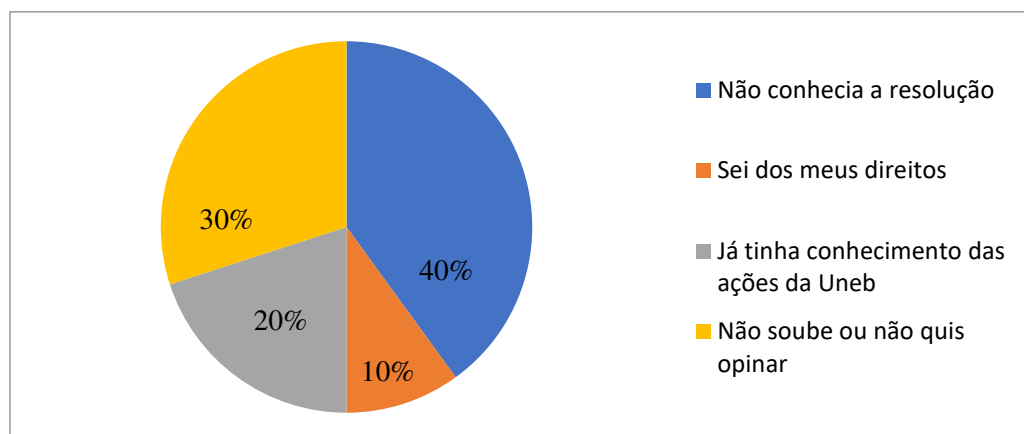
- (14) Nunca parei pra pensar sobre a importância de eu estar aqui como cotista, mesmo sendo uma mulher negra advinda do quilombo.
- (15) Eu acho que era importante entrar na universidade independentemente de como.
- (16) Na minha casa estudaram pouco e eu estudo por conta das cotas desde o UPT, mas não tinha dimensionado como importância.

Portanto, de modo geral, quando os participantes respondem à questão 2 (Quando no decorrer da sua vida estudantil e/ou acadêmica se deu conta da importância de ocupar o espaço da universidade pública?), deixaram claro que sabem da importância de estarem na universidade pública como cotistas, mas quando questionados como se enxergam nesse movimento, na questão 1, marcaram majoritariamente que não sentiam diferenças/ preconceitos em serem cotistas.

Assim, conforme demonstrado por Cohen, Exner e Gandolfi (2018, p.41), é relevante destacar que a ação afirmativa não se limita a compensar uma situação histórica de desigualdade que se sustenta no país por décadas, tendo, também, o forte potencial de garantir uma maior diversidade em ambientes antes elitizados ou, por exemplo, que eram ocupados, majoritariamente, por pessoas brancas.

Dando continuidade ao pequeno questionário, apresento abaixo o Gráfico 3, que reflete as respostas apresentadas a questão “Porque você decidiu utilizar da Resolução 1.339/2018?”:

Gráfico 3 - Questão 3: Porque você decidiu utilizar da Resolução 1.339/2018



Fonte: Elaboração própria.

No Gráfico 3, um quantitativo relativamente alto dos participantes assinalou “não soube ou não quis opinar” (30%) e “não conhecia a Resolução” (40%), o que demonstra que a Resolução é pouco conhecida e que existe a real necessidade de que ela apareça nos programas da Universidade, a exemplo, do UPT. Importante registrar que essa Resolução é a única em vigência na UNEB que ampara a entrada por cotas e garante as sobrevivências aos grupos já mencionados nesse trabalho. Compreendo também que muitos alunos, por agora conhecerem a Resolução e terem discutido/debatido as ações, programas, criarem conceitos, já não se sentem tão à vontade para se expor.

O fato de assumirem que não conhecem a resolução que utilizam, pode estar revelando que muitos candidatos acabam se inscrevendo na “modalidade” de cotas por compreenderem que seja o caminho mais fácil, no entanto, não têm uma leitura política do significado da Resolução e de tudo o que ela representa, enquanto instrumento disseminador de possibilidades aos grupos menos favorecidos.

Nessa perspectiva, a Universidade está iniciando um GT (grupo de trabalho) para reanalisar a Resolução e os documentos solicitados por ela. O intuito do grupo de trabalho é (re)estabelecer as modalidades e formas de ingresso na Universidade, para além do Vestibular, e como utilizar desta Resolução em concursos das áreas técnicas e docentes.

Aqui, cabe dizer que, durante o grupo de discussão, os participantes que pouco se manifestavam parecem ser justamente os mesmos que, quando tiveram oportunidade, esquivaram-se de responder ao questionário de maneira mais direta e acabavam por escolher “não soube ou não quis opinar”, na maioria das vezes. Assim, tentar alcançar todos os participantes e levar o máximo de informações a todos e colher suas contribuições sobre a temática abordada nos encontros do grupo de discussão foi, por vezes, um desafio!

Ademais, acredito que a Resolução 1.339/2018 já deve passar, em breve, pela sua primeira avaliação dentro da Universidade, posto que, para as comissões de validação e para as secretarias acadêmicas, ainda existem muitos pontos em abertos que seriam de responsabilidade de profissionais, como, psicopedagogos, psicólogos e assistentes sociais.

3.3 O ATENDIMENTO À DIVERSIDADE NA UNEB – DCH IV: FATO OU FAKE?

Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.

(Boaventura de Souza Santos)

Poderia me debruçar sobre as questões de diversidade no sentido mais amplo, como sendo a qualidade do que é diverso, diferente, variado. No entanto, vou utilizar o conceito de diversidade indicado em Martins (2011):

O conceito de diversidade, quase sempre tomado como sinônimo de diversidade cultural – fato presente em políticas públicas e organismos de fomento multilaterais –, é objeto de diferenças, seja qual for o ponto de vista de quem apresentar tal conceito. É equivocado tomar tal debate somente do ponto de vista daqueles que se posicionam ao lado dos organismos internacionais, da diversidade como redentora e aproximada do conjunto de políticas afirmativas. Da mesma forma, é fatídico que essa vertente seja hegemônica. As políticas multiculturais, os discursos e práticas compensatórias estão, via de regra, alicerçando a categoria diversidade, principalmente no que se refere a sua relação com a educação (Martins, 2011, p.245).

Compreendo que a diversidade ligada à educação tem se apresentado como prática e discurso que alcançam os mais variados grupos, amplificando as vozes e possibilitando compreender que a universidade é composta pelo diverso, tal qual a composição da sociedade. Diante da ciência desse “mini-mundo” que é o espaço acadêmico, a universidade tem buscado se transformar positivamente para caber na vida de *todxs*, sem distinção de cor, sexo ou poder econômico.

Desta forma, levando em consideração o desenvolvimento desse trabalho, é possível perceber que o atendimento à diversidade no Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina segue um meio termo. É notável que a UNEB, com a publicação da Resolução 1.339/2018 tem estudado e proposto um meio para possibilitar a entrada de mais pessoas no ensino superior e se preocupado sobremaneira com todos que dela fazem parte.

Podemos observar que algumas ações advindas da Administração Central, como a criação da PROAF, a reestruturação da PRAES, enquanto pró-reitoria que se aproxima dos alunos, possibilitam não só a permanência, mas também a vivência dos estudantes em eventos acadêmicos, publicações de artigos, viagens, entre outros. Enquanto, no âmbito do DCH IV, as gestões têm reafirmado o compromisso em compreender as demandas da Resolução 1.339/2018 e têm trabalhado para minimizar obstáculos que dela provêm, como a necessidade de contratação de profissionais como: psicólogos, ledores, tradutores de libras e mediadores.

Ademais, o trabalho conjunto entre a Administração Central e a gestão departamental, por vezes, não consegue estabelecer formas para contratação desses profissionais específicos, por vias do concurso público, tampouco por seletivos temporários, o que precariza o serviço

ofertado, o qual é ofertado, vez ou outra, por iniciativa da gestão departamental, por meio de contratos temporários, via licitação.

A seguir, algumas das falas dos participantes do grupo reflexivo, referente ao exercício de se debruçar sobre o questionamento “O atendimento à diversidade na UNEB – DCH IV: fato ou fake?”, serão ponderadas, com o intuito de apreciar como os estudantes participantes da pesquisa enxergam às políticas universitárias do Campus IV em prol do acolhimento à diversidade implementada, com a vigência da Resolução 1.339/2018. A nível de organização da escrita/pensamento, as falas dos estudantes em questão serão apresentadas na seguinte ordem, conforme critério de identificação apresentado na seção 2.1: A, E, I, O, U:

(17) Entrar pra mim foi muito fácil. Minha demora agora é sair (risos). Tenho procrastinado algumas disciplinas e até nem apresentei os meus AACC, sou bolsista permanência e não sei ainda o que vou fazer depois daqui. Dá até um certo medinho (risos), mas acredito que até esse meu medo só tem sido possível porque encontrei no Campus IV terra fértil e gente de bem que me ajuda a ficar aqui. Então o atendimento é fato (**Participante A**).

(18) A permanência em si, eu não compreendo enquanto um problema do Campus IV e sim de toda UNEB. Estamos todos nas mãos do Governo através do programa Mais Futuro. Hoje, quem não é do Mais Futuro não tem como dizer que consegue permanecer de forma mais tranquila, se for um aluno como eu, que vem da zona rural de outra cidade, que já nos abandonam aqui depois do UPT...nem sei dizer, mas acredito que a resolução de cotas da UNEB é extremamente positiva, mas ainda falta umas coisinhas, como repensar o modelo aplicado pelo próprio Mais Futuro (**Participante E**).

(19) Eu vejo muitos como eu aqui e isso me tranquilizou demais, pensar entrar na universidade fora de casa já tinha me tirado da zona de conforto, mas chegar aqui foi animador, encontrei pessoas como você que queriam me ouvir e saber do que penso e isso me deixa feliz! O atendimento aqui é fato, ainda caminhando devagar, mas, considerando a realidade de alguns outros Campi, aqui tem quase nada fake...(risos) (**Participante I**).

(20) Eu dou o mérito da minha entrada aqui todo para o programa Universidade Para Todos, foi lá que eu conheci as cotas para a UNEB, e foi lá também que tive a oportunidade de conhecer as ações de permanência daqui, através de uma palestra realizada até por você. Quanto a minha visão sobre permanência aqui no Departamento, eu acho que a Direção está atenta às nossas demandas, mas sinto um distanciamento da PRAES e da PROAF e isso às vezes incomoda, parece que não se conversam (**Participante O**).

(21) A faculdade era um lugar muito distante na minha casa e não só por causa dos km. Mas você pensar como se virar fora de casa sem trabalho e sem pais que pudesse arcar com a permanência fora de casa... nossa, é muito louco, hoje, estar respondendo aqui isso... Mas entrar não foi problema não, passei pelo Enem e fui chamada na segunda opção... veja só, era pra eu tá aqui mesmo. Mas digo que sem o Mais Futuro e o estágio da Prefeitura eu já tinha voltado pra casa (**Participante U**).

A tendência ao pesquisar é observar as questões apresentadas muito a partir da minha ótica enquanto egressa desse mesmo Campus em um período em que as cotas eram exclusivas para negros e que as ações de permanência eram tão escassas. Partindo desse pressuposto, não compreendo o motivo pelo qual alguns estudantes prorrogam tanto a sua saída, no entanto, observando como servidora técnica que trabalha diretamente com os estudantes em vulnerabilidade social, compreendo que sair dos muros da Universidade parece lhes oferecer perigo, ou mesmo retorno a um lugar que já não lhes cabe, muitas vezes com famílias desestruturadas, com poucos recursos e outros aspectos.

No entanto, é possível inferir que a procrastinação na saída e/ou mesmo ampliação dos prazos pode ser compreendido como um sinal da ausência de instruções normativas que acompanhem a vida acadêmica dos estudantes. As questões referentes a integralização no tempo correto, evasão e acompanhamento dos estudantes cotistas e atendidos pelas ações de permanência devem seguir para debates importantes em reuniões de Conselho e dos Colegiados.

Desta forma, o DCH IV segue no sentido de atender os documentos que norteiam a Universidade, mas também tem se preocupado com o seu público, independentemente de ser aluno cotista ou não. No entanto, em especial, aos alunos que demandam de situações específicas, como psicólogos e orientações pedagógicas, tem aguardado o início das atividades desses profissionais, que ainda não são/estão servidores e/ou colaboradores. Assim, tanto o Campus como a própria Universidade em geral ficam à mercê de possibilidades contratuais do tipo inexigibilidade e/ou licitação.

A parte *fake* é muito voltada às questões que não estão ao alcance das gestões localizadas na Universidade, mas sim do Governo do Estado, com ampliação de vagas para o quadro docente, abertura de concurso e/ou processos seletivos para analistas universitários psicólogos, psicopedagogos e assistente social, que são profissionais que devem somar esforços na permanência de alunos autistas, com altas habilidades ou deficientes.

Outrossim, a parte da Universidade de criar resoluções e pensar estratégias não só para o ingresso, mas para a permanência dos alunos, tem sido um trabalho intimamente ligado ao surgimento das demandas. No entanto, o trabalho aparenta-se um tanto improvisado, posto que não há uma política de governo/Estado e sim da gestão. Nesse sentido, os participantes seguiram indicando que:

(22) Impossível não agradecer o tempo todo pelas mudanças que tem ocorrido recentemente no cenário educacional brasileiro. Meus pais jamais

imaginaram ter uma filha que faz faculdade, eu sei que eles nem imaginavam e sei também que eles ficam o tempo inteiro aguardando até onde eu consigo ir. Sinto uma desconfiança até da minha família, mas eu vou até o final, pró, com ou sem mediador... (**Participante O**).

(23) É meio que um caminho sem volta que a gente pega aqui. São tantas as informações, as pesquisas, o movimento pela melhoria da sociedade mesmo, eu sinto fazer parte! Eu tenho carinho até pela estrutura física desse Campus, tu crê? Sei que em outros Departamentos o movimento é diferente, talvez o número maior de alunos invisibilize mais pessoas, mais é bom estar aqui (**Participante E**).

(24) Vejo muitas vez que o caminho da educação precisa ser redirecionado e nós aqui da academia somos quem o redireciona. Desde que entrei, sei que só saio prum mestrado, porque acredito que, através da pesquisa, eu posso ser parte desse movimento importante para o país.” (**Participante A**).

(25) Menina, a gente vê é coisa nessa UNEB viu...(risos). Pra mim a gente só falta morar aqui dentro, porque eu tenho desde cesta básica, água, luz, gás, só não tenho internet, mas tenho bolsa PRAES que era importante que fosse ampliada para além dos residentes. O Campus em si trabalha muito, mas a gente fica esperando sempre o novo diretor, vai manter? Vai acabar? Vai melhorar? (**Participante U**).

São muitos os relatos, assim como são muitas as histórias de vida e comentários do que compreendem acerca da Universidade e do próprio Campus, mas é importante registrar que todos relatam com extrema gratidão por ocuparem o espaço de cotistas e por fazerem parte dos programas de permanência existentes. Cabe ressaltar que existe a compreensão de que o acesso ao ensino superior foi ampliado, no entanto, os estudantes ainda não vislumbram o campo de atuação, necessidade de saída no tempo regular e são poucos aqueles que se envolvem nos projetos, pesquisas e programas do Campus. Como observamos, apenas um estudante relatou sobre o tempo que permanece dentro da Universidade.

A resolução vigente não traz em nenhum momento o tempo em que o aluno deve concluir o seu curso, esses dados são presentes nos programas de cursos variando no mínimo de quatro anos e máximo de sete. No entanto, esses prazos têm sido alargados considerando a implantação de novas disciplinas como: Libras, Educação Inclusiva, História e Cultura-Afro e outros. Cabe registrar que ao aluno atendido pelas políticas de permanência como o Mais Futuro, permite o pagamento das bolsas até a conclusão de 55,55% do curso, e aos alunos atendidos pelo SISBA/PRAES atendem diretamente ao Edital da referida bolsa, o que não garante ao estudante bolsa até a finalização do curso, caso não cumpra com os requisitos do programa.

É importante demarcar que as cotas não perderam seu sentido enquanto ação compensatória e possibilitadora do acesso. No entanto, apesar do caminho já percorrido, é

preciso que a Universidade estabeleça instruções normativas e/ou relatórios para acompanhamento seja ele semestral e/ou anual que validem o recebimento de bolsas, com a participação nos grupos de pesquisas, grupo de estudos, ações de extensão e outros mais. O acompanhamento das ações deve ser ponto para uma pesquisa futura que se debruce em compreender as ações estabelecidas para acompanhamento dos estudantes alcançados pelas políticas de permanência universitária.

Na perspectiva de identificar como os alunos concebem e vivenciam as políticas de cotas e as ações de permanência no Campus IV, percebo que, através desses alunos, o Departamento se constrói e se reconstrói a cada semestre, redirecionando o curso pensado anteriormente para se debruçar sobre a necessidade emergente. Entretanto, as diversas ações que viabilizam a permanência, quase sempre, são realizadas, levando em consideração o que se precisa naquele momento, mediante as possibilidades que se tem naquele instante, para se garantir a efetivação do semestre para o aluno, ou se minimizar, para ele, os impactos da demanda emergente. Portanto, o Campus IV está longe de ser o campus modelo da UNEB, quando a questão é permanência universitária, no entanto, acredito que o DCH IV trabalha, assim como a UNEB, para ser precursor no pensar questões caras à Universidade como: cotas, assistência estudantil, permanência universitária e atendimento às diversidades, sejam elas de raça, sexo, econômicas/sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO INGRESSO À PERMANÊNCIA – ESSE É O NOSSO OLHAR!

Em função dessa pesquisa, percebo que o ensino público superior no Brasil tem enfrentado uma série de desafios, um exemplo é o número expressivo de abandonos de cursos nas universidades, o que pode estar relacionado à dificuldade de se efetivar ações de permanência, após se fomentar o acesso ao nível superior.

No tocante aos desafios relacionados à política de cotas e às ações de permanência, uma educação para todos não deve estar pautada em dualidades do tipo cotistas e/ou não cotistas, é preciso que se amplie o discurso acerca da diversidade educacional, no sentido de entender o novo cenário que se instaura com a vigência dos atos normativos que visam promover reparação histórica e equidade social, como a Resolução 1.339/2018, da UNEB.

Diante dessa necessidade, a presente pesquisa visou compreender como os alunos cotistas advindos da Resolução 1.339/2018 concebem e vivenciam a política de cotas e as ações de permanência no DCH IV/Jacobina. Em relação a esse objetivo principal, foi possível perceber que a maioria dos alunos colaboradores da pesquisa ainda não tinham firmado conceitos de “cotas” e “permanência universitária”, para tanto, foi necessário reorganizar o grupo de discussão/ grupo reflexivo, que compôs o desenvolvimento deste estudo, para conduzi-los, através de indicações de leituras, a firmarem a ideia inicial desses conceitos e qual melhor forma de defini-los, para só então recorrer a seus pensamentos sobre a temática em questão.

No que se refere aos objetivos específicos – (i) mapear os documentos e ações da Universidade acerca da política de cotas (Resolução 1.339/2018) bem como as ações de permanência voltadas aos alunos cotistas; (ii) elaborar o perfil dos alunos cotistas da Resolução 1.339/2018 no Campus IV; (iii) identificar com os alunos como eles concebem e vivenciam a política de cotas e permanência no Departamento; (iv) elaborar, a partir das narrativas dos discentes, a criação de um e-book de forma colaborativa – cada um deles foi atendido e respondido, uma vez que foi realizado o levantamento das resoluções editadas pela UNEB, ao longo dos anos, acerca da disponibilização de vagas e sobrevagas, para grupos socialmente marginalizados, e identificadas as ações institucionais voltadas a permanência desses grupos na Universidade; foi mostrado no decorrer do capítulo **“Entre a publicação e a aplicação: a resolução 1.339/2018 e o DCH IV”**; foi possível colher dos relatos dos participantes do grupo reflexivo seus pensamentos e vivências acerca das cotas e da permanência no DCH IV; e foi firmada a colaboração dos discentes cotista para a elaboração do ebook acima mencionado.

Como foi mostrado ao longo deste trabalho, o ingresso na UNEB por meio da resolução de cotas e sobrevagas tem garantido acesso à universidade pública, no entanto, ainda há obstáculos no processo de permanência e como fazê-la para todos. Pensando em possibilidades outras para garantir efetividade ao ingresso e à permanência, considerando a realidade observada do DCH IV, acredito que seria necessário, inicialmente, começar pela reestruturação da gestão administrativa, separando a parte acadêmica da parte administrativa/financeira. Compreendo que é papel do gestor administrar as políticas públicas que estão presentes em seu Campus, no entanto, a ausência de um servidor e/ou setor que possa acompanhar/fiscalizar como elas estão sendo distribuídas e utilizadas geram distorções por parte dos envolvidos na política e por parte de quem não conhece e/ou não tem acesso a elas. Nesse sentido, somente o acompanhamento da PRAES não tem sido eficaz, e chegamos a essa afirmação a partir das

narrativas dos estudantes, por vezes denúncia da falta de instrumentos regulatórios e fiscalizadores das políticas já existentes.

É sabido que essa ação não se faz a partir de um Departamento, no entanto, é possível que a Universidade tenha como “ponto de partida” a reorganização de suas gestões. E para isso, a estatuinte tem sido terra fértil para se repensar a organização dessa tão importante instituição, para o interior da Bahia, em especial.

É certo que a comunidade acadêmica se alimenta a cada ingresso de novos alunos, contudo, ainda não se criou estratégias suficientes para fazer com que esses alunos permaneçam na Universidade. É a partir das suas falhas, enquanto instituição social, que é presenciado o alto número de desistências, as várias chamadas nos seus processos de entrada e até a criação de novas modalidades de ingresso, como, por exemplo, o Processo Seletivo Especial – PSE, que, no ano de 2023, em sua primeira edição, publicou vagas ociosas para serem preenchidas através de um processo direto que levou em consideração, entre outros documentos, a nota do histórico escolar do Ensino Médio.

Sobre o lócus deste estudo, o Campus IV, acredito que os resultados mostraram que as ações acerca do ingresso e permanência têm contribuído minimamente para “apagar incêndios”, uma vez que, ainda não há um projeto, um programa, para atender à diversidade abraçada pela Resolução 1.339/2018. Desta forma, o Departamento trabalha sempre na emergência do que aparece como demanda, aguardando os novos discentes que poderão vir com novas necessidades ao mesmo tempo que precisa dar conta de atender os discentes e as demandas já existentes, sem uma preparação prévia.

É possível concluir, então, que garantir ingresso e permanência na universidade pública é, antes de qualquer processo, pensar em formas diversas para fazer com que as pessoas queiram estar nesse espaço, já que a cada ano o número de entradas, principalmente nos cursos de licenciatura, diminuem.

Outrossim, é preponderante que a Universidade canalize esforços para construção de residências estudantis fixas, como mais um elemento catalisador do público, que é objeto da resolução supramencionada, sujeitos que atualmente ocupam os bancos dos colégios com a impressão de que estão chegando ao fim da jornada, a nível de educação. Além disso, pode ser realizado dentro do próprio Campus um movimento que, agregando docentes, técnicos, analistas administrativos, além dos seus colaboradores terceirizados, (re)afirme que a permanência universitária perpassa por todas as mãos que compõem a universidade, sendo necessário saber o que fazer quando a diversidade “bate à sua porta”. Assim, a criação de um espaço próprio, como um Núcleo de Acolhimento ao Estudante, poderia ser efetuada como um

“braço” da PRAES, em todos os Campi, ampliando as discussões pertinentes a essa Pró-Reitoria e o alcance de suas ações, de acordo com as especificidades do público estudantil de cada Departamento.

Vale ressaltar que, nas falas dos participantes da pesquisa, foi possível verificar as políticas públicas do pré-vestibular Universidade Para Todos como um programa de suma importância para o ingresso de estudantes na UNEB, posto que ele tem sido o nascedouro do desejo dos estudantes em adentrarem aos espaços da Universidade. Porém, considerando a ociosidade de vagas, que hoje é uma realidade nos cursos, a Universidade não pode depender de forma única de programas/projetos advindos apenas do Governo do Estado para fomentar esse ingresso. É imprescindível que se pense em ações voltadas para a permanência na graduação, tal qual já se realiza, de maneira tímida, na pós-graduação com a oferta de bolsas institucionais que se somam as ofertadas pela CAPES.

Uma instituição como a UNEB, que vem contribuindo, com qualidade, para a ampliação da quantidade de pessoas com nível superior na Bahia, desenvolve, há 40 anos, na região de Jacobina e cidades da microrregião, um serviço de qualidade, não recusa o desafio de abrir seus portões, manter a entrada livre e escancarada para que a escolha de ficar ou não na Instituição seja meramente por motivos outros, não a falta de acolhimento, programas e projetos de ações afirmativas e permanência universitária.

Contudo, os desafios encontrados para o desenvolvimento desta pesquisa, muitas vezes, se confundiram com os desafios do próprio Departamento em acompanhar as especificidades de seus estudantes. Receber dos setores responsáveis retorno acerca de quantitativo de cotistas, cursos em estavam matriculados, por exemplo, mostraram-se ser um processo longo e difícil.

Desse modo, embora seja possível notar que, em sua grande maioria, todos concordam ter sido “mais fácil” acessar os bancos da universidade do permanecer neles, principalmente, para aqueles que têm menor poder aquisitivo.

Assim, acredito que o Departamento pode fazer mais para controle e acompanhamento de seus estudantes cotistas ou em vulnerabilidade socioeconômica. Penso que esse acompanhamento para um Campus que possui menos de 800 (oitocentos) alunos matriculados no presencial, não seria complicado, principalmente, posto que todos os alunos cotistas passam antes da matrícula pelo processo de validação de cotas. Assim, o encaminhamento do relatório da validação ao NAI, aos Colegiados e, por que não, ao Núcleo de Acolhimento ao Estudante, já seria um documento norteador para que docentes e equipe administrativa planejem-se e

preparem-se no tocante à necessidade/atenção específica de seus ingressantes, como cadeirante, autista, indígena, entre outros.

Apontando, assim, para a finalização desse texto compreendo que a pesquisa narrativa utilizada foi essencial para “a ligação entre quem queria falar e quem queria ouvir”, favorecendo a possibilidade de compreender que, para além do narrar, a escuta atenta às narrativas faz o texto.

Somente agora consigo dimensionar a grandeza que é ouvir. Sempre fui uma boa faladeira, mas confesso que o exercício de ouvir se faz no miúdo, nas minúcias que cercaram cada encontro com os estudantes, o qual me direcionou a compreender que eles vivenciam um dia por vez, um semestre por vez. Acabei narrando mais a mim, do que a *elxs*!

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **História da Educação**: ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.14, p. 79-95, set. 2003.

AGUIAR, Olivette Rufino Borges Prado; FERREIRA, Maria Salomilde. Ciclo de estudos reflexivos: uma estratégia de desenvolvimento profissional docente. *In*: IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo et al (org.). **Pesquisa em Educação**: múltiplos olhares. Natal: Editora Liber Livro; UFRN, 2007. p. 73-93.

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. A Educação Jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação na atualidade. **Revista Grifos**, n. 36/37, p.117-126, 2014.

ALVARADO, Lusmidia; GARCÍA, Margarita. Características más relevantes del paradigma sócio-crítico: su aplicación ambiental y de enseñanza de las ciencias realizadas em el Doctorado de Educación del Instituto Pedagógico de Caracas. **Revista Universitaria de Investigación**, ano 9, n. 2, p. 06-36, dez.,2008.

ANJOS, Ana Paula Souza do Prado. Política de cotas da UNEB: ação institucional com ressonância nacional. **O social em questão**, v. 24, n. 50, p. 201-220, 2021.

BELTRAMELLI-NETO, S. Exclusão social, regulação do trabalho e crise do sindicalismo nas perspectivas crítica e utópica de Boaventura de Sousa Santos. *Revista Direito e Práxis*, 11(3), p.1815-1844, 2020.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; DIAS, André Luiz Vieira; SILVA, Cláudia Guedes de Araújo. Reserva de vagas nas universidades federais e desempenho estudantil: os impactos da lei 12.711/2012. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.**, v. 39, n. 1, p. 10-62, 2023.

BRANDÃO, Z. A Dialética macro/micro na sociologia da educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.113, p.153-165, jul. 2001.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo do Ensino Superior 2015/2020**. Disponível em: gov.br/inep. Acessado em: 05 maio. 2022.

BRASIL, Lei nº 12.711/2012 sancionada em agosto de 2012 referente a reserva de vagas nas Universidade Federais e Institutos Federais de Educação para alunos oriundos integralmente do ensino médio público e negros.

CORDEIRO, A. L. A. **Políticas de Ação Afirmativa**: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007-2014). 2017. 262f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco: Campo Grande, 2017. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/22854-ana-luisa-cordeiro.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

COSTA, Silvio Luiz da; DIAS, Sonia Maria Barbosa. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, v.9, n.17 e 18, p.51-60, jan.-jun./ago.-dez. 2015.

COHEN, L.B. EXNER, M.K. GANDOLFI, P.E. Os resultados da implementação da Política de Cotas em um Campus Universitário Federal no Interior do Estado de Minas Gerais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.7, n.1, p.39-62, jan/abr.2018.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3.ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

DERRIDA, Jacques. **A Universidade sem condição**. Trad. Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>.

DUARTE, A. C. **A constitucionalidade das Políticas de Ações Afirmativas**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas; CONLEG; Senado, 2014. Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 22 abr. 2014.

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais**. Ano 2019, Acesso em 06 ago.2023. <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-perfil-socioeconomico-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais/>.

GATTI, Bernadete A. A Construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **RBP AE**, v. 28, n. 1, p.13-34, jan.-abr., 2012.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. **Revista de Informação Legislativa**, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan.-mar., 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11. Acesso em: 16 abr. 2023.

GOMES, Gislene Moreira. **Os plurais dos sertões**: rasuras e (des)leituras contemporâneas. Palestra no Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina, realizada em 11 abr. 2023.

JUNIOR, Antônio de Macêdo Mota; CONCEIÇÃO, Sergio Henrique da. Desafios contemporâneos da gestão universitária no contexto da Universidade Estadual de Feira de Santana. **Regae**: Rev. Gest. Aval. Educ. Santa Maria, v.11, n.20, p.1-24, 2022.

LEAL, Ione Oliveira Jatobá; NOVAES, Ivan Luiz; CARNEIRO, Breno Pádua Brandão. **A Universidade do Estado da Bahia/UNEB**: Paradoxos de uma gestão que completa 30 anos. In: ANPAE, 2013, Salvador - Ba.

LIMA, Tatiane da Silva; MACIEL, Carina Elisabeth. O acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Rev.Bras.Polít.Adm.Educ.**, v.39, n. 01, e 124725, 2023.

LUZ, A. S.; BRIZOLLA, F.; GARCIA, C. A. X. A contribuição da universidade pública para o desenvolvimento da sociedade brasileira: o caso da Universidade Multicampi na região do Pampa Gaúcho. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 11, n. 11, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/jpe.v11i0.51293>. Acessado em: 12 de abril de 2023.

LUCERO, Felipe Vitório. VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. **Análise sobre o processo histórico das cotas raciais nas instituições públicas brasileiras**. Artigo apresentado a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. <http://sigpos.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/6739>. Acesso em: 02 jul. 2024.

MARTINS, Fernando José. Diversidade: Conceitos e práticas presentes na educação, gestão e movimentos sociais. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p.245-261, jan.-jun. 2011.

MATTOS, W. R. 2003 – O ano do começo: características e aspectos iniciais da implantação do sistema de cotas para negros na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 120-142, jan.-abr. 2010. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/7>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: Processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência e Educação**, v. 12, n.1, p.117-128, 2006.

MOTA, Maria. **10 anos da Lei de Cotas: o que mudou?**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lei-de-cotas/>. Acesso em: 21 maio 2024.

OLIVEIRA, I. B.; GERALDI, J. W.; OLIVEIRA, Inês. B. (org.). **Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão**. Petrópolis: DP, 2010.

PASSEGGI, M. C.; SOUZA, E. C. O movimento (auto)biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional. **Revista Investigación Cualitativa**, v. 2, n. 1, p. 6-26, 2017.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: Expansão ou Democratização?. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 16-83, 2010.

PIVETTA, Hedioneia Maria Foletto. **O grupo reflexivo como dispositivo de aprendizagem docente na educação superior**. 2011. 106f.– Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2011.

RAMOS, Carlos Alberto. Los Paradigmas de la investigación científica. **Scientific research paradigms**. Unife – Enero/Julio, 2015.

JESUS, E. Régis de; GODOY BERTOLIN, J. C. **Lei de cotas educacionais e a paridade de participação: da redistribuição ao reconhecimento e à representação em um instituto federal**. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 39, n. 01, p. 1-20,

2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/126907>. Acesso em: 17 fev. 2024.

REIS, D.B.; TENÓRIO, R.M. Cotas e estratégias de permanência no ensino superior. In: TENÓRIO, R.M.; VIEIRA, M.A. (orgs.). **Avaliação e sociedade: a negociação como caminho**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 47-66.

REIS, João José. Historiador defende cota racial e critica 'escravidão contemporânea' e reforma trabalhista. [Entrevista cedida a] Cauê Muraro. **G1**, Paraty, set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/flip/2017/noticia/historiador-defende-cota-racial-e-critica-escravidao-contemporanea-e-reforma-trabalhista.ghtml>. Acessado em: 06 mar. 2023.

SANTAMARINA, C.; MARINAS, J. M. Histórias de vida e história oral. In: DELGADO, Juan M.; GUTIÉRREZ, Juan (orgs.). **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madri: Síntesis, 1995. p. 259-287.

SANTOS, Monike. Bolsonaro e a Medida Provisória da Madrugada para o ProUni: a Lei do Boi recauchutada. **Jornal Brasil de Fato**, Porto Alegre, 10 dez. 2021.

SANTOS, Ronaldo A. A.; MEZZARI, Danielly C. S.; TEIXEIRA-FILHO, Fernando S. A narrativa de histórias de vida como recurso metodológico na pesquisa em psicologia. **Aceno: Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 8 (16), p. 171-184, jan.-abr. 2021.

SAVIANI, Dermeval. A Expansão do ensino superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. **Poesis Pedagógica**, v.8, n. 2, p. 4-17, ago.-dez. 2010.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da. SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de. Mestrado Profissional: cenários e singularidades em intervenções na educação. **Revista Plurais**, Salvador, v. 1, n. 1, p.59-71, jan.-abr. 2016.

SILVA, José Carlos Almeida da. O Ensino Superior num país em transformação. In: **A gestão da universidade brasileira: a visão dos Reitores**. Piracicaba: Editora Unimep, 1995.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 12- 46, set.-out. 2022.

SILVA, Valdélcio Santos. Políticas de Ações Afirmativas na UNEB. **Revista Majumbo**, v.1, n.1, p. 02-12, jul. 2010.

SOUSA, Letícia Pereira de; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. A moradia estudantil universitária: práticas de educação formal e informal. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n. 6, p. 12-58, mês, 2020.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas**. Universidade de Caxias do Sul, 2007. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf. Acessado em: 02 jun. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 50, n. 111, p. 21-82, 1968.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Conselho Universitário (CONSU). **Regimento Geral da UNEB, de 31 julho de 2019**. Dispõe sobre o Regimento Geral da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Disponível em: <https://portal.uneb.br/wp-content/uploads/2023/08/Regimento-Geral-da-UNEB-em-vigor.pdf>. Acessado em: 12 mai. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. PROAF – Pró-Reitoria de Ações Afirmativas. Disponível em: proaf.uneb.br. Acessado em: 12 maio 2022.

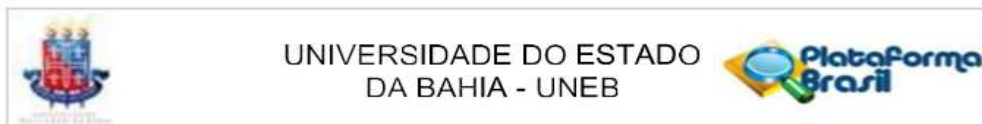
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Conselho Universitário (CONSU). **Resolução 1.521/2022, de XX julho de 2022**. Dispõe sobre Política de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, altas habilidades e outras necessidades específicas temporárias e permanentes de caráter acadêmico e laboral, no âmbito da UNEB. Disponível em www.uneb/consu.br. Acesso em: 04 nov. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. UNEB – Portal UNEB, 2017. Disponível em: <https://portal.uneb.br>. Acessado em: 04 de novembro de 2023.

ZAGO. Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.32. Maio/Ago. 2006.

PARECER

PARECER A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DO INGRESSO À PERMANÊNCIA: O OLHAR DO DISCENTE SOBRE A POLÍTICA DE COTAS DA UNEB e DCH IV / A PARTIR DA RESOLUÇÃO 1.339/2018

Pesquisador: ISABELA FERREIRA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 71167723.3.0000.0057

Instituição Proponente: Universidade do Estado da Bahia - Campus IV

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.543.243

Apresentação do Projeto:

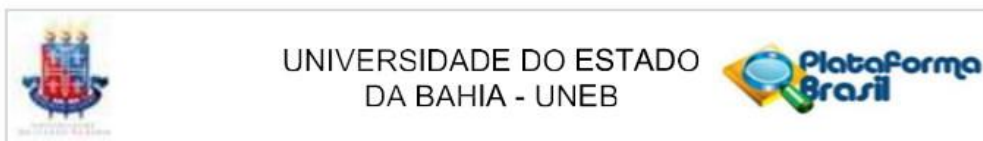
Trata-se de um projeto de pesquisa vinculado ao Departamento Ciências Humanas - Campus IV, Universidade do Estado da Bahia, no Programa de pós-graduação em Educação e Diversidade- MPED – UNEB.

Em 2ª versão apresentada ao CEP em 29.09.2023:

Em 3ª versão apresentada ao CEP em 22.11.2023

O estudo é qualitativo tipo pesquisa de campo por meio de narrativa como metodologia que propõe uma nova episteme. A ser realizada na UNEB/Campus IV, na cidade de Jacobina-Bahia. Para tanto, serão realizadas rodas de conversa com 10 estudantes com as seguintes atividades: criação de grupos reflexivos através da ferramenta escolhida pelo grupo (Whatsapp, telegrama, GoogleDoc). Os critérios de Inclusão e exclusão não estão claros. Não apresenta instrumento de registro, não fica claro se haverá gravação por meio digital como possibilidade de produção dos dados textuais. A análise não está descrita. Em versão apresentada ao CEP em 22.11.2023 a pesquisadora informa: Critérios de Inclusão: a) Ser discente cotista do DCH IV; b) Ser discente atendido por algum programa de permanência do DCH IV e/ou UNEB; c) Estar regularmente matriculado no semestre vigente nos cursos de graduação presencial do DCH IV; d) Ser voluntário. 2. Critérios de Exclusão: a) Não ser discente cotista do DCH IV; b) Não ser discente atendido por algum programa de permanência do DCH IV e/ou UNEB; c) Não estar regularmente matriculado

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br



Continuação do Parecer: 6.543.243

nos cursos de graduação presencial do DCH IV; d) não quiser participar. 3. Instrumento de registro O principal instrumento para construção dos dados serão as rodas de conversar e as produções oriundas dessa atividade. Com a autorização dos participantes em caso de positivo faremos a gravação em áudio para fins de transcrição pela pesquisadora – NÃO FAREMOS USO DE IMAGENS. A análise dos áudios se dará apenas pela pesquisadora de forma descritiva e preservando a fidelidade das falas dos cotistas. 4. Para análise: A pesquisadora tem por base dois questionamentos que serão os norteadores para a construção e análise do instrumento de gravação do áudio, a saber: a) O atendimento a diversidade na UNEB: fato ou fake? b) Quem são elxs? Um retrato acerca da vivência dos alunos cotistas no DCH IV; c) Como elxs convivem e experienciam a política de cotas e as ações de permanência no DCH IV/Jacobina? As questões passarão pela "análise textual discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso".

Hipótese:

"Não se aplica"

Objetivo da Pesquisa:

Compreender como os alunos cotistas advindos da Resolução 1.339/2018 concebem e vivenciam a política de cotas e as ações de permanência no DCH IV/Jacobina.

OBJETIVOS SECUNDARIOS

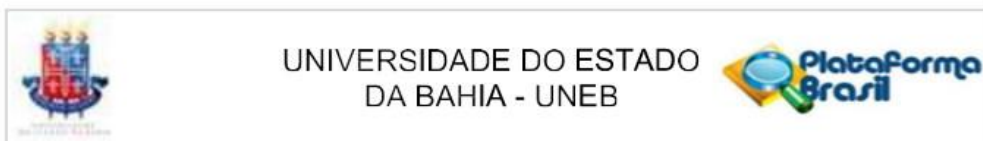
- I. 1) Mapear os documentos e ações da Universidade acerca da política de cotas (Resolução 1.339/2018) bem como as ações de permanência voltadas aos alunos cotistas;
- II. Elaborar o perfil dos alunos cotistas da Resolução 1.339/2018 no Campus IV;
- III. Identificar junto aos alunos como eles concebem e vivenciam a política de cotas e permanência no Departamento;
- IV. Elaborar a partir das narrativas dos discentes a criação de um ebook de forma colaborativa cujo título proposto inicialmente seria: "Cotas e permanência na Universidade: Vamos falar sobre elas?".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: "Perda do anonimato dos participantes da pesquisa; Conflitos internos; Possibilidade de constrangimento".

Vale à informação, de forma geral, que o risco mencionado na Plataforma Brasil se enquadra

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos;
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br



Continuação do Parecer: 6.543.243

intimamente com a vulnerabilidade do participante. Essas possibilidades trazem uma perspectiva de ação nas várias áreas inerentes à vida do ser humano, incluindo a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual e profissional do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente.

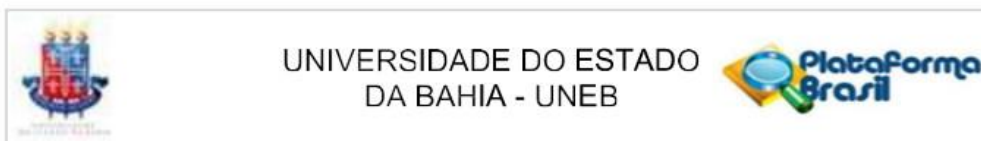
Destacamos que a informação dos possíveis riscos da pesquisa fornecida aos participantes tem a função educacional de proporcionar o entendimento e a correlação da experiência de vida dele (o participante) com o objeto do estudo e os processos de registro de dados para decidirem se querem/podem/devem ou não participar, sabendo que tem possibilidade mínima do desconforto, constrangimento ou cansaço, sempre no foco de promover ainda mais a dignidade dos envolvidos. Considerando-se a partir deste entendimento a decisão da participação ou não, pois só com o conhecimento pleno das circunstâncias da pesquisa pode-se exercer a autonomia em plenitude.

Outro aspecto que se vislumbra com essa informação é que ao correlacionar a experiência de vida, o objeto e os dispositivos de registro de dados, o participante evita de participar se entender que há a possibilidade da maleficência por conta das suas experiências e o/a pesquisador/a livra-se de embaraços e até possíveis processos.

Evidencia-se com essas informações/ações a tentativa de manter-se a dignidade, além de colocar em "tela" que a variável dominante não é a pesquisa e sim a experiência de vida do participante e a vasta possibilidade de não se conhecer a pleno todas as experiências de vida dos seres humanos envolvidos na pesquisa.

Comentário: A Pesquisadora cita a "Perda do anonimato dos participantes da pesquisa; Conflitos internos; Possibilidade de constrangimento". É necessário, deixar claro que riscos são uma possibilidade e mesmo que mínimos como os associados à desconforto, constrangimento ou cansaço, devem ser considerados e demonstrado formas de minimiza-los, a exemplo da interrupção da coleta de dados e oferta de apoio psicossocial por profissionais capacitados. Não há especificação sobre as medidas para minimizar os riscos. Em versão apresentada ao CEP em 22.11.2023 a pesquisadora informa: a) Em caso de incômodo durante o processo da pesquisa, o aluno poderá se retirar da pesquisa sem nenhum prejuízo. Os encontros serão gravados apenas voz (em caso de autorizado pelos participantes) para fins de transcrição pela pesquisadora, portanto somente a pesquisadora terá acesso às transcrições, essa informação será de

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos;
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br



Continuação do Parecer: 6.543.243

conhecimento dos discentes. O anonimato dos participantes estará resguardado pela Resolução CNS 499/2012.

Segundo a Resolução 466/2011, "estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida ou impedida, ou de qualquer forma estejam impedidos de opor resistência, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido" caracteriza situação de vulnerabilidade.

No projeto detalhado não fica claro como a pesquisadora buscará o momento, condição e local mais adequados para que os riscos sejam minimizados. Como será garantido que só o áudio será gravado por meio da utilização das plataformas? Em versão apresentada ao CEP em 22.11.2023 a pesquisadora informa medidas de minimização de riscos.

Benefício:

Segundo a normativa o benéfico de uma pesquisa deve contribuir para a melhoria da atividade estudada de alguma forma, sendo diretamente ao participante da pesquisa ou indiretamente propondo melhorias nos processos que envolvem a formação da atividade.

A pesquisadora descreve no formulário de informações básicas da plataforma Brasil e no TCLE que como benefícios, a pesquisa irá: "Permitir aos alunos cotistas compreenderem as ações de cotas e permanência na Instituição, Permitir a instituição mapear quem são os seus cotistas, Demonstrar o crescimento das ações de permanência em consonância com a política de cotas".

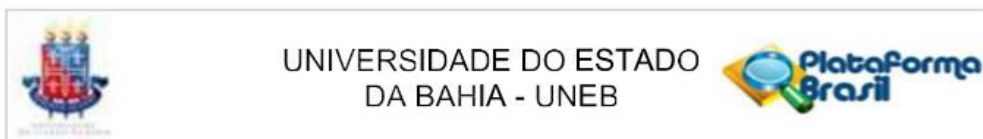
Comentário: A pesquisadora informa os benefícios diretos e indiretos aos participantes dentro da eticidade na brochura e TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Destacamos que todos os comentários deste parecer são baseados na correlação dos princípios éticos (autonomia, não maleficência, beneficência, equidade e justiça) com os aspectos da pesquisa (objeto, participante, metodologia e aspectos do campo). Sempre na perspectiva da orientação e sem julgamento de valores, conforme preconiza a ética no seu significado mais profundo que é propor a dignidade humana.

A pesquisa poderá compreender como os alunos cotistas advindos da Resolução 1.339/2018

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br



Continuação do Parecer: 6.543.243

concebem e vivenciam a política de cotas e as ações de permanência no DCH IV/Jacobina.

O projeto assume-se como estudo qualitativo com participação de 10 estudantes da UNEB com compartilhamento de informações por meio digital e uso de imagem? Os encontros serão gravados? Se sim, qual a necessidade e como as imagens serão utilizadas? Como garantir o anonimato dos participantes? Em versão apresentada ao CEP em 22.11.2023 a pesquisadora informa como será gravada as entrevistas e assume o não uso de imagens.

Em acordo com a Resolução CNS 499/2012 é necessário cumprir as seguintes premissas:

Orçamento: Não foi apresentado. Em versão apresentada ao CEP em 22.11.2023 a pesquisadora informa apresenta orçamento com recursos próprios da pesquisadora.

Instrumentos de coleta de dados: Não foi apresentado. Em versão apresentada ao CEP em 22.11.2023 a pesquisadora informa instrumento de coleta de dados e questões formuladas.

Cronograma: O CEP não avalia projeto iniciado. Em versão apresentada ao CEP em 22.11.2023 a pesquisadora informa que o projeto não foi iniciado e apresenta cronograma em conformidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

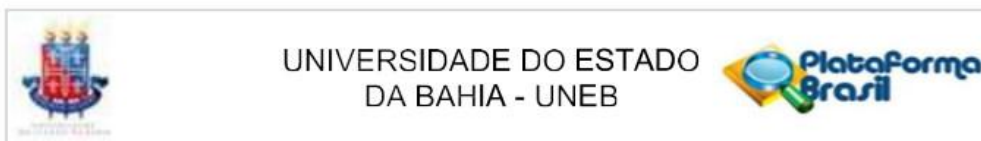
Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

- 1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em consonância;
 - 2 – Termo de confidencialidade: Em consonância;
 - 3 – A autorização institucional da proponente: Em consonância;
 - 4 - Folha de rosto: Em conformidade;
 - 5 – O TCLE: Faltam informações. Em versão apresentada ao CEP em 22.11.2023 a pesquisadora apresenta novo TCLE, em conformidade.
 - 6 – Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Em consonância;
- A título de orientação, na página <https://cep.uneb.br/> tem os modelos dos termos que precisam ser ajustados e orientações em geral para edição do protocolo de pesquisa.

Recomendações:

Vide conclusões, pendências e listas de inadequações. Vale a (re)leitura da Resoluções 466/12 ou 510/16 da CONEP.

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br



Continuação do Parecer: 6.543.243

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise consideramos que o projeto encontra-se aprovado para a execução uma vez que atende ao disposto nas resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos não havendo pendências ou inadequações a serem revistas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2120941.pdf	16/11/2023 07:22:22		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	16/11/2023 07:21:54	ISABELA FERREIRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	oficio.docx	16/11/2023 07:20:20	ISABELA FERREIRA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2.docx	16/11/2023 07:18:40	ISABELA FERREIRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	termo_de_confidencialidade.pdf	05/07/2023 09:30:04	ISABELA FERREIRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Declaracaodeconcordanciacomodesenvolvimentodoprojetodepesquisa.pdf	14/06/2023 15:52:31	ISABELA FERREIRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	termo_de_autorizacao_institucional_da_propONENTE.pdf	14/06/2023 15:29:47	ISABELA FERREIRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	termo_de_compromisso_do_pesquisador.pdf	14/06/2023 15:12:28	ISABELA FERREIRA DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	14/06/2023 14:58:11	ISABELA FERREIRA DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TFCC.pdf	19/05/2023 11:10:16	ISABELA FERREIRA DOS SANTOS	Aceito

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br

APÊNDICES

APÊNDICE A

“Cota não é esmola” (Bia Ferreira)

Existe muita coisa que não te disseram na escola
Cota não é esmola
Experimenta nascer preto na favela pra você ver
O que rola com preto e pobre não aparece na TV
Opressão, humilhação, preconceito
A gente sabe como termina, quando começa desse jeito
Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais
Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais
Deu meio dia, toma banho vai pra escola a pé
Não tem dinheiro pro busão
Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão
E já que tá cansada quer carona no busão
Mas como é preta, pobre, o motorista grita: Não!
E essa é só a primeira porta que se fecha
Não tem busão, já tá cansada, mas se apressa
Chega na escola, outro portão se fecha
Você demorou! Não vai entrar na aula de história
Espera, senta aí, já já dá uma hora
Espera mais um pouco e entra na segunda aula
E vê se não atrasa de novo, a diretora fala
Chega na sala, agora o sono vai batendo
E ela não vai dormir, devagarinho vai aprendendo que
Se a passagem é 3, 80 e você tem 3 na mão
Ela interrompe a professora e diz, 'então não vai ter pão'
E os amigos que riem dela todo dia
Riem mais e a humilham mais
O que você faria?
Ela cansou da humilhação e não quer mais escola
E no natal ela chorou, porque não ganhou uma bola

O tempo foi passando e ela foi crescendo
Agora la na rua ela é a preta do sovaco fedorento
Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita
Agora ela cresceu, quer muito estudar
Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular
E a boca seca, seca, nem um cuspe
Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
Que todos são iguais e que cota é esmola
Cansada de esmolos e sem o dim da faculdade
Ela ainda acorda cedo e limpa três apê no centro da cidade
Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Que isso é vitimi, que isso é vitimi, que isso é vitimismo
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bote a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Que isso é vitimi, que isso é vitimi, que isso é vitimismo
São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor
Chega junto, venha cá
Você também pode lutar, ei!
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio para revolucionar
Não deixe calar a nossa voz, não!
Não deixe calar a nossa voz, não!
Não deixe calar a nossa voz, não!
Revolução
Não deixe calar a nossa voz, não!

Não deixe calar a nossa voz, não!

Não deixe calar a nossa voz, não!

Revolução

Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai

Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai, é

Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai

Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai

E é peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!

É peito aberto, espadachim do gueto, nigga

É peito aberto, espadachim do gueto, nigga

É peito aberto, espadachim do gueto, nigga

Peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!

É peito aberto, espadachim do gueto, nigga

Aberto, espadachim do gueto, nigga

É peito aberto, espadachim do gueto, nigga

É peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!

Vamo pro canto onde o relógio para

E no silêncio o coração dispara

Vamo reinar igual Zumbi, Dandara

Odara, Odara

Vamo pro canto onde o relógio para

No silêncio o coração dispara

Odara, Odara, ei!

Experimenta nascer preto, pobre na comunidade

Você vai ver como são diferentes as oportunidades

E nem venha me dizer que isso é vitimismo

Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo

Existe muita coisa que não te disseram na escola

Cota não é esmola!

Cota não é esmola!

Cota não é esmola!

Eu disse: Cota não é esmola!

Cota não é esmola!

Cota não é esmola!

APÊNDICE C

Figura 3 - Colagem de imagens selecionadas por participantes do grupo reflexivo para representar a política de cotas e de permanência nas universidades



Fonte: Google Imagem